



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PRISCILA SOUZA MALDONADO

**DA FOME À FARTURA: um olhar sobre o trabalho e as práticas das mulheres camponesas
no Assentamento Che Guevara no Pontal do Paranapanema (SP).**

CATALÃO

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020 Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA)

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCAT), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCAT é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação ou Tese? **Dissertação**

2. Nome completo do autor

Nome: **PRISCILA SOUZA MALDONADO**

3. Título do trabalho

Título: **"DA FOME À FARTURA: um olhar sobre o trabalho e as práticas das mulheres camponesas no Assentamento Che Guevara do Pontal Paranapanema (SP)"**

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento: **SIM** **NÃO**

Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO RODRIGUES MENDONÇA, Usuário Externo**, em 07/03/2024, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Souza Maldonado, Usuário Externo**, em 18/03/2024, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0030720** e o código CRC **50749F23**.

Referência: Processo nº 23852.000382/2024-21 SEI nº 0030720

PRISCILA SOUZA MALDONADO

DA FOME À FARTURA: um olhar sobre o trabalho e as práticas das mulheres camponesas no Assentamento Che Guevara no Pontal do Paranapanema (SP).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Professor Doutor Marcelo Rodrigues Mendonça

CATALÃO

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT

Maldonado, Priscila Souza

DA FOME À FARTURA : um olhar sobre o trabalho e as práticas das mulheres
camponesas no Assentamento Che Guevara no Pontal do Paranapanema (SP). /
Priscila Souza Maldonado. - 2024.

123, f.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de
Geografia, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2024.

1. trabalho. 2. gênero. 3. soberania alimentar. I. Mendonça,
Marcelo Rodrigues, orient. II. Título.

CDU 911



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE
Priscila Souza Maldonado

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze (28/08/2015), às 14h (quatorze horas), no Laboratório de Cartografia – Bloco B, Sala 1, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 97ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Priscila Souza Maldonado**, CPF 391.764.068-65, intitulada “**DA FOME À FARTURA: um olhar sobre o trabalho e as práticas das mulheres camponesas no Assentamento Che Guevara no Pontal do Paranapanema (SP)**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 39/2015 do Programa de Pós-graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (Orientador UFG/IESA e Presidente), Prof. Dr. Ismar da Silva Costa (UFG/RC - História – Membro Externo), Profª. Dra. Carmem Lúcia Costa (UFG/RC – Membro Interno). As examinadoras arguíram na ordem citada, tendo a mestranda respondido satisfatoriamente. Às 17 horas e 10 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça – Ass. _____

Aprovada (x) Reprovada ()

Prof. Dr. Ismar da Silva Costa – Ass. _____

Aprovada (x) Reprovada ()

Profª. Dra. Carmem Lúcia Costa - Ass. _____

Aprovada (x) Reprovada ()

Obs.:

acatar as sugestões da Banca Examinadora

Presidente da Banca – Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - Ass. _____

Resultado final: APROVADA (x) REPROVADA ()

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestranda examinada e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura da Mestranda:

Priscila Souza Maldonado

Secretária

Priscila Querino de Lima
Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de 45 dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGC-RC/UFG.

Os Programas de Pós-Graduação stricto sensu em funcionamento na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), em virtude de procedimentos técnicos relacionados à CAPES, continuam provisoriamente vinculados à Universidade Federal de Goiás (UFG), por isso, todos os elementos pré-textuais do trabalho apresentado estão identificados como Universidade Federal de Goiás/Universidade Federal de Catalão em implantação, em função da migração da BDTD ter ocorrido a partir de 16 de agosto de 2021, assim como pelo fato das pesquisas e produtos serem realizados na UFCAT.

Dedico essa dissertação:

**À minha família.
Aos povos camponeses.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha mãe e meu pai, que são pessoas maravilhosas que sempre estiveram na minha vida para me ensinarem as coisas do mundo tendo o cuidado e o carinho necessário para não me mimar e ao mesmo tempo não me abandonar. Agradeço às minhas avós, mulheres sábias e fortes. À minha tia Daniela que eu considero uma irmã: ranzinza, mas companheira. A minha irmã querida, Preta que corrigiu o meu trabalho e que tem um grande coração, uma verdadeira amiga, uma pessoa especial e que posso contar sempre que preciso, mesmo sabendo que em seguida vamos brigar!

Agradeço às amigas e amigos do movimento estudantil e do CEGeT/UNESP/Presidente Prudente (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) pelo companheirismo e pelos aprendizados coletivos ao longo do curso de Graduação em Geografia na FCT-UNESP, especialmente o Gerson que colaborou com informações e materiais para minha pesquisa e o Dourado que me incentivou a tentar fazer o mestrado em Catalão.

Agradeço aos amigos e amigas de Presidente Prudente (SP) que me apoiaram em minhas diferentes crises e tiveram o cuidado e o zelo pela nossa amizade que já duram anos: Will, Larissa, Erivaldo e Michele.

Ao Raul e sua família que me acolheram em Catalão logo que cheguei. A Dona Divina e Sr. Beijo por mostrarem-me com simplicidade outras possibilidades de viver e enxergar o mundo camponês. Agradeço à camponesa Andrea pela disponibilidade em me acompanhar nos trabalhos de campo, pela recepção impecável em sua casa e a todas as mulheres que participaram dessa pesquisa: Lucinda, Angelita, Josefa, Eni, Maria de Lourdes, Maria Ofelina, Cidenir, Cida Matraca e Lucinha.

Ao professor orientador Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça pela confiança com que conduziu os trabalhos de orientação.

Aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFG – Campus Catalão, pela aprendizagem conjunta e por se mostrarem sempre dispostos a receber nossas dúvidas e dificuldades, nos ajudando a avançar na trajetória da pesquisa.

Às professoras Carmem Lúcia Costa e Maria Franco Garcia, que fizeram parte da minha banca de qualificação e com muita humildade e dedicação contribuíram com outros olhares e me ajudaram a perceber os melhores caminhos a trilhar.

À CAPES pelo apoio financeiro e ao Programa de Pós – graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, campus Catalão pela confiança depositada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Da Lama Ao Caos

Posso sair daqui para me organizar
Posso sair daqui para desorganizar

Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana

O sol queimou, queimou a lama do rio
Eu ví um Chié andando devagar
E um aratu pra lá e pra cá
E um carangueijo andando pro sul
Saiu do mangue, virou gabiru

Oh Josué eu nunca ví tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
Peguei o balaio, fui na feira roubar tomate e cebola
Ia passando uma véia, pegou a minha cenoura
Aí minha véia, deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia não consigo dormir

E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar

(Chico Science)

RESUMO

A proposta desta dissertação é analisar a relação entre as mulheres camponesas e as práticas alternativas de produção e reprodução do campesinato. Perceber qual o caminho realizado pelas mulheres e suas trajetórias. Dessa forma, busca-se entender os processos de produção que levam a práticas agroecológicas com vistas à Soberania Alimentar no Assentamento Che Guevara localizado no Pontal do Paranapanema interior do estado de São Paulo. Destaca-se a diferença desse tipo de produção camponesa, que em alguns aspectos são protagonizados pelas mulheres, para a produção do agronegócio. Para tal, foi feito um arremate teórico-metodológico que passou por reflexões a cerca da Soberania Alimentar como conceito chave para entender o enfrentamento da fome na atualidade, além do uso como instrumento político que fortalece a luta dos movimentos sociais. Outra questão que foi abordada são as relações de gênero que se expressam enquanto relações sociais de poder e a hierarquia existente na divisão sexual do trabalho. Além disso, foi possível discutir a importância dos movimentos sociais em especial como importante fonte de garantia da superação das relações de desigualdade no campo, mesmo que ainda haja um abismo no que diz respeito ao fim da opressão de gênero. A intenção é identificar os papéis sociais que homens e mulheres cumprem na sociedade com vistas a perceber a participação das mulheres nas práticas que envolvem a luta pela Agroecologia e Soberania Alimentar e pela autonomia e emancipação. A partir da sistematização de algumas ideias, a proposta é discutir e tentar responder a algumas questões, tais como: Em que medida uma abordagem de gênero enriquece a discussão sobre Soberania Alimentar? Como a Soberania Alimentar, pode se constituir enquanto projeto de luta contra a fome e como as mulheres participam desse processo? Quais as maiores dificuldades que as mulheres camponesas enfrentam no seu cotidiano? De que forma a luta das mulheres por Soberania Alimentar amplia e democratiza o espaço público? A luta das mulheres promove um deslocamento de poder? A ideia se constitui na possibilidade de nos situarmos dentro do universo social, político e teórico, no qual as questões sobre gênero e Soberania Alimentar tem se apresentado.

Palavras-chave: trabalho; gênero; soberania alimentar;

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the relationship between peasant women and the alternative production and reproduction practices of the peasantry. Understand the path taken by women and their trajectories. In this way, we seek to understand the production processes that lead to agroecological practices with a view to Food Sovereignty in the Che Guevara Settlement located in Pontal do Paranapanema, in the interior of the state of São Paulo. The difference between this type of peasant production, which in some aspects is led by women, and agribusiness production stands out. To this end, a theoretical-methodological approach was made that included reflections on Food Sovereignty as a key concept for understanding the fight against hunger today, in addition to its use as a political instrument that strengthens the struggle of social movements. Another issue that was addressed is gender relations that are expressed as social relations of power and the hierarchy that exists in the sexual division of labor. Furthermore, it was possible to discuss the importance of social movements in particular as an important source of guaranteeing the overcoming of inequality in the countryside, even though there is still an abyss regarding the end of gender oppression. The intention is to identify the social roles that men and women fulfill in society with a view to understanding women's participation in practices that involve the fight for Agroecology and Food Sovereignty and for autonomy and emancipation. From the systematization of some ideas, the proposal is to discuss and try to answer some questions, such as: To what extent does a gender approach enrich the discussion on Food Sovereignty? How can Food Sovereignty become a project to fight hunger and how do women participate in this process? What are the biggest difficulties that peasant women face in their daily lives? How does women's fight for Food Sovereignty expand and democratize public space? Does the women's struggle promote a shift in power? The idea constitutes the possibility of situating ourselves within the social, political and theoretical universe, in which questions about gender and Food Sovereignty have been presented.

Keywords: labor; gender; food sovereignty;

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1– Localização do Pontal do Paranapanema e da Alta Paulista e no Estado de São Paulo.	31
Mapa 2 - Número de assen ^o tamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP) – 1979-2010	33
Mapa 3 – Localização do Assentamento Che Guevara no Pontal do Paranapanema (SP).	35

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1 - Agrovila no Assentamento Che Guevara	36
Foto 2 – Entrada da Agrovila no Assentamento Che Guevara	37
Foto 3 - Casas da agrovila do Assentamento Che Guevara	37
Foto 4– Plantação de milho consorciada com café maio de 2014.	43
Foto 5 - Plantação de feijão no meio do café maio de 2014.	44
Foto 6 - Horta Agroecológica no Assentamento Che Guevara, novembro de 2015.	44
Foto 7 - Café torrado produzido no Assentamento Che Guevara em maio de 2014.	70
Foto 8 - Ação direta das Mulheres do MST e da Via Campesina na empresa Aracruz Celulose, 2006.	72
Foto 9 - Dona Josefa e Andrea, novembro de 2014.	88
Foto 10 - Dona Josefa e seu marido, novembro de 2014.	93
Foto 11 - Cida Matraca em seu lote, novembro de 2014.	95
Foto 12 - Maria dos Santos, novembro de 2014	97
Foto 13 - Mudanças de mucuna-preta para adubação verde, junto com milho, abacaxi e árvores frutíferas, novembro de 2014.	100
Foto 14 - Horta comunitária, novembro de 2014.	101
Foto 15 - Sementes de milho crioulo, novembro de 2014.	104
Foto 16 - Rotina de trabalho da mulher camponesa	112
Foto 17 - Dona Josefa mostrando seu trabalho no lote, novembro de 2014.	113

ÍNDICE DE FIGURA

Figura 1 – Logo da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida.

67

ÍNDICE DE ORGANOGRAMA

Organograma 1 - Oligopólio dos alimentos industrializados.

62

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Áreas obtidas para Projetos de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema (SP) no período de 1985 a 2010. 48

Gráfico 2 - Número de Ocupações de Terra no Pontal do Paranapanema no período de 1988 a 2010. 49

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Produção Agrícola dos Assentamentos do Estado de São Paulo safra 2011/2012	41
Tabela 2 - Produção agrícola do Oeste Paulista, safra 2011/2012	42

ÍNDICE DE SIGLAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
CCA-SP – Cooperativa Central da Reforma Agrária do Estado de São Paulo
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COOCAMP – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra
DS-PAA – Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FEPASA – Ferrovia Paulista Sociedade Anônima
GETeM – Núcleo de Pesquisa, Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PJ – Pastoral da Juventude
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
SP – São Paulo
UDR – União Democrática Ruralista
UFG – Universidade Federal de Goiás
UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

COMO CHEGUEI ATÉ AQUI	22
INTRODUÇÃO	24
OS TRILHOS PERCORRIDOS NESSE “TREM” DE PESQUISA	26
1 O LUGAR DE ONDE FALAMOS: do território do Pontal do Paranapanema (SP), ao Assentamento Che Guevara	29
1.1 O Pontal do Paranapanema (SP) no contexto das lutas do campo	30
1.1.1 A Luta pela Reforma Agrária e a formação do Assentamento Che Guevara	34
1.1.2 Da fome à luta pela sobrevivência: a produção de alimentos no Assentamento Che Guevara	39
1.2 Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária como territórios de luta	45
2 TRABALHO, REFORMA AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR: aportes teóricos para uma reflexão	51
2.1 A centralidade do trabalho no debate sobre Soberania Alimentar	52
2.2 A divisão sexual do trabalho	56
2.3 Uma reflexão sobre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar	58
2.3.1 Experiências de diálogo sobre a Reforma Agrária, a Agroecologia e a Soberania Alimentar com a população brasileira	65
2.4 Mulheres Agroecologia e Soberania Alimentar	68
3 GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS: pela <i>subversão dos papéis</i>	76
3.1 Mulheres trabalhadoras: dimensões da precarização	77
3.2 As condições das mulheres camponesas	80
3.3 Gênero e relações sociais de poder	82
4 MULHER, MÃE, TRABALHADORA: a história de luta e resistência das camponesas do Assentamento Che Guevara.	85
4.1 Um pouco delas, por elas mesmas: história, nossas histórias, dias de luta, dias de glória.	86
4.2 Agroecologia e a Soberania Alimentar como estratégias de reprodução camponesa e permanência no campo.	98
4.2.1 As características do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)	106
4.3 O trabalho das mulheres: a mulher como protagonista de saberes e práticas contra hegemônicas.	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE	123

COMO CHEGUEI ATÉ AQUI

Essa retrospectiva é importante para mim, porque, me faz chegar até a minha escolha por fazer o mestrado no Programa de Pós Graduação em Geografia da Regional Catalão. Antes de mais nada gostaria de me apresentar. Desde cedo, comecei a me envolver com a militância política e isso eu não sei nem como se explica, talvez o fato de crescer em uma família trabalhadora e estar sempre junto de outras pessoas que me despertaram algumas inquietações. Não sei, na verdade, não me lembro como isso surgiu dentro de mim, mas, com 17 anos eu estava deixando de participar da Pastoral da Juventude (PJ) da igreja católica, e entrar na militância do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e do movimento estudantil secundarista.

Nunca pensei que pudesse chegar a fazer um curso superior, muito menos em uma universidade pública, pois, para mim entrar na universidade era uma tarefa impossível. Percebi que não era um “bicho de sete cabeças”. Eu estudei para conseguir passar no vestibular da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP), onde cursei a graduação em Geografia, saindo do partido e do movimento estudantil secundarista, para começar o envolvimento com o movimento estudantil universitário, centro de direitos humanos e demais movimentos que eu sentia que era justo. Durante a minha graduação, eu vivi a universidade de maneira intensa. Aprendi muito, com todos os meus professores e professoras do curso de Geografia, em especial, meu orientador Prof^o Dr. Antonio Thomaz Junior, um homem de fibra e muito corajoso. Mas, confesso que a vivência e as relações humanas naquele espaço me formaram muito mais do que as quatro paredes da sala de aula. Ao longo dos anos dedicados à pesquisas e as atividades e eventos do grupo, pude conhecer os vínculos e os laços do CEGeT pelo Brasil.

Também pude vivenciar uma série de experiências relacionadas a educação, arte e pesquisa. Trabalhei em uma escola prisional, localizada no distrito do município de Presidente Prudente (SP), minha cidade natal. Colaboramos na construção do Cursinho Popular Rosa Luxemburgo, organizado por nós estudantes, que atendia a comunidade pobre e da escola pública, dando aula e gestando. Trabalhei com pesquisa de Iniciação Científica no CEGeT, relacionadas a questão agrária e as lutas sociais no campo.

Durante toda essa trajetória eu me deparei com questões que me interessavam aprofundar, mas eu tinha uma necessidade de me ver na pesquisa. Queria discutir sobre nós,

mulheres, e as condições que estão colocadas para nós. Foi quando já estava envolvida com os movimentos de luta pela terra, pude ter a felicidade de conhecer mulheres fortes e guerreiras. Então, quis adentrar ao universo da mulher camponesa e com um cuidado, eu percebi as mulheres, suas diferenças e suas capacidades de enfrentar a vida e seus desafios. Decidi que estava no caminho certo.

Na minha experiência no mestrado pude conhecer novas abordagens teóricas, posturas críticas em relação a produção da ciência. Realizei muitas viagens em busca de conhecer e viver os espaços, participei dos eventos relacionados à minha pesquisa e também conheci colegas da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros).

É com muito orgulho e gratidão que eu apresento a minha história e as histórias dessas mulheres que me emocionaram ao reouvir as falas das entrevistas, muito tocantes, profundas e comoventes para mim.

INTRODUÇÃO

A fome não é só fome de pão. Há também muita fome de abraço. Este é um mundo esfomeado de pão e abraço. E não seremos humanos, nem deveras democráticos, se não formos capazes de criar um mundo em que não haja fome nem de pão, nem de abraço. (EDUARDO GALEANO, 2012).

As condições de homens e mulheres do campo e o contexto de falta de autonomia na produção agrícola nos incitam a tratar nessa proposta de pesquisa, entre outras coisas, da questão da fome, que, certamente, se trata da fome da *menina sudanesa fotografada enquanto um abutre ao lado esperava sua morte*¹, mas, não somente. Estamos falando também, da fome que se expressa enquanto fome teórica, da fome que silencia, da fome pela disputa político-ideológica, da *fome de pão e de abraço*. Todas essas, são expressões da *fome*, que merecem atenção, sendo que, essas diversas dimensões, já justificariam a necessidade de mergulharmos nessa realidade, a fim de avançarmos criticamente rumo a sua compreensão.

Sabemos que o avanço do capital no campo através da territorialização do agronegócio tem trazido consequências devastadoras aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Assistimos a um constante desmonte da agricultura camponesa, que segue resistindo, na busca por reproduzir seu modo de vida, seus saberes e suas práticas, pois destoam da lógica homogeneizante do capital, visto que a centralidade da agricultura camponesa é a produção de alimentos e não de mercadorias.

A luta pela Reforma Agrária, unida à luta pela Soberania Alimentar, que se expandem para outras tantas lutas, empreendidas principalmente pelos movimentos lastreados no campo, têm permitido uma acumulação de elementos em sua trajetória que os colocam numa posição de combate ao próprio *sistema do capital*. Isto é, vão além de reivindicações específicas do meio rural, pelo fato de que esse sistema se realiza articulando as diversas esferas que recobrem a sociedade (social, econômica, política, cultural, rural, urbana), principalmente nos últimos anos, quando da integração dos capitais agrícola, industrial e financeiro, materializada nos complexos agroindustriais.

Nossos olhares se focam nas relações de gênero no Assentamento Che Guevara localizado no Pontal do Paranapanema região oeste de São Paulo, que se modificam conforme os rearranjos do capital e na medida das necessidades de acumulação, mantendo historicamente a subalternidade e a opressão de uns por outros. Pressupomos que as práticas e

¹ Expressão utilizada por José de Souza Martins, no texto “Apetites maniqueístas”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,apetites-maniqueistas,934609,0.htm>>. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

as relações homem-mulher possuem fissuras que, em alguns momentos, se constituem impeditivos para a construção de valores e sociabilidades que possam questionar à conformação capitalismo-patriarcalismo. As relações assimétricas entre homens e mulheres continuam sendo reproduzidas no âmbito da agricultura camponesa, o que não contribui para a diminuição das desigualdades no campo.

Consideramos como centralidade da pesquisa, avaliar como se dá a atuação das mulheres trabalhadoras camponesas na produção de alimentos e na construção dos saberes e práticas que envolvem a luta contra a fome, ou se preferirmos, a luta pela Soberania Alimentar no Assentamento Che Guevara. Dessa maneira, buscamos identificar, as funções e papéis de gênero, junto às transformações no mundo do trabalho, na tentativa de transpor a definição dos papéis sociais que trabalhadores e trabalhadoras cumprem, para analisar as relações de gênero estabelecidas no território, fundamentadas na junção austera, patriarcalismo-capitalismo, e os desafios apresentados para a classe trabalhadora na contemporaneidade.

Assim, busca-se tratar dos aportes teóricos que servirão de base para a discussão, que será apresentada. A pesquisa se evidencia a partir de uma análise da participação das mulheres na luta pela Soberania Alimentar e pela Agroecologia com o estudo de caso do Assentamento Che Guevara localizado no Pontal do Paranapanema extremo oeste do estado de São Paulo. Pretende-se verificar se existe uma participação da mulher na agricultura agroecológica, na luta pela terra e pela Soberania Alimentar e como essa ação pode promover a construção da mulher e *deslocamentos* nas relações de poder no Assentamento pesquisado.

Certos de que não há uma verdade absoluta, nem um conhecimento capaz de desvendar todos os mistérios do mundo, mesmo porque a própria realidade é sentida, vivida e percebida de maneira diferente por cada um de nós. Não somos capazes de captar “tudo que está na realidade”, seria muito difícil viver, que dirá decodificar e explicar. Existem várias formas de explicação para o mundo e a ciência é apenas mais uma delas. Assim, a ciência também se divide em diversas correntes e teorias para explicar os processos e fenômenos.

Com a clareza das limitações impostas em diferentes aspectos e escalas é que estamos propondo a discussão dessa dissertação. Dessa maneira não se trata apenas de limitações teóricas que ainda estão em processo de construção no âmbito acadêmico, como também de nossa própria capacidade de arrematar todas as ideias e todo conhecimento adquirido ao longo do processo de pesquisa, que em partes, só tem registros dentro de nós.

OS TRILHOS PERCORRIDOS NESSE “TREM” DE PESQUISA

É imprescindível que pensemos no caminho percorrido, levando em consideração os objetivos que nos são colocados, construindo assim, os procedimentos utilizados para apreensão da realidade posta. Nossa preocupação se dá na relação entre a teoria e a prática, na busca da sua interação dialética, o que significa trabalhar na perspectiva da práxis. Nesse sentido, utilizamos técnicas qualitativas de investigação para construir as informações que consideramos necessárias.

Essa discussão é produto de um esforço que está relacionado a trajetória acadêmica no Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, sendo que, as motivações que resultaram na proposta, também estão relacionadas a vínculos que antecedem o ingresso na Universidade

Sem dúvida, não fossem os embates e as experiências coletivas vivenciadas ao longo do caminho, não teríamos condição alguma, muito menos a ousadia e o atrevimento, de submeter qualquer produto de reflexão teórica no âmbito público, inclusive esta dissertação. Além disso, a vivência, as aproximações no GETeM/UFG/Catalão (Núcleo de Pesquisa, Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais) e as contribuições dos companheiros e companheiras que atuam no Grupo, especialmente, do orientador Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, foram decisivas para a conclusão das discussões.

As escolhas e as posições políticas, às quais nos vinculamos, serão demarcadas ao longo da dissertação, para que ninguém, *caia na ilusão* de que há algum tipo de comprometimento com “um conhecimento neutro”.

Foi feita a pesquisa exploratória com realização de trabalhos de campo para o reconhecimento da realidade local/regional, e coleta de informações em geral, bem como, visitas específicas ao Assentamento Che Guevara do Pontal do Paranapanema (SP).

Durante os trabalhos de campo foi realizada observação direta dos fatos e fenômenos levando em consideração as atividades laborais e o cotidiano das famílias que vivem no Assentamento. Os trabalhos de campo realizados durante esta pesquisa foram acompanhados pelo diário de campo, onde foram registradas as impressões e informações relevantes coletadas nas visitas propostas.

Realizamos levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, monografias e textos publicados tanto em formato de periódicos impressos, como em formato digital, que tratavam das temáticas: do trabalho, da reforma agrária, da Soberania Alimentar, das relações de gênero, do feminismo, dos movimentos sociais entre outras.

Assim, também trouxemos para o nosso cotidiano, a vivência e a participação junto ao grupo de pesquisa do orientador do pré-projeto, com intuito de estabelecer os diálogos e debates, necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

Foram selecionadas 10 mulheres, a partir de um mapeamento dos lotes e da atuação dos sujeitos nas diferentes atividades do Assentamento. O Assentamento Che Guevara foi escolhido por ter uma estrutura com agrovila, escola e organização social importante. Os critérios para a escolha das mulheres entrevistadas foi baseado na disponibilidade de participação e seu engajamento na produção e organização política no assentamento, não teve nenhum caráter de padrão etário, racial, religioso etc, apenas a necessidade de serem mulheres assentadas e atuantes.

Por meio da aproximação com uma das principais lideranças do Assentamento a Andrea Aparecida dos Santos da Silva Rainha de 42 anos, militante do MST e de agentes da saúde e da escola foi que buscamos as indicações das mulheres para as entrevistas. Além disso Andrea nos acompanhou durante as entrevistas, o que contribuiu para uma relação de maior confiança das assentadas em relação a disponibilização das informações. Isso foi importante, pois, nos apresentou também um cenário dos laços e dos envolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras entre si dentro do Assentamento.

As entrevistas foram realizadas com maiores de idade e em suas casas, ou onde se sentiram à vontade. É preciso destacar ainda que, o critério fundamental para a participação desta pesquisa como sujeito, foi a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Passando também pelo comitê de ética.

As informações coletadas nos trabalhos de campo, nas observações, no diário de campo, nas entrevistas e nas pesquisas em fontes secundárias serão analisadas e interpretadas de forma qualitativa. A interpretação dos dados foi realizada, a partir do arcabouço teórico que fundamenta a pesquisa.

Serão omitidas aquelas experiências ao longo da pesquisa que não cabem nesse espaço por motivos de qualquer constrangimento por parte das participantes e pesquisadora ou até mesmo aquilo que no nosso julgamento não cabe a essa discussão.

Já que trataremos, entre outras coisas, das lutas históricas do campesinato, da herança dos saberes/fazer e das relações de trabalho e gênero que se estabelecem no âmbito produtivo e reprodutivo, é preciso que possamos conhecer as atividades do dia-a-dia dessas trabalhadoras e trabalhadores, enfatizando o estudo das experiências cotidianas, visando superar na pesquisa *as generalizações sobre as experiências de mulheres e homens para apreender a sua especificidade em tempos e espaços particulares*. (FRANCO, 2003).

Temos consciência do risco desse tipo de metodologia, principalmente, na condição de pesquisadoras/pesquisadores, afinal, as nossas próprias biografias, ou seja, nossa vida, nossa atuação e nossas *visões* e posturas – que não são estáticas e também se transformam – acabam tendo um peso fundamental nos encaminhamentos metodológicos. Assim, é preciso ir a campo reconhecendo essa condição, na perspectiva de “[...] atenuar os efeitos das relações de poder que se estabelecem entre pesquisadora e pesquisados”. (FRANCO, 2003, p. 39).

Levantamos informações secundárias, gerais e específicas, junto ao ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATA LUTA).

Após a realização dos processos metodológicos apresentados foi elaborado a redação final. Finalmente, após a defesa da dissertação, iremos propor a apresentação e a divulgação do resultado final do trabalho, as sujeitas envolvidas e estudadas durante a pesquisa, com o intuito de dialogarmos sobre as nossas conclusões, mantendo um compromisso ético com aqueles e aquelas que em luta, nos permitem fazer as devidas reflexões.

Capítulo I:

- 1 O LUGAR DE ONDE FALAMOS: do território do Pontal do Paranapanema (SP), ao Assentamento Che Guevara**

1.1 O Pontal do Paranapanema (SP) no contexto das lutas do campo

Nesse primeiro capítulo, será colocado o contexto histórico e geográfico do Pontal do Paranapanema, que está vinculado à história do Brasil de forma mais ampla. Vivemos em um chão onde a injustiça, a dor e o sofrimento, da natureza e dos povos, gritam e ecoam ao longo da história do Brasil. Tragicamente, temos os registros do dilaceramento da natureza encampado, inicialmente, pelos colonizadores e seus cúmplices, juntamente com o extermínio, escravidão e marginalização dos povos que deram origem ao povo brasileiro. A história da luta pela terra no Brasil remonta a resistência indígena, quilombola e camponesa.

No Brasil, o processo de colonização foi imprescindível para que nossa história ficasse manchada de sangue, sofrimento e apartamento dos homens e mulheres, que trabalhavam nesse país, por um pedaço de terra.

Pouco antes da abolição da escravidão no Brasil, a Lei de Terras foi aprovada, em 1850, sendo a primeira lei que regulamentava a propriedade privada no Brasil. Sem nenhum tipo de coincidência foi aprovada juntamente com a Lei Euzébio de Queiroz que abolia o tráfico de escravos.

Esse processo, de fim da escravidão e início da mercantilização da terra no Brasil, foi uma das maneiras encontradas pelos fazendeiros e latifundiários para garantirem que as terras permanecessem nas mãos da elite branca e proprietária de terra. A Lei de Terras foi uma legislação específica para a questão fundiária e estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra colocando fim ao regime de sesmarias².

Nesse contexto, (anterior à lei de terras de 1850) as terras que não tinham dono deveriam ser transferidas para o domínio da Coroa, *devolvidas* ao Estado, pois, eram configuradas como terras públicas. Segundo Fernandes (1999), nessa transição, foi forjado um título de propriedade de uma fazenda, feito por João Evangelista de Lima e Manoel Pereira Goulart, conhecida como fazenda Pirapó-Santo Anastácio, que corresponde à região do Pontal do Paranapanema, com uma área de 238 mil alqueires. Essa é a grilagem³ de terras mais conhecida da região.

A região do Pontal do Paranapanema, localizada no oeste do estado de São Paulo, era predominantemente mata virgem com características do bioma Mata Atlântica, que ao longo do domínio dos grileiros foi desmatada. Na década de 1940, foram criadas três reservas florestais, a Grande Reserva do Pontal, com área de 246.840 ha; a Reserva da Lagoa São

² Os capitães-donatários, titulares das capitâneas hereditárias garantiam a distribuição de terras à sesmeiros que tinham a posse da terra para produzirem nela.

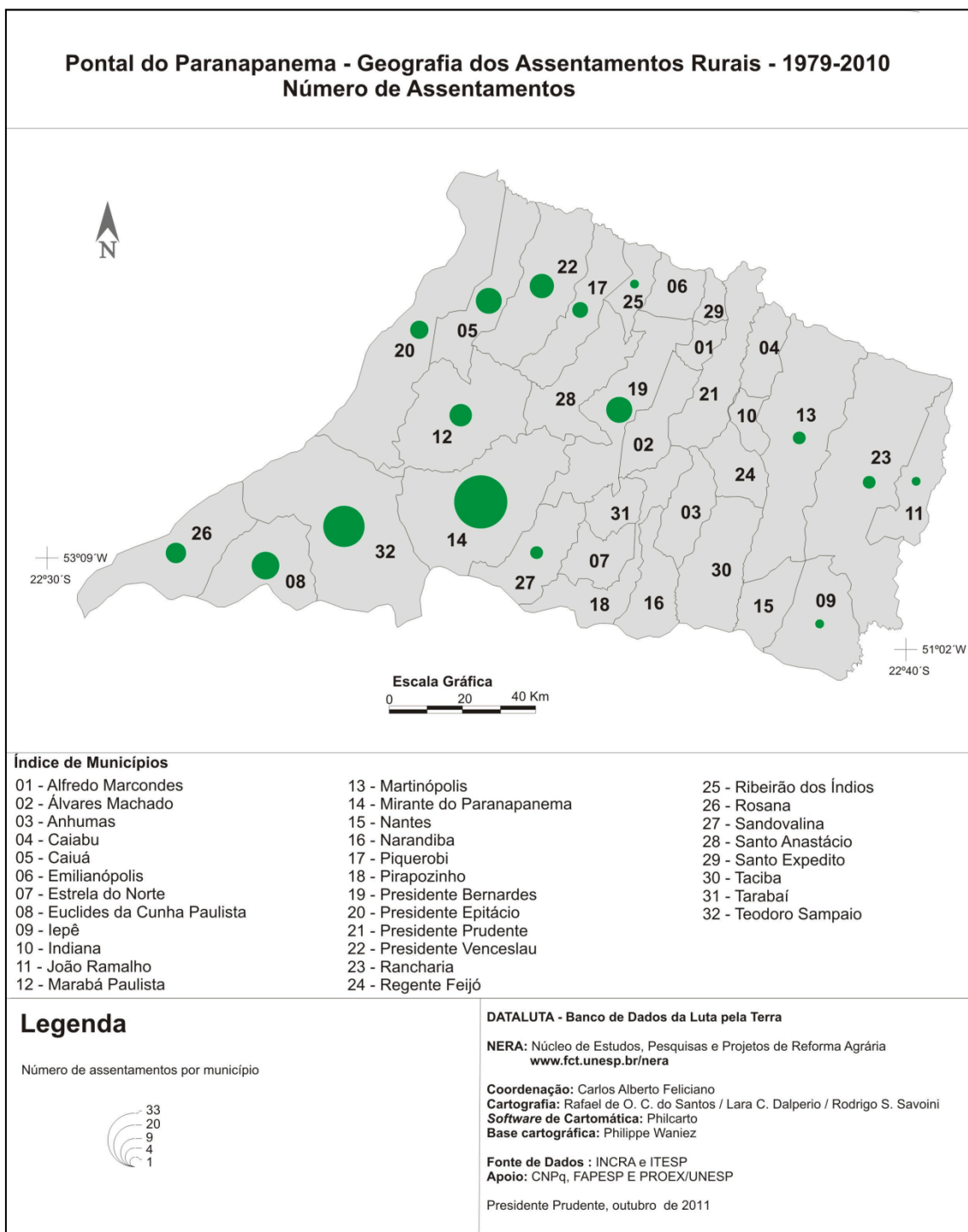
³ Grilagem é o nome dado ao processo de apropriação de terras públicas por meio de falsificação de documentos.

Na década de 1960, os primeiros movimentos tiveram início, próximo ao município de Estrela do Norte e alguns trabalhadores e trabalhadoras começaram as primeiras ocupações. Na década de 1980, três usinas hidrelétricas foram instaladas na região do Pontal do Paranapanema: Taquaruçu, Rosana e Porto Primavera, causando diversos impactos sociais e ambientais, com o alagamento perdeu-se, além da vegetação, dos animais mortos e de toda a biodiversidade sítios arqueológicos das primeiras comunidades indígenas que viveram na região. Nesse mesmo período, uma recessão econômica fez com que o desemprego aumentasse e uma das saídas para trabalhadores e trabalhadoras foi a ocupação de terras.

No início das ocupações de terra no Pontal houve muita violência no campo como, ameaças, agressões, assassinatos, queima de barracos e a perseguição por parte dos jagunços das fazendas. Na medida em que camponeses e camponesas se organizavam em luta, os grileiros e latifundiários da região também se uniam para a criação da União Democrática Ruralista (UDR).

Na década de 1990 inicia-se no Pontal uma forte mobilização de homens e mulheres sem-terra e iniciam as ocupações de terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza em julho de 1990 sua primeira ocupação de terra no Pontal, no município de Teodoro Sampaio, dando início a sua trajetória de disputa territorial na região. Os impactos territoriais das ocupações de terra são significativos, pois, os assentamentos que existem hoje no Pontal do Paranapanema são fruto dessa luta, ou seja, não foi feito por parte dos governos projetos de assentamento sem a pressão das manifestações e ocupações. As ocupações de terra foram imprescindíveis para que fosse realizada a redistribuição de terra. No Mapa 2 a seguir, é possível observar a quantidade de assentamentos criados no Pontal desde o fim da década de 1970 até 2010.

Mapa 2 - Número de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP) – 1979-2010



Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA).

Segundo Fernandes (1999) o Pontal, em 1995, era uma das regiões que concentravam as principais áreas de conflito fundiário e onde aconteceu o maior número de ocupações de terra.

A intensificação dos conflitos fundiários obrigou o estado a realizar um estudo da situação fundiária do território paulista. O resultado foi que 15% da área total do

estado que podem ser incorporadas ao patrimônio do estado. A situação fundiária do Pontal do Paranapanema é extremamente complexa e se encontra em processo de desentranhamento. O Pontal possui 444.130,12 há de terras devolutas e 519.315,00 há que são com processos de ações discriminatórias a iniciar ou em andamento. A maior parte destas terras estão sob o domínio de grandes grileiros e latifundiários. (FERNANDES, 1999, p. 162)

Ainda de acordo com Fernandes (1999), em 1992, o Estado começou a reivindicar as terras griladas dos fazendeiros e ocupantes, como o caso da Fazenda Santa Clara, que hoje é o Assentamento Che Guevara – área principal dessa pesquisa – o qual, será abordado na seção a seguir.

A situação no Pontal é delicada e polêmica, porque os conflitos fundiários foram se tornando mais complexos, na medida que o agronegócio canavieiro se territorializou na região. Nas últimas décadas várias empresas do setor sucroalcooleiro se instalaram só no Pontal do Paranapanema, que são: Caiuá (Dest. Decasa); Martinópolis (Usina Atena); Narandiba (Dest. Paranapanema e Usina Cocal II); Pirapozinho (Usina Atena); Presidente Prudente (Usina Alto Alegre); Regente Feijó (Dest. Santa Fany); Santo Anastácio (Dest. Dalva); Teodoro Sampaio (Dest. Alcídia) e Mirante do Paranapanema (Usina Conquista do Pontal).

À ofensiva do capital agroindustrial canavieiro vai desde a instalação de novas agroindústrias, até a intensificação do ritmo de trabalho, a precarização das relações de trabalho e de produção e os rearranjos organizacionais, produtivos e gestionários, em virtude da busca de acumulação ampliada de capital.

Além disso, as transformações ocorridas no espaço agrário dessa porção do território paulista afeta diretamente a população camponesa da região, que estão “cercadas” pelas plantações de cana-de-açúcar onde é feita a pulverização (muitas vezes, aérea) de agrotóxicos, contaminando o solo e a água (tanto superficial quanto subterrânea), inclusive as plantações vizinhas dos camponeses e camponesas.

1.1.1 A Luta pela Reforma Agrária e a formação do Assentamento Che Guevara

O espaço agrário brasileiro tem como uma de suas principais características a histórica desigualdade e a pobreza. A estrutura agrária caracterizada pela concentração da propriedade da terra e as disparidades na distribuição de renda per capita é o suporte para a permanência dos mecanismos econômicos, sociais e políticos causadores e mantenedores da miséria.

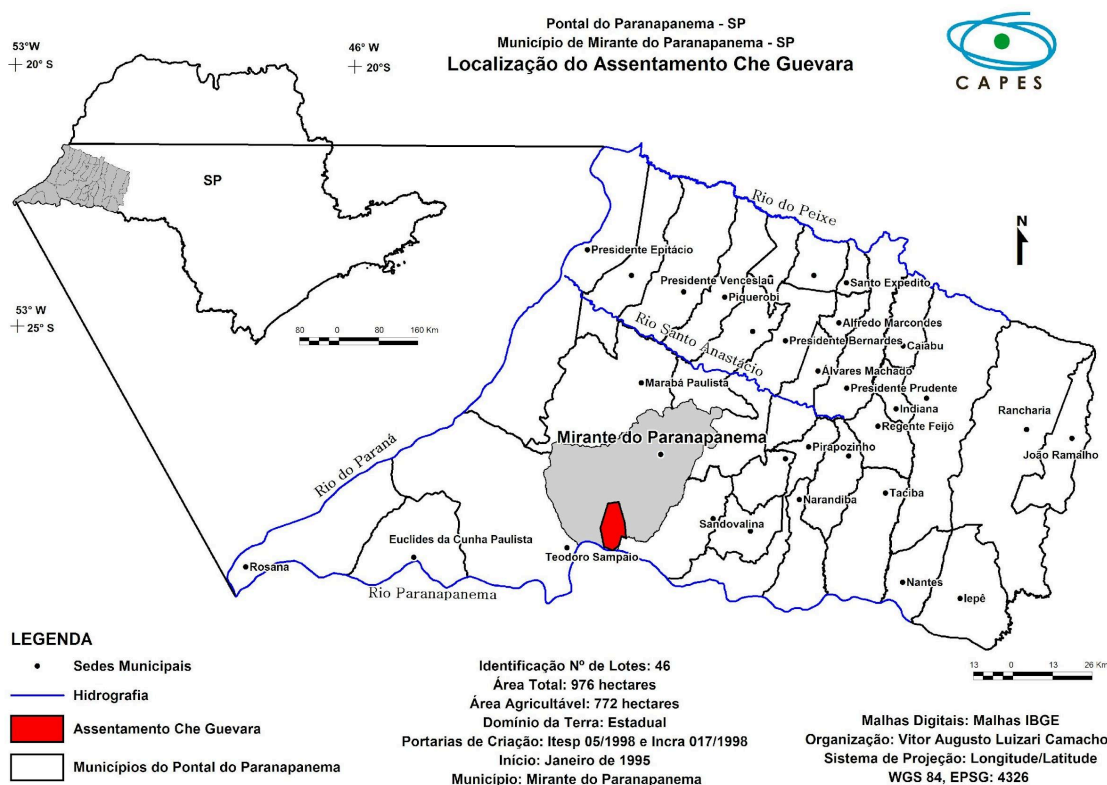
O modelo agrícola modernizante hegemônico pelo agronegócio e pelo intenso avanço das formas de controle do capital sobre o território, tem gerado desemprego no campo

e intensificado processos de expropriação que por sua vez respondem pela superexploração e precarização de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Nesse sentido, os lugares os quais desafiam o poder e a hegemonia do agronegócio no campo, explicitando para a sociedade o conflito de classes são os Acampamentos⁴ e Asse⁵ntamentos. E são esses os lugares que objetivam as nossas preocupações em relação ao processo de dominação do capital que compreende as formas de opressão.

Para dar cabo à pesquisa, nosso recorte espacial de pesquisa será o Assentamento Che Guevara, que foi instalado há quase duas décadas e está localizado no município de Mirante do Paranapanema (SP). O mapa mostra a localização do Assentamento no Pontal do Paranapanema (SP).

Mapa 3 – Localização do Assentamento Che Guevara no Pontal do Paranapanema (SP).



Fonte: CAMACHO, V. A. L., org., 2015.

Optamos por esse assentamento, pois, suas demandas e organização já estão consolidadas há mais de 20 anos, o que nos possibilita entender os acúmulos referentes à

⁴ Acampamentos são barracos de lona onde as famílias, que vivem debaixo de uma lona preta próximas a grandes latifúndios, na beira das estradas, se organizam coletivamente, na luta pela Reforma Agrária.

⁵ Assentamentos são territórios conquistados pelas famílias trabalhadoras Sem Terra. Eram latifúndios improdutivos, grilados, com crimes ambientais e/ou trabalhistas que, pela luta, foram transformados em território de reprodução social das famílias camponesas.

produção e aos vínculos comunitários estabelecidos. Além disso, nos Assentamentos de Mirante do Paranapanema (SP), a maioria das casas foi construída com base nos lotes individuais, mas, no Assentamento Che Guevara há uma agrovila⁶ que proporciona o maior convívio entre os sujeitos. Nas Fotos 1, 2 e 3 abaixo podemos ter uma noção imagética da entrada do assentamento, da organização em forma de agrovila, bem como, as casas e a vizinhança.

Foto 1 - Agrovila no Assentamento Che Guevara



Fonte: MALDONADO, P.S., Trabalho de campo, outubro de 2014.

⁶ As agrovilas funcionam como pequenas vilas, geralmente, com infra-estrutura básica (saneamento, posto médico, escola, espaço para esporte, lazer, atividades culturais etc) em que, a construção das casas é feita em local que permite uma vizinhança próxima e uma ligação direta com as áreas de cultivo. A ideia é incentivar formas de cooperação, como mutirões, criação de associações e cooperativas.

Foto 2 – Entrada da Agrovila no Assentamento Che Guevara



Fonte: MALDONADO, P.S., Trabalho de campo, outubro de 2014.

Foto 3 - Casas da agrovila do Assentamento Che Guevara



Fonte: MALDONADO, P.S., Trabalho de campo, outubro de 2014.

É possível, a partir da incursão no referido Assentamento, analisar a produção de alimentos com o potencial de atender e garantir a existência digna dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, buscando a partir disso, contribuir com uma leitura *generificada* da Soberania Alimentar.

O Assentamento Che Guevara existe desde 1991. Foi a primeira conquista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema, mais precisamente no município de Mirante do Paranapanema (SP). Originou-se da luta de mais de 600 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que ocuparam a Fazenda Santa Clara em setembro de 1991.

O proprietário da Fazenda Santa Clara solicitou à Justiça a reintegração de posse. A ação foi cumprida e as famílias do MST foram transferidas para uma área desativada da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), enquanto a Procuradoria Geral do Estado tentava provar que a fazenda realmente estava em terras devolutas, portanto, eram de posse do Estado. Os integrantes do MST, com o apoio de entidades ligadas à questão agrária, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e sindicatos rurais realizaram uma passeata onde caminharam 120 km, com duração de 12 dias, até o município de Presidente Prudente, com a intenção de chamar a atenção para a questão fundiária do Pontal. (IOKOI et al., 2005).

Após inúmeras negociações e a partir de um cenário de conflito intenso o Projeto de Assentamento foi promovido em abril de 1992, com a demarcação de 46 lotes com tamanho médio de 16,3 hectares cada. O Governo do Estado de São Paulo pagou ao fazendeiro as benfeitorias realizadas, e iniciou um projeto de assentamento emergencial. (IOKOI et al., 2005).

O Assentamento Che Guevara fica próximo à outros dois assentamentos, Paulo Freire e Antonio Conselheiro, que da mesma forma em que ocorreu com o Che Guevara, foram criados a partir da desapropriação das duas áreas pelo governo estadual, com a finalidade de serem destinadas à reforma agrária.

O Assentamento está localizado em uma área, historicamente, marcada pelo conflito fundiário. O desenho do território mostra o quanto essas disputas ainda existem, pois, o assentamento é praticamente “cercado” pelo monocultivo da cana-de-açúcar. Além disso, fica próximo à duas importantes usinas de cana-de-açúcar da região a Usina Alcídia construída em 2007 no município de Teodoro Sampaio (SP) e a Usina Conquista do Pontal inaugurada em 2009, ambas do grupo Odebrech Agroindustrial.

Mesmo num contexto adverso e com contradições as assentadas e assentados conseguem desenvolver estratégias de reprodução de seu modo de vida e garantir a produção de alimentos para a mesa de sua família e de tantas outras famílias trabalhadoras, que consomem esses alimentos.

1.1.2 Da fome à luta pela sobrevivência: a produção de alimentos no Assentamento Che Guevara

A fome é *a expressão biológica de males sociológicos*. É um fenômeno geograficamente universal, a Terra foi e até hoje é a terra da fome. A fome não é produto da superpopulação e de explosão demográfica, ou seja, não é a falta de alimento que gera a fome. A fome é um flagelo fabricado pelos *homens*, contra outros *homens*. (CASTRO, 1984).

Há uma dificuldade em acessar os alimentos, por parte da população trabalhadora pobre, pois, na sociedade capitalista, os alimentos, são necessariamente, mercadoria, cuja mediação para conseguí-los é o dinheiro.

Em Geografia da Fome, Josué de Castro (1984), já discutia que a erradicação da fome não tem haver só com o acesso ao alimento, a má alimentação diária, também pode causar a desnutrição. Nesse mesmo estudo, chegou a apontar as principais carências nutritivas e alimentares da população brasileira. O fenômeno da fome crônica ou parcial corrói, silenciosamente, inúmeras populações do mundo, o que chega a ser mais grave, do que a fome aguda e total.

Nos últimos dez anos vem sendo implementadas políticas do Governo Federal em relação a extinção da fome e da pobreza no Brasil. Nos relatos das entrevistas realizadas para essa pesquisa, nota-se que a percepção das mulheres camponesas, no que tange a realidade brasileira é de que, existe uma mudança significativa no Brasil em relação à fome, nos últimos anos. Aliás, não apenas em referente à fome, como também, uma série de melhorias que conseguem perceber no Brasil e em suas vidas. Ao mesmo tempo, relatam suas lutas em busca dessas melhorias e estão atentas ao que ainda é necessário ser feito.

Dona Maria de Lourdes, de 56 anos, tem três filhos e relata as dificuldades que tem em relação ao acesso às estruturas básicas para viver no campo.

Aquele tempo, cê não tinha uma água encanada, cê não tinha um banheiro, assim, essas coisa que hoje em dia tá com facilidade, mais, no mesmo tempo tá ficando difícil que tá faltando água, né? Aquele tempo não, você ia lá lavava ropa lá no nascente, bebia água de poço, lá nois fala cacimba, porque é um poço que você pega água com a mão[...] tudo você tinha dificuldade, cê trabaivava mais, né. [...] hoje em dia não, você tem um banheiro dentro de casa, você tem um chuveiro, né? Então, em certo sentido a coisa ficou mais fácil, só que de primero cê não tinha tanto problema,

tanta doença. Hoje em dia, porque que cê tem tanta doença? Por causa das coisa envenenada, tudo que ocê come ta envenenada né. [...] aquele tempo você moía cana pra fazê a rapadura, fazia aquelas barra de rapadura procê toma um café. Então, aquilo ali não tinha química nenhuma. Hoje em dia, cê tem a diabete, cê não pode usar açúcar. [...] De primero, os político não fazia muita coisa pra ninguém não. Naquele tempo não te ajudava em nada. Depois que começo a pessoa aposenta uma coisa otra. (Maria de Lourdes Pani Rainha, Mirante do Paranapanema (SP), outubro de 2014).

Percebe-se que, mesmo reconhecendo alguns avanços em relação à conquista de direitos ela aponta uma contradição, no que diz respeito, a como se deu esse processo e as consequências nocivas do avanço do capital para a saúde das trabalhadoras e trabalhadores e para a preservação dos bens da natureza.

Ainda outro relato é do senhor Maurílio Gomes Sobrinho de 76 anos, que diz o seguinte em relação às mudanças no Brasil:

Eu conheço o Brasil não é de agora, porque, eu até quê sou bem veinho. O Brasil de uns doze anos pra cá miorô cinquenta por cento. Não é querê critica os passado, mais, o Brasil melhorô. Às veiz, tem pessoa que não aceita a gente fala, diz: “não o cara ta falano, ta defendendo arguém”, e não é defendê arguém. Eu já trabaiei muito, posso até contá onde eu trabaiei, pra todo lado. Nois era uma irmandade de nove e nois era em treis que trabaiaiva, os otro meu pai dexô pequeno, até fome a gente passava e trabaiaiva. Hoje, ninguém passa fome, o cara que falá que passa fome tá mintino. (Maurílio Gomes Sobrinho, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

Em relação ao combate à fome, ele aponta que há um avanço, nos últimos anos, por parte do governo, e que *ninguém passa fome*. Obviamente, que está se referindo às políticas de redistribuição de renda, de incentivo à agricultura familiar e de distribuição de alimentos promovida pelo governo do PT (Partido dos Trabalhadores) nos seus quase 13 anos de governança. Mesmo assim, é necessário colocarmos em questão um governo que quer acabar com a fome, mas que não abre mão de incentivar as empresas do agronegócio.

É preciso acrescentar que a produção de alimentos no Brasil, que abastece a mesa da população do campo e da cidade vem da agricultura camponesa. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a produção camponesa correspondia, nesse período, a cerca de 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54,0% do feijão de cor), 46,0% do milho, 38,0% do café (parcela constituída por 55,0% do tipo robusta ou conilon e 34,0% do arábica), 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura camponesa foi a

da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação do agronegócio brasileiro.

Assim, pode-se notar que, a agricultura camponesa é fundamental para a erradicação da fome, pois, são as camponesas e camponeses que produzem os alimentos basilares da alimentação da população brasileira. Para correlacionar esses dados, com as informações obtidas através dessa pesquisa é importante ressaltar que os Assentamentos tem um papel significativo, no que diz respeito, a essa produção de alimentos.

O último levantamento⁷ de produção agropecuária realizado pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) foi da safra de 2011/2012 e representa os 180 assentamentos assistidos pela Fundação no Estado de São Paulo, sendo 136 assentamentos de domínio Estadual e 44 assentamentos Federais. São 10.718 famílias assentadas, com uma área total de 227.252,57 hectares.

Tabela 1- Produção Agrícola dos Assentamentos do Estado de São Paulo safra 2011/2012

Grupos	Área (ha)	Total da Produção (ton)	Nº de produtores
ANUAIS	17.859,87	133.480,50	6.590
OLERÍCOLAS	4.357,04	17.130,14	6.676
PERENES	5.472,18	197.298,82	5.549
OUTRAS	9,31	303,06	26
TOTAL GERAL	27.698,40	348.212,51	-

Fonte: ITESP, 2014.

A tabela 1 indica que os Assentamentos do Estado de São Paulo totalizaram uma quantidade de mais de 348 mil toneladas de produtos agrícolas (alimentos) na safra de 2011/2012, entre culturas anuais, olerícolas, perenes e outras. As principais culturas produzidas pelas assentadas e assentados foram milho (5ton/ha) e mandioca (24ton/ha), segundo os mesmos dados.

Na região Oeste de São Paulo, onde se localiza o recorte dessa pesquisa, existem 112 projetos de assentamentos, dos quais 95 são Estaduais e 17 Federais - contemplando 6.049 famílias. A área total dos assentamentos, atualmente, é de 140.397,96 hectares.⁸ Os assentamentos do Pontal têm, em média, 15 anos e mudaram completamente as características da região, trazendo não apenas o desenvolvimento das famílias assentadas, mas também, o desenvolvimento local para a região.

⁷ Este levantamento censitário e declaratório de informações dos assentados e dos assentamentos é realizado através da Caderneta de Campo, um instrumento de trabalho que propõe a aplicação de um questionário.

⁸ Dados ITESP, 2015.

Na safra de 2011/2012 a produção agrícola dos Assentamentos do Pontal chegou a 82.356 toneladas, cerca de 23,6% da produção do Estado. Na região, destacam-se as produções de mandioca (indústria e mesa) e o urucum.⁹

Tabela 2 - Produção agrícola do Oeste Paulista, safra 2011/2012

Grupos	Área (ha)	Total da Produção (ton)	Nº de produtores
ANUAIS	4.042,48	50.464,04	2.515
OLERÍCOLAS	508,24	3.115,26	2.398
PERENES	1.307,94	28.701,92	2.580
OUTRAS	5,67	74,96	13
TOTAL GERAL	5.864,32	82.356,18	-

Fonte: ITESP, 2015.

Nesse levantamento observou-se que o valor bruto da produção agropecuária considerando o valor comercializado e o autoconsumo¹⁰, totalizou mais de 187,7 milhões de reais para as famílias assentadas¹¹ do Estado de São Paulo. O que correspondia em 2012 à 2,58 salários mínimos¹² ou R\$ 1.783,49/mês/família. Já na região do oeste paulista a renda média por família assentada por mês é menor que no Estado, chega a R\$ 1.374,96/mês/família, segundo os mesmos dados.

O assentamento Che Guevara, localizado no município Mirante do Paranapanema, contempla 46 famílias em uma área total de 976,45 hectares. Nos dados produzidos pelo ITESP, na safra de 2011/2012, foram levantadas informações de todas as famílias do assentamento.

No Assentamento são produzidos diversos tipos de alimentos, as famílias produzem para o próprio consumo e para a comercialização. Os alimentos variam de acordo com os lotes e existe uma diversidade na produção. Em entrevista com as mulheres e homens do assentamento foi dito que, a maior parte da produção de alimentos dos seus lotes é entregue à CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e esses alimentos são destinados ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que faz com que os alimentos cheguem até as pessoas mais necessitadas, através da doação simultânea. No capítulo 4, será tratada com maior cuidado as políticas públicas e seus impactos, principalmente, na vida das mulheres.

Historicamente, a produção de alimentos básicos no Brasil esteve associada à agricultura camponesa. A produção da diversidade de alimentos é uma característica marcante

⁹ Dados ITESP, 2015.

¹⁰ Considera-se autoconsumo a renda indireta, isto é, a produção consumida no próprio lote - assim, entende-se que a família deixa de comprar o alimento ou produto no mercado.

¹¹ O valor considerado teve abrangência 83% dos lotes.

¹² Foi considerado o salário mínimo vigente no Estado de São Paulo em 2012: R\$ 690,00.

na produção camponesa. A prática de produção consorciada garante o consumo da família e ainda contribui para a melhor utilização da área como é possível verificar nas Fotos 4 e 5. Na Foto 6, vemos o agricultor e técnico em Agroecologia Berton Rainha de 34 anos, marido da militante do MST Andrea, cuidando da sua horta, que não possui agrotóxicos nem fertilizantes químicos. Que também é entregue para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Feijão, mandioca, banana, milho, amendoim, mamão, melancia, macaúba, milho, limão, pimenta, manga, café, graviola e outros tipos de culturas são produzidas no Assentamento. A planta que se decompõe vira adubo garantindo os nutrientes para a plantação.

Foto 4– Plantação de milho consorciada com café maio de 2014.



Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

Foto 5 - Plantação de feijão no meio do café maio de 2014.



Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

Foto 6 - Horta Agroecológica no Assentamento Che Guevara, novembro de 2015.



Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

Lidar com a terra faz as assentadas e os assentados adquirirem experiência de plantar, colher e viver na terra. No Assentamento Che Guevara as famílias produzem em seus lotes e trazem para o seu cotidiano diversas atividades para a manutenção da vida no lote, dessa forma reproduzem o saber e as práticas camponesas, como veremos ao longo dessa pesquisa.

1.2 Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária como territórios de luta

[...] *Às vezes, eu acho que, todo preto como eu,
Só quer um terreno no mato só seu.
Sem luxo, descalço, nadar num riacho.
Sem fome, pegando as frutas no cacho.
Truta é o que eu acho, eu quero também,
Mas, em São Paulo, deus é uma nota de 100.
Vida "loka".*¹³ (Mano Brown, 2002).

Na letra de rap, Vida loka - parte II, o compositor Mano Brown, usa diversos exemplos para descrever as aspirações de moradores da periferia de uma metrópole: a busca por melhores condições de vida, a vontade de ascender socialmente, a violência/embrutecimento presentes no dia a dia e a presença da criminalidade como estratégia de sobrevivência e ao mesmo tempo satisfação de ambições. Ao longo da letra, presume uma série de situações, que tipificam e caracterizam a periferia, segundo ele.

Curiosamente, o rapper encerra a canção, com esse trecho (transcrito acima), que pode ser interpretado de "n" maneiras, mas, de certo modo, pode desenhlar um pouco, de como foram os relatos dos trabalhadores e trabalhadoras que estão no Assentamento.

Considerando que, quando se refere, a *homem preto e sem luxo*, o autor esteja elencando dimensões de classe para definir quem são os sujeitos que estão em busca de melhores condições de vida. Podemos entender que uma possível interpretação¹⁴ da música, seria que: a saída, para evitar o caos urbano e as dificuldades encontradas nas grandes cidade, ou a luz do fim do túnel para a classe trabalhadora, seria apostar em um modelo de desenvolvimento que não tenha a ganância e o lucro como elementos estruturantes, apontando a luta pela terra e a vida no campo, como uma possibilidade de autonomia e autodeterminação frente às lógicas de dominação e controle (*sem fome pegando as frutas no cacho*).

¹³ Trecho da música Vida Loka - Parte II, do CD: Nada como um dia após o outro dia - disco 2, que foi gravado pelo grupo de Rap Racionais Mc's, em 2002.

¹⁴ Obviamente, que essa é uma interpretação bastante livre, que tem haver com insights e contribuições que as artes podem nos oferecer e não, necessariamente, com a intenção do autor.

Esse trecho é intrigante, pois, se trata de um relato que no nosso imaginário, pode não parecer recorrente entre os moradores e moradoras dos grandes centros urbanos. Além disso, não é muito costumeiro encontrar referências ao modo de vida camponês, nas letras de rap; seu caráter reivindicativo e de denúncia, de forma geral, se restringem ao âmbito urbano, retratando muito do cotidiano dos trabalhadores da cidade, seus conflitos, suas angústias etc.

De certa forma, esse trecho acaba destoando da “regra geral”, do mesmo modo que, hoje, se quisermos abrir o leque de entendimentos e avançarmos rumo a uma sociedade emancipada, necessitamos exercitar esse “fugir à regra”, afinal se continuarmos segmentando campo e cidade, inferiorizando um em relação a outro, sem levarmos em consideração suas relações de reciprocidade, diferenças e complementariedades, perderemos de vista uma boa parte dos fenômenos e das contradições que permeiam a sociedade.

Essas possíveis interpretações, só nos trazem esses entendimentos, quando as relacionamos com os relatos que ouvimos das trabalhadoras assentadas no Pontal do Paranapanema. “Que não trocam o seu pedaço de terra por nada”. Como por exemplo, Eni Suzana Vilas Boas de 49 anos, que diz que: “[...] meus filhos falam: ‘ai mãe vai pra cidade, aí é muito sofrido, você tem profissão’ [...] mas, eu tenho medo eu acho que eu não consigo mais fica na cidade. Então eu to resistindo entendeu? [...] o que eu gosto mesmo é da terra, cavuca que nem tatu”. E dona Josefa Maria da Conceição Silva de 70 anos, que acrescenta:

Às veiz eu falo pro véio assim: “podia nós vende isso aqui e nós ir pra cidade. Vivia muito melhor não vivia?” Menina pelo amor de Deus não troco isso aqui por dinheiro nenhum. Tá certo né? Graças a Deus. Já temos nossa casinha né. Nunca morei numa casa assim de material, uma cozinha assim grande que eu... ixi... é tudo meu sonho, graças a Deus realizei. (Josefa, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

Esses relatos nos apontam a relevância que o processo de assentamento tem para essas famílias. Os assentamentos, assim como os acampamentos, são territórios de luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras e são os lugares concretos da luta pela terra. (FERNANDES, 1994). Se configuram por serem consequência do conflito e da materialização da luta de classe no contexto rural, que se produz com a finalidade de apropriação do espaço por parte dos trabalhadores e trabalhadoras organizadas em movimento social.

A maioria das famílias que pretendem voltar/ir para a terra, por diferentes forças e motivações, (precárias condições de sobrevivência, ausência de autonomia nas relações

laborais, *descarte*, *(des)realização do trabalho*¹⁵, esvaziamento identitário, superação de relações de dominação e violência masculina etc.) participam da ocupação de imóveis rurais apropriados ilegalmente ou que descumprem sua função social¹⁶.

Com o intuito de acumular forças para realizar as ocupações, as famílias se agrupam a partir dos movimentos sociais de luta pela terra, com destaque para o MST, que surgiu oficialmente em 1984, territorializando-se por todo Brasil ao longo desses anos.

A ocupação de terras, a construção de acampamentos e sua consolidação através da criação de assentamentos, são as principais práticas antagonistas que nos últimos 30 anos deram a conhecer os diversos movimentos sociais que lutam pela terra, especialmente o MST. (BERNART, 2009, p. 3).

Uma das principais formas de atuação do MST nas cidades se dá, através do setor da Frente de Massa, em comunidades periféricas urbanas, a partir de aproximações, reuniões, conversas, com os trabalhadores e trabalhadoras (que muitas vezes, passaram pela experiência do movimento de expropriação no campo seguido de migração para a cidade).

¹⁵ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009.

¹⁶ A lei que diz respeito a função social da terra está no artigo 186 da Constituição Federal Brasileira de 1988. E diz o seguinte: **Art. 186.** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

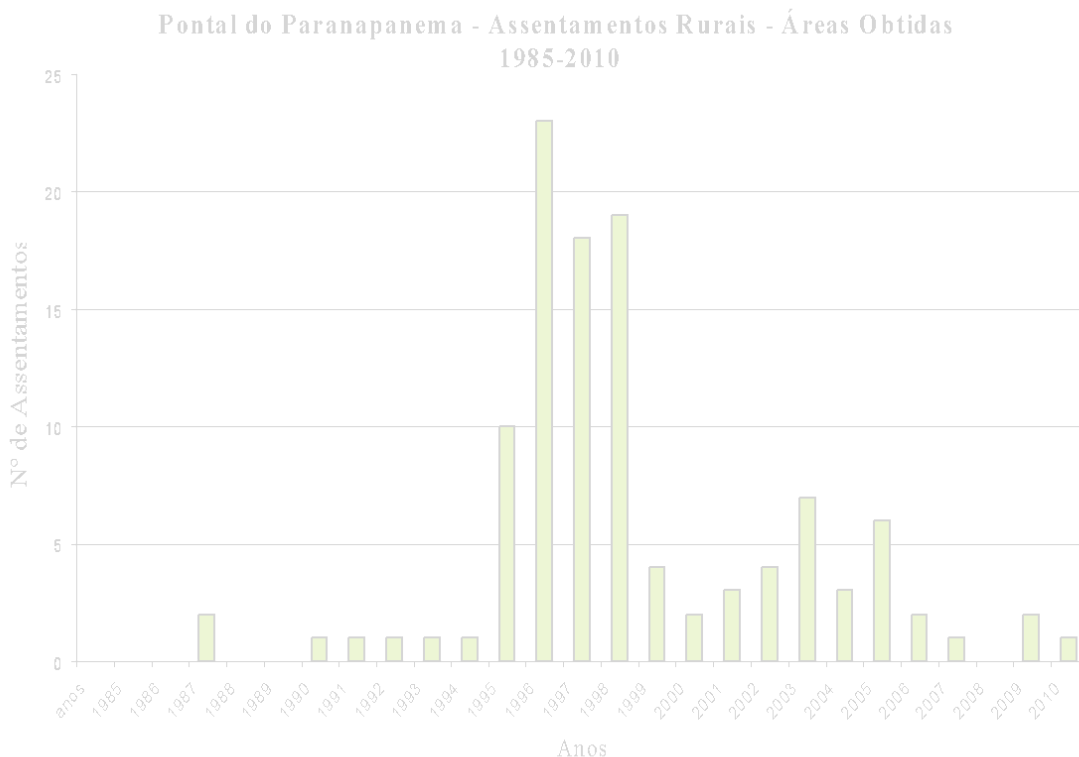
I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

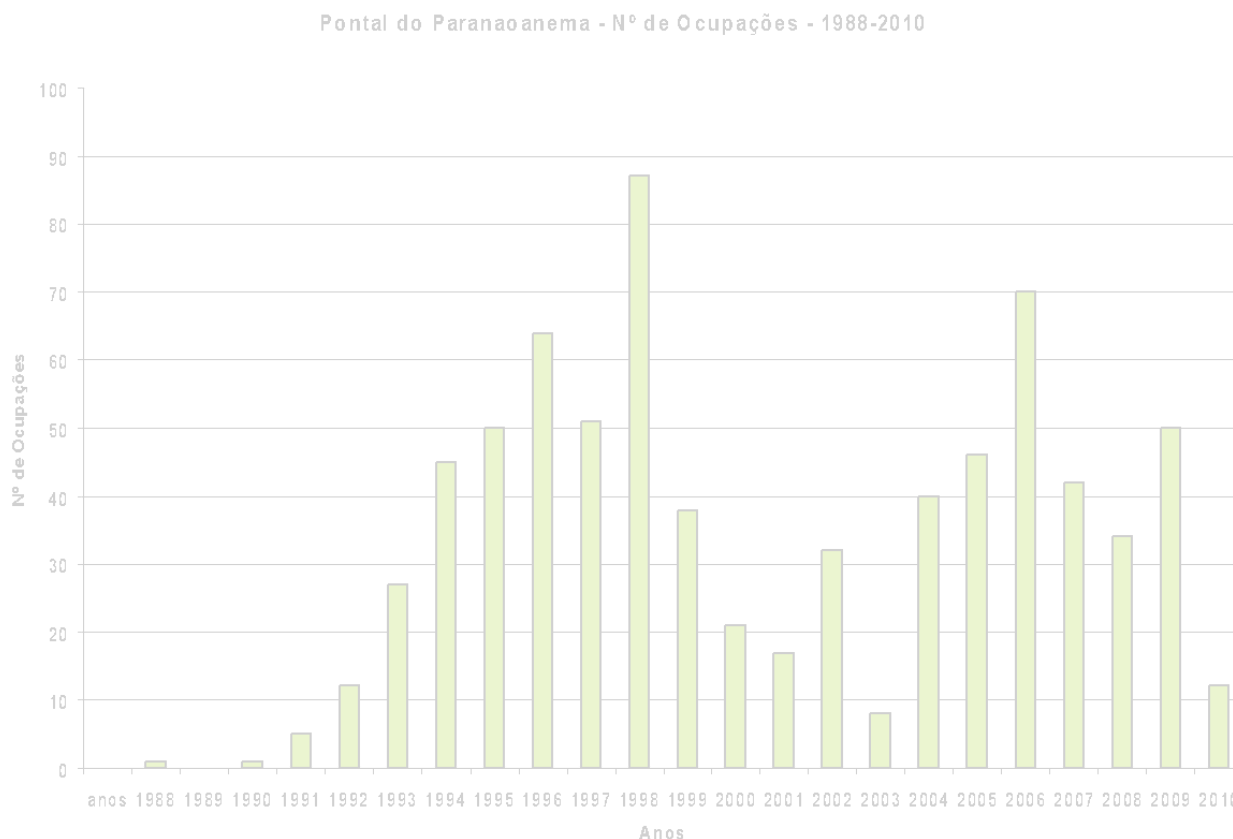
Gráfico 1 - Áreas obtidas para Projetos de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema (SP) no período de 1985 a 2010.



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera.
Org.: MALDONADO, P. S., 2011.

É possível avaliarmos, segundo os dados do Boletim DATALUTA de 2011, publicado pelo NERA (Núcleo de Estudos em Reforma Agrária), que o século XXI inicia-se com o aumento das ocupações, acompanhadas pelo decréscimo de efetivação de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, no Pontal do Paranapanema. Percebemos que a década de 1990 é marcada por uma política de Assentamentos, que não chega à virada do novo milênio.

Mesmo assim, as ocupações de terra não perderam sua característica de serem os principais meios luta, pelo qual os camponeses e camponesas, sem terra, disputam e conquistam o território. Desse modo, não perdemos de vista que, o que continua dando dinâmica e engrossando as massas mobilizadas do MST, rumo às conquistas de áreas destinadas a fins de Reforma Agrária, são as ocupações de terra.

Gráfico 2 - Número de Ocupações de Terra no Pontal do Paranapanema no período de 1988 a 2010.

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera.
Org.: MALDONADO, P. S.

Através das ocupações de terras e a posterior criação de acampamentos e assentamentos o MST e os movimentos de luta pela terra objetivam desenvolver um determinado projeto social através da construção de um espaço próprio. A mudança que é notável nesse processo são os novos traços identitários dos sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária, que influem e são influenciados pelos acúmulos culturais, políticos e econômicos construídos e consolidados historicamente pelos mesmos. Nesses últimos anos, como consequência “[...] da irrupção e consolidação das políticas neoliberais no país, vem-se produzindo uma profunda mudança no perfil das famílias que passam a se inserir nas bases das organizações que lutam pela terra;” (BERNART, 2009). Existe uma diversidade de sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra. A pluralidade é a marca dessas pessoas que, hoje, se juntam para lutar pela Reforma Agrária.

A heterogeneidade identitária que carregam os atuais sem terras abre uma nova perspectiva nas relações políticas e sociais que estes estão construindo nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, espaços de luta e resistência onde são gerados e fixados aqueles elementos que transversalmente permeabilizam as diferentes identidades que conformam as bases dos movimentos

sócio-territoriais, que lutam pela democratização da propriedade agrária. (BERNART, 2009, p. 2).

Bernart (2009) vai enfatizar que as trajetórias de vida e as identidades dos sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra, na atualidade, são distintas e que só passam a construir e consolidar traços comuns, a partir da vivência nos assentamentos e acampamentos. Assim, o acampamento e o assentamento são expressões espaciais concretas do movimento de luta pela terra e ganham o *status* de território na medida em que são povoados em seu cotidiano por relações de poder.

Mesmo que as condições econômicas, as desrealizações no âmbito da vida laborativa, o descarte e a pauperização, ainda se efetivem como fortes razões para abandonar/querer abandonar a cidade, outras dimensões tem ganhado importância, no que diz respeito, a inserção dos sujeitos sociais na luta pela terra.

O assentamento é o território em conquista, que se forma, a partir de um processo de disputa territorial que garante a reprodução do modo de vida camponês. Assim, o assentamento não se trata apenas da concessão de um pedaço de terra, mas da efetivação de um projeto de desenvolvimento que destoa do rigor capitalista, onde se realizam relações de vida e produção que desafiam a lógica do capital.

O assentamento como espaço de resistência é também parte da conquista da luta pela terra, mas, não se trata de uma conquista que se finda em si mesma, se trata de uma recolocação no processo de luta, pois, a partir daí vão se realizar lutas diversas que envolvem a reprodução no espaço conquistado. Assim se convertem “em plataformas que permitem que a luta pela terra se fortaleça e se espalhe por outras áreas, produzindo um processo que se retroalimenta” (BERNART, 2009, p. 3).

As lutas pela Reforma Agrária, trazendo consigo a Soberania Alimentar, que se expandem para outras tantas, têm permitido uma acumulação de elementos em sua trajetória que os colocam numa posição de combate ao próprio *sistema do capital*. Dessa forma, conhecedores dessa realidade pela própria vivência nas lutas, ocupações de terra, expropriações etc. tais movimentos, assumem a contestação do próprio sistema do capital, entendido como a fonte das contradições sociais e da espoliação de milhares de trabalhadores.

Capítulo II:

- 2 **TRABALHO, REFORMA AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR:** aportes teóricos para uma reflexão

Neste capítulo discutiremos os elementos fundamentais que dão consistência às lutas dos trabalhadores e trabalhadoras pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Assim, busca-se apresentar algumas questões norteadoras para a discussão que se pretende fazer sobre a luta pela terra e os entraves na construção de projetos que vão de encontro à lógica do capital. Busca-se compreender como o conceito de trabalho aparece em sua centralidade para a discussão da Soberania Alimentar.

Compreender esses processos nos leva a ter uma melhor abordagem das principais interrogações que serão tratadas ao longo da construção da Dissertação, a saber: como a Soberania Alimentar se apresenta no debate atual dos movimentos sociais? Qual sua relação com as mulheres camponesas? Qual a diferença entre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar?

É necessário que trilhemos um caminho que permita a compreensão do movimento do trabalho e de sua centralidade para a discussão da Soberania Alimentar, assim o primeiro item tratará desse assunto. Em seguida a reflexão será sobre o caráter dos Acampamentos e Assentamentos como territórios de luta e resistência frente ao avanço do agronegócio. O terceiro item será composto da diferenciação entre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar com vistas a tratar dos projetos políticos que ambas representam. O último item desse capítulo será a discussão da relação das mulheres com a Soberania Alimentar, como sua participação nas esferas produtiva e reprodutiva interferem na sua participação na luta por uma Soberania Alimentar.

2.1 A centralidade do trabalho no debate sobre Soberania Alimentar

Ao se impor como lógica dominante e dominadora do tecido social, o capital, subjugando a totalidade viva do trabalho aos seus imperativos, impõe concreta e ideologicamente a exploração do homem pelo homem como uma verdade absoluta e intocável e apregoa o mercado e a mercantilização de tudo e de todos como fim em si mesmo. O fato de o capital depender inevitavelmente do trabalho para se reproduzir cria automaticamente um polo oposto, potencialmente sua própria destruição, ou seja, se é o trabalho elemento primordial para a manutenção do metabolismo social do capital, o é também para sua superação, e é daí que advém principalmente seu caráter de centralidade. (THOMAZ JUNIOR, 2009). Para Marx, o trabalho é condição de existência humana, a relação fundamental entre o homem e a natureza:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, p. 120).

Se para a existência da vida humana o trabalho é condição necessária nossa intenção se encerra no debate sobre a centralidade do trabalho e para tanto queremos analisar as relações de trabalho que se expressam no Assentamento Che Guevara do Pontal do Paranapanema (SP).

Ao elegermos o trabalho como elemento central, estamos reconhecendo que é, a partir dele (do trabalho) que o homem torna-se ser social, sendo o motor decisivo para o seu processo de humanização. Porém, sob as bases do capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, não se reconhece. Isso porque, o trabalho que *estrutura* o capital, *deseestrutura* o ser social, sendo que esta (*des*)realização, que se dá no interior da vida laborativa é incompatível com uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho. (ANTUNES, 2011).

Entretanto, o dilaceramento das relações sociais, provenientes do imbricamento existente entre o cotidiano e o trabalho, ao mesmo tempo em que produz *esgarçamentos* e (*des*)*efetivações*, de certo modo, também propulsiona esses trabalhadores a assumirem projetos para a transformação de suas próprias vidas, num contínuo movimento de criação-destruição-criação, ou mesmo, territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

Em linhas gerais são os próprios homens e mulheres que - mesmo com a *im-possibilidade* de solucionar a dependência e a subordinação em relação ao capital - se colocam em luta e resistem, dando movimento e concretude a valores e modos de vida, que destoam da homogeneização do capital. Sobretudo, são esses sujeitos, movidos pelo antagonismo inconciliável de classe, que, servindo a lógicas e interesses opostos (aos do capital), criam novas territorialidades e fornecem novos conteúdos ao mundo do trabalho.

Os rearranjos que o mundo capitalista passou nos últimos anos, embora sem alterações dos elementos essenciais e fundantes do capital, modificaram as formas de ação, no que diz respeito à estrutura produtiva, o gerenciamento e o controle do trabalho no campo e na cidade. A expansão do capital, em escala global, exhibe um elevadíssimo desenvolvimento das forças produtivas e uma intensa incorporação de tecnologias ao processo produtivo, redefinindo os níveis de acumulação e possibilitando aos detentores dos meios de produção: amortização de suas demandas por trabalho vivo, sem afetar a lucratividade. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Apesar da substituição de trabalho vivo por trabalho morto, ser um processo em curso, não é nossa intenção afirmar que o trabalho, não ocupa mais um papel central na criação de riqueza, justamente, porque esses trabalhadores, expulsos do processo produtivo, acabam se inserindo, periféricamente, em outras atividades laborais, alimentando o próprio sistema que os expulsou. Desse modo, o capital possui uma característica *ontologicamente incontrolável*, pois, tem no trabalho seu elemento primordial de realização e reprodução, mas contraditoriamente, segue acionando esse processo de *liofilização* (eliminação das substâncias-vivas). (ANTUNES, 1999). O contragolpe do capital para a ampliação da substituição de *trabalho vivo* por *trabalho morto*, que resulta na tendência decrescente das taxas de lucro, são as reestruturações, que modificam e rearranjam as formas de produção de mercadorias e as relações de trabalho, no campo e na cidade.

Desse modo, em seu processo de mundialização, o capital também, induz uma divisão internacional do trabalho, especializando – hierárquica e autoritariamente – os espaços nacionais à produção de determinados tipos de mercadorias, difundindo a ideia de que a produção, especialmente, agropecuária deve estar voltada para atender aos interesses do mercado, hegemônico e controlado pelo capital.

Esse modelo tem trazido efeitos negativos para a produção familiar e camponesa, que segue resistindo aos constantes ataques e desmontes, sendo responsável por boa parte dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros e das brasileiras.

O modelo de dominação do capital subordina a satisfação das necessidades humanas, à sua lógica de produção e reprodução. Mesmo o alimento, que é essencial para a reprodução da vida, não passa senão, de uma mercadoria, que deve ser produzida e comercializada onde e como for mais lucrativo. Assim sendo, as quase um bilhão de pessoas famintas¹⁷ em todo o mundo, não podem: *simplesmente comer*... Isso é contra as regras do capital! Os altos índices de subnutrição e fome, não necessariamente, estão relacionados à incapacidade produtiva, mas, à patamares elevados de pobreza e baixa renda da população.

O conceito de Segurança Alimentar prevê que, cada indivíduo tenha condições de se alimentar diariamente, independente de onde vem e como é produzido tal alimento. Assim, um país pode importar alimentos ofertados a baixo custo, mesmo que a importação possa significar o sufocamento dos produtores locais, obrigando-os a abandonar suas terras e engrossar as fileiras de famintos no mundo. Por esses motivos, esse conceito (de segurança alimentar), não consegue dar respostas as reais necessidades da classe trabalhadora, no que

¹⁷ O relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) sobre o biênio 2010-2012 indica que 870 milhões de pessoas passam fome no mundo, ou seja, 12,5% da população mundial.

tange a superação, da subordinação ao capital e da ausência de autonomia na produção agrícola.

Dessa forma, pensar no alimento produzido para o consumo e/ou para abastecer a comunidade local, se torna não apenas uma garantia de autonomia para quem produz no campo, como também uma possibilidade de acesso ao alimento por parte dos famintos, afastados da lógica de consumo. Além disso, faz parte desse debate, refletir sobre como se produzem esses alimentos, sobre quais condições de trabalho, com qual qualidade etc. remetendo até mesmo, a necessidade de pensar as propriedades nutricionais e a aceitação cultural desses alimentos. É nesse sentido, que os movimentos sociais estão construindo suas reivindicações encimados no conceito de Soberania Alimentar e não de Segurança Alimentar, que também, só ganha significados junto a um projeto de Reforma Agrária, que esteja em acordo com as bases populares.

Na medida em que o agronegócio avança por quase todos os biomas brasileiros, monopoliza terra e água, e, confere uma lógica destrutiva, não apenas para fauna e flora, mas também, a uma massa enorme de trabalhadores, que, expulsos e expropriados são obrigados a migrarem em direção a outras regiões do país, atraídos, pelo *mesmo capital* que os dispensa.

Essa dinâmica pressupõe que o ser social que trabalha tem vivenciado, de acordo com as demandas do capital, a *plasticidade do trabalho*¹⁸ (diferentes atividades laborais, situações contratuais e (des)vínculos), já que é percebido que existe uma mobilidade intensa de inserções, *internamente* ao trabalho, levando os sujeitos a se encontrarem, vezes no *chão da fábrica*, vezes no *chão da lavoura*, e tantas outras, quantas forem necessárias, ou suportadas. Os rebatimentos desse processo na subjetividade e na identidade de classe, talvez seja um dos desafios presentes, que conseqüentemente tendem a intensificar a busca por novos caminhos e alternativas para a construção de emancipações e autonomias.

Nesse processo cabe pensar que é necessário um projeto de Reforma Agrária que tenha a Soberania Alimentar como alicerce partindo do que são as demandas das trabalhadoras e dos trabalhadores nesse contexto de fragmentação e de plasticidade do trabalho. Assim também nessa seara é fundamental pensarmos na participação feminina no contexto da luta pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar, pois, um projeto que exclua as mulheres é fadado ao fracasso, já que são elas que respondem por boa parte da produção de alimentos e da escolha e preparo dos mesmos. São nos assentamentos e acampamentos que essa luta ganha sua expressão territorial, com isso, no próximo item assunto será tratado com maior precisão.

¹⁸ Ver Thomaz Junior (2002).

2.2 A divisão sexual do trabalho

A primeira divisão real do trabalho é a divisão sexual, a qual o capitalismo soube apropriar-se de uma maneira diferenciada forjando relações de opressão entre homens e mulheres. O termo “divisão sexual do trabalho” aplica-se a dois sentidos distintos: tratando da diferença da distribuição de homens e mulheres nas profissões e as variações dessa distribuição no tempo e no espaço; e analisando como essa diferença se une à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

Entende-se por divisão sexual do trabalho a forma, modulada histórica e socialmente, de divisão do trabalho social consequente das relações sociais entre os sexos e que tem um papel fundamental na manutenção dessas relações.

A característica prioritária da divisão sexual do trabalho é a denominação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Assim, aos homens cabem as funções com maior valor social adicionado como políticos, militares, religiosos etc. Afirmando as desigualdades que se expressam entre homens e mulheres, já que, a elas cabe o trabalho doméstico, que as coloca no campo da invisibilidade. É a divisão sexual do trabalho que vai mostrar que essas desigualdades são sistemáticas, articulando a descrição do real com uma reflexão sobre as diferenciações que a sociedade se utiliza para hierarquizar as atividades e consequentemente os sexos, criando um sistema de gênero.

Segundo Hirata (2007):

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (p. 599).

Mesmo que os princípios hierárquico e da separação sejam encontrados em todas as sociedades conhecidas e justificados por uma ideologia naturalista, a divisão sexual do trabalho não é inabalável ou mesmo imutável. Pelo contrário suas modalidades variam no tempo e no espaço. “O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo.” (HIRATA, 2007, p. 600).

Assim, é possível pensar a divisão sexual do trabalho, que nas bases do capitalismo, se apresenta hierarquizada em função dos papéis sociais de homens e mulheres. Desse modo, o trabalho realizado pelas mulheres não é reconhecido, assim também não se reconhecem e não

se valorizam os saberes e práticas que as mulheres trabalhadoras desenvolveram ao longo da história. Ao mesmo tempo:

O capital tem sabido se apropriar intensificadamente da polivalência e a multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do *trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico*. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais que são uma construção social sexuada- mostram mais dificuldades em adaptar-se às novas dimensões polivalentes, o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres. (ANTUNES, 2001, p.110)

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho dentro e fora de casa, ela é duplamente explorada pelo capital. O trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a produção da força de trabalho, é responsabilidade da mulher, e é interpretado como, “simples tarefas do dia-a-dia que servem para *manter o lar harmonioso*”.

Nesse sentido, a luta feminista tem um papel fundamental, por se tratar, justamente, da afirmação de que a opressão de gênero não é “coisa do passado”. Além disso, essa opressão dimensiona um conjunto de formas de exploração e precarização do trabalho, que demonstram que o capital “[...] incorpora o trabalho feminino de *modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho*”. (ANTUNES, 1999, p. 109).

A divisão sexual do trabalho engendra um processo de invisibilização do trabalho da mulher dificultando sua participação na esfera pública e nas tomadas de decisão de ordem comunitária. É, portanto, um fenômeno histórico que se metamorfoseia de acordo com a sociedade a qual se estabelece, mas a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista se apresenta hierarquizada, tendo como responsáveis e executoras do trabalho doméstico, as mulheres estejam elas inseridas no processo produtivo ou não.

Na década de 1970 a mulher ampliava sua participação na luta de classe por emancipação em sindicatos e organizações políticas. O combate à opressão de gênero se acentua e se consolida a luta pela independência econômica, pelo direito ao trabalho e contra o discurso patriarcal que afirma que a mulher deve, necessariamente, ser mãe e esposa.

Já nos anos 1990, a mundialização do capital emitiu efeitos complexos e contraditórios que afetaram desigualmente o emprego feminino e masculino. Ocorre um aumento do trabalho feminino remunerado, mas as tarefas domésticas continuam reservadas à mulher, a organização da família patriarcal é pouco alterada - tirando o fato de que, a participação feminina no mundo produtivo era crescente. Assim, “o marido se mantém provedor e a esposa a provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho.” (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Assim, se expressa uma hierarquia de gênero, a partir da divisão sexual do trabalho, que tem como consequência a desqualificação e desvalorização do trabalho feminino assalariado, logo demarcando um cenário de precarização da mulher no espaço produtivo. O capital não ignora a diferenciação entre os sexos e segue reforçando e se apropriando da subordinação de gênero. A reprodução das relações capitalistas de produção depende da reprodução da divisão sócio-sexual do trabalho.

Dessa forma, o capital garante, não apenas, a exploração da força de trabalho feminina no âmbito produtivo, mas também a realização das atividades no espaço doméstico que serve à manutenção da força de trabalho e a reprodução de futuros trabalhadores e trabalhadoras disponíveis ao capital.

A luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa refere-se, portanto, também a uma luta contra o próprio capitalismo. Esse embate tem como cerne a superação da família patriarcal que hierarquiza as relações, contidas no nó ontológico, para lembrar Heleieth Saffioti, entre gênero e classe, evidenciadas pela divisão sexual do trabalho, presentes nos espaços do trabalho e da reprodução, ou seja, em todas as esferas da vida que permeiam uma relação de exploração/ dominação. (NOGUEIRA, 2010, p. 60).

Questionar a divisão social e sexual do trabalho e a forma como o capital se apropria das diferenciações, bem como, seus desdobramentos na vida dos sujeitos, pode ser necessário para pensarmos a amplitude do debate em relação à superação das formas de opressão de gênero. Reconhecer o trabalho como uma atividade humana em si com toda sua complexidade, sobrepujando as relações que inferiorizam ou ignoram o chamado trabalho reprodutivo, faz parte dessa luta.

2.3 Uma reflexão sobre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar

O pacote tecnológico, que passou a ser imposto como garantia do fim da fome que assolava o mundo, principalmente, a Europa após a Segunda Guerra Mundial ficou conhecido como *revolução verde*. Significou, na verdade, um conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia que deslocou o sentido social e político das lutas contra a fome. (MARCOS, 2007).

Segundo Valeria de Marcos (2007):

O resultado foi a ampla divulgação e uso – com o apoio das universidades que passavam a formar os agrônomos e técnicos agrícolas com essa perspectiva – de fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes híbridas e seu mais recente desdobramento, com a biotecnologia dos transgênicos (leia-se “sementes com venenos incorporados, risco certo à saúde humana e ao ambiente, mas ganho certo para as empresas que as produzem”) e das técnicas de plantio direto, por trás da difusão da ideia de que a fome – que é um problema econômico, social e político –

seria resolvida por meio de um desenvolvimento técnico e científico. (MARCOS, 2007, p. 186).

As consequências desse processo para a fração camponesa foi o desgaste do solo; o desaparecimento de culturas locais devido à homogeneização dos cultivos agrícolas e a consequente redução da biodiversidade; o aumento da produção de grãos – nos últimos anos através da expansão dos transgênicos – e a redução da renda devido à redução dos preços desses produtos no mercado internacional cada vez mais mundializado; a dependência cada vez maior do campesinato às grandes corporações multinacionais (pelo uso de sementes transgênicas estéreis e de insumos agrícolas) como: Monsanto, Syngenta, Bayer, Dupont e Novartis; e o aumento da concentração de terras através da expansão do agronegócio que é retratado pela mídia como sinônimo de “modernidade”, produtora de “combustível limpo” e “ecologicamente correta”, mas que reproduz uma lógica velha conhecida: a dos monocultivos de *commodities*. (MARCOS, 2007).

Mesmo com a lógica industrial instalada no campo e a receita seguida à risca pelos então chamados países subdesenvolvidos, a fome continuou existindo. Sabe-se que nas últimas duas décadas o fenômeno da fome se intensificou mundialmente, mas, é importante ressaltar que a produção de alimentos em escala mundial não diminuiu, ao contrário, teve seus patamares elevados; e as estimativas é que aumentem ainda mais. Condicionados pelo incremento das técnicas de produção e o avanço das tecnologias ancoradas no processo de reestruturação produtiva do capital – que atinge também o campo – países que se destacam em termos de produção agrícola têm apostado no cultivo de monoculturas, em imensas extensões de terra, tais como a cana-de-açúcar no caso do Brasil e do milho no caso dos EUA para produção de etanol.

Nesse cenário, o Brasil ganha destaque como um dos maiores produtores agropecuários do mundo. No primeiro trimestre de 2013 o setor agropecuário teve crescimento de 3,6% na comparação com o trimestre anterior, sendo o setor produtivo com maior destaque na economia brasileira no período. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado pode ser explicado pela produção maior de soja, arroz e algodão no período. Nas últimas décadas, o Brasil vem se tornando alvo da atuação de grandes empresas transnacionais do setor *agro-químico-alimentar-financeiro*¹⁹, tais como Cargill, Bunge, Syngenta, Monsanto, Dow Chemical, e mesmo de grandes conglomerados nacionais, consorciados ou não, como o JBS, Marfrig, Brasil Foods, algumas controlando

¹⁹ Thomaz Junior (2008b) trabalha com esse termo para designar a presença dessas empresas em praticamente toda a cadeia produtiva de um dado ramo produtivo, desde a produção de sementes, passando pelo processamento industrial, circulação, até a especulação de preços no mercado financeiro.

cadeias produtivas inteiras, vinculadas à soja, carne, milho e, no caso dos agroenergéticos, a cana-de-açúcar vivencia processo particular de concentração/centralização/internacionalização de capitais.

Esse ciclo, em se tratando dos cereais, se completa quando o movimento de internacionalização do capital, via *commoditização* da produção agropecuária, que encontra no Brasil espaço privilegiado de acumulação e reprodução de capital, se expressa mundialmente na forma de oligopólios na produção e comércio de sementes (THOMAZ JUNIOR, 2010a).

Com a conivência do Estado brasileiro, essas e outras empresas imprimem no território a lógica da lucratividade e da mercantilização capitalistas, abrigadas em um discurso de “modernização” da economia e do país e na contribuição, no caso da cana-de-açúcar, para a consolidação de uma matriz energética que teria em essência o compromisso socioambiental no combate ao aquecimento global ou, como no uso mais corrente, na criação de uma *energia limpa*.

Entretanto, na mesma proporção em que o capital se realiza no território brasileiro, também produz degradação social, ambiental, cultural etc. Grande expressão desse movimento são os milhares de camponesas e camponeses que veem as possibilidades de autocontrole e autogestão de sua vida e produção se desagregarem para dar lugar aos interesses do capital que, utilizando-se de fraudes fundiárias (grilagem), se territorializam sobre terras devolutas, e ao promover essa readequação constante pela própria lógica do mercado capitalista, destrói e extermina as forças produtivas.

Essas relações conflituosas criam, a partir de suas fissuras, condições para o surgimento de novas elaborações, como o conceito de Soberania Alimentar, que está sendo construído no âmbito dos debates e embates promovidos pela Via Campesina e os movimentos sociais do campo, desde 1996, com objetivo de tratar das questões relativas à crise de alimentos e a fome no mundo.

O fenômeno mundial da fome demarca a trágica expressão da produção de alimentos subsumida à lógica de mercado capitalista. Isso porque, assim como tudo e todos, para o capital, o alimento não passa de uma mercadoria que deve seguir a regra da imposição do valor de troca sobre o valor de uso, edificando um enérgico aparelho de controle onde o “*valor de uso* dos bens produzidos segundo as autênticas necessidades humanas foi totalmente subordinado ao *valor de troca* das mercadorias, isto é, às necessidades reprodutivas *do próprio capital*”. (ANTUNES, 2011, p.57).

As mudanças nos padrões de alimentação da população também é um fenômeno que se manifesta, recentemente. Essa característica denota que está em curso o que o professor Thomaz Junior (2007) chamou de *mcdonaldização*, que significa a homogeneização dos padrões de consumo de alimentos e a consequente perda de valores nutritivos e culturais, sendo impulsionado, principalmente, pelo marketing das grandes empresas *agro-químico-alimentar-financeiras*.

Essas empresas, donas de terra, que controlam desde a produção das sementes, fertilizantes e agrotóxicos, até o processamento e industrialização dos alimentos, também investem em pesquisa e desenvolvimento técnico da produção e criam em seus laboratórios substâncias que substituem os alimentos (SANTOS, 2013), como acontece com a margarina, que de acordo com especialistas:

Não contém nenhum nutriente. “Devido à sua estrutura, não é reconhecida pelo corpo como alimento”, observa Murta. Ela explica que a margarina é produzida artificialmente, por meio do processo de hidrogenação de óleos vegetais, para ficar sólida. Este processo acaba formando as temíveis gorduras trans, que ativam reações inflamatórias, bloqueiam substâncias vasodilatadoras, levando ao aumento da pressão arterial, prejudicam o sistema imunológico e aumentam o risco de câncer²⁰. (CAMPOS, 2012).

Ou seja, alimentos ruins, que prejudicam a saúde humana e não possuem nenhum caráter nutritivo. A oligopolização das empresas do setor alimentício tem o controle mundial de 10 empresas principais. É possível observar essas empresas e suas fusões no Organograma 1, a seguir.

Orgaograma 1 - Oligopólio dos alimentos industrializados.



Fonte: SANTOS, 2013.

Para compreender a expressão desse organograma temos que nos ater, não apenas a uma marca ou suas aquisições, mas em como o oligopólio é um lugar de concorrência, todavia também de acordos entre os grupos. Essas marcas possuem investimentos milionários em marketing e pesquisa para desenvolver alimentos com padrões de sabores e texturas, que muitas vezes, não tem valor nutritivo algum. O controle se dá desde o processo de produção das matérias-primas pela agricultura, até a industrialização e circulação desses alimentos.

O modelo hegemônico pelo capital se mostrou incompatível com o respeito à natureza e a satisfação das necessidades alimentares dos homens e das mulheres. Um sistema alimentar controlado por grupos empresariais ao longo de toda a cadeia produtiva, formado por multinacionais que contam com o apoio de governos e instituições internacionais que são cúmplices de uma produção de alimentos que desvaloriza as formas de vida, a natureza e não dão garantias de segurança alimentar às comunidades.

Como reflexo desse processo, há um aumento da fome e da desnutrição, que já era apontada por Josué de Castro (1984) na década de 1960, atingindo não apenas quem não acessa os alimentos, mas, também a grande parcela da população que acompanha as *ofertas* do mercado capitalista e consomem esses alimentos que só trazem malefícios à saúde.

Dessa forma, concordamos com Valério (2010, p.02) que, nos seguintes dizeres, sintetiza as *expressões da fome* na nossa atualidade:

Da obesidade mórbida a anemia aguda transparecem faces diferenciadas de um mesmo processo. A industrialização dos hábitos alimentares é acompanhada *pari*

passu pela sua mercantilização, o que reforça o abismo entre os que comem e os que não, entre os famintos do *fast-food* e seus notórios índices de carência vitamínica e nutricional e aqueles privados do mínimo necessário a sua manutenção biológica; famintos na gula ou famintos na fome, uma sociedade de famintos.

Nesse sentido, a questão da Soberania Alimentar, também ganha uma conotação de saúde pública, pois, extrapola a ideia de “*simplesmente*” alimentar os que passam fome, mas, fazer isso de maneira qualitativa, em que se atinjam os níveis nutritivos e vitamínicos ideais, que sejam, inclusive, necessários para a prevenção de doenças causadas por má alimentação.

Outro elemento importante que está vinculado diretamente com as prerrogativas da Soberania Alimentar, e que também remonta a questão da saúde pública, é a forma como estão sendo produzidos os alimentos, gerando prejuízos, tanto do ponto de vista dos impactos ambientais quando da saúde dos seres humanos e dos animais em geral, a partir do uso de agrotóxicos na produção agrícola.

Esses motivos já seriam suficientes para elencarmos a *urdidura* da Soberania Alimentar como um projeto que aglutina preocupações de homens e mulheres, do campo e da cidade. Porém, é preciso uma distinção sobre os conceitos de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar, já que atendem a interesses de grupos distintos. A diferenciação de Soberania e Segurança Alimentar é uma importante chave, para entendermos para qual modelo de desenvolvimento, cada um desses projetos serve.

O fetiche da Segurança Alimentar, tem dissimulado um conjunto de contradições, pois, se trata da obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso da população aos alimentos em quantidades suficientes, sem por em questão, as origens e as formas de produção dos mesmos, admitido, inclusive, a entrada de alimentos importados abaixo do preço mínimo praticado, nos mercados locais, (THOMAZ JUNIOR, 2007c) resultando no desmonte da produção camponesa e a expulsão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que vão aumentar as cifras de famintos ao redor do mundo. Dessa forma, a Segurança Alimentar se une a imposição de um conjunto de políticas macro-econômicas, que tem impedido a viabilidade econômica dos pequenos agricultores e camponeses. (VALÉRIO, 2010).

A Segurança Alimentar pressupõe a recorrência ao mercado capitalista e as trocas comerciais internacionais para importação de alimentos, que teoricamente resolveria o problema do acesso à alimentação, enquanto se dissolve a produção camponesa que é a que, historicamente, alimenta os povos do mundo. É por conta disto que o conceito de Segurança Alimentar não é capaz de garantir a alimentação da população mundial. Por isso, também, a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar ganham, cada vez mais, destaque e importância

para diferentes setores sociais, dentro de suas especificidades: camponeses, trabalhadores rurais assalariados, trabalhadores urbanos, desempregados etc.

A afirmação de um sistema de abastecimento alimentar suficientemente competente para o suprimento integral das necessidades nutricionais de uma dada população, passa pela construção de sistemas alimentares autônomos, soberanos, que assegurem a satisfação das necessidades na linha direta de decisão das populações, onde a terra de trabalho represente mais que um pedaço de terra, um modo de vida que reflète a inseparabilidade entre um campo vivo e um prato cheio. (VALÉRIO, 2010, p.02).

Refletir sobre a necessidade de um campo vivo e um prato cheio, nos impõe um desafio para pensar quais práticas e perspectivas podem trazer uma efetiva transformação no mesmo. Com base na construção de sistemas alimentares autônomos e soberanos, na reivindicação por novas formas de produção, novas relações de trabalho e valorizando as ações rumo à Soberania Alimentar é que a Agroecologia pode expressar a resistência dos camponeses e das camponesas, pois, está para além do modo de produzir, sendo também um modo de viver.

A Agroecologia pode ser definida como uma forma de se pensar o campo através das características próprias do campesinato, como o enfrentamento político-ideológico ao modelo agrícola hegemônico e como alternativa de resistência para quem produz no campo. Para Altieri (2002, p. 18), a Agroecologia é “[...] uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”. A Agroecologia pressupõe a utilização dos saberes locais e populares, juntamente com o conhecimento científico, portanto, valoriza o trabalho do agricultor e todos os conhecimentos que são passados de geração a geração na construção e manejo dos recursos naturais. Enxergar a construção da Soberania Alimentar, nas práticas agroecológicas, só é possível, a partir, de uma visão integrada, que leve em conta aspectos políticos econômicos, sociais e sobretudo culturais contra-hegemônicos que se podem observar no campo

É na dimensão concreta da construção da autonomia da classe trabalhadora, que cabe a decisão do que produzir, onde, como, em que quantidade, para quem, com qual qualidade etc. Ou seja, a necessidade da alimentação exige que pensemos na estrutura de produção com foco nos objetivos e pressupostos que realmente passem pelo controle e decisão de quem produz, com vias ao abastecimento dos mercados mais próximos, em curta escala e na facilitação do acesso ao alimento pela população. Está em jogo superar o primado do mercado – como hoje o é – e em troca afirmar o primado do ser-humano.

Fazendo nossas as palavras de Thomaz Junior (2009):

É nesse embate que estamos sintonizando os enunciados mais gerais da classe trabalhadora às bandeiras da reforma agrária e da soberania alimentar, nos marcos da relação campo↔cidade, ou melhor, na relação dialética que seu conteúdo expressa nos diferentes formatos rurais e urbanos que englobam a sociedade e os trabalhadores. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 158).

O controle organizativo da estrutura de produção, bem como os objetivos e as prerrogativas para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores, primando pela qualidade dos produtos e pelo abastecimento dos mercados consumidores próximos às áreas de produção, torna a Soberania Alimentar e a Reforma Agrária, projetos complementares que interessam ao conjunto da classe trabalhadora, possibilitando a aglutinação de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade rumo à construção de uma nova sociedade.

O modelo de controle do capital dificulta que a natureza e a vida sejam percebidas em sua complexidade. De maneira dualista e reducionista, a natureza é pensada como um apêndice; deve ser dominada e explorada, pois, é considerada como *fonte inesgotável de matéria prima* para o desenvolvimento do capital. Assim, as diferenças e a diversidade são desvalorizadas, legitimando a monocultura, o latifúndio, a uniformidade, a homogeneidade, a destruição dos bens naturais e a perda de saberes tradicionais. (JALIL, 2009). Enxergar a construção da Soberania Alimentar, nas práticas Agroecológicas, por exemplo, só é possível, a partir, de uma visão integrada, que leve em conta aspectos políticos econômicos, sociais e sobretudo culturais contra-hegemônicos que se podem observar no campo, como tentaremos apresentar.

Nesse cenário acrescentamos a participação feminina e a divisão sexual do trabalho que se expressa no meio rural, assim as mulheres, representando uma parcela significativa da população camponesa, tem se efetivado na produção de alimentos e na luta pela Reforma Agrária, Agroecologia e Soberania Alimentar, mesmo ainda tendo a opressão de gênero como obstáculo à sua emancipação.

2.3.1 Experiências de diálogo sobre a Reforma Agrária, a Agroecologia e a Soberania Alimentar com a população brasileira

Sobre as ações relacionadas à Reforma Agrária e a Soberania Alimentar – que ganham força, como forma de catalisar interesses de classe e envolver trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade – vale a pena lembrarmos o Plebiscito Popular Pelo Limite da Propriedade da Terra, que foi organizado nacionalmente em 2010, pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), juntamente com diversos outros grupos

organizados. Entre eles estavam participando na região do Pontal do Paranapanema (SP), o Movimento Estudantil, o Cursinho Popular Rosa Luxemburgo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), a Pastoral da Juventude (PJ), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) etc. em diversas comunidades.

Entre outras coisas, a campanha Pelo Limite da Propriedade da Terra, se propôs a debater e problematizar a histórica desigualdade social no campo brasileiro, tratando de discutir a importância da Reforma Agrária para a garantia da Soberania Alimentar – que foi concebida, não como um simples conceito, mas como um princípio.

Desse modo, buscou-se questionar a forma como os alimentos são produzidos e reivindicar a Soberania Alimentar, que significa defender uma alimentação saudável, nutritiva e culturalmente aceita. Essa forma de pensar a Soberania Alimentar pode ser traduzida como a exigência, de que, o próprio *povo* seja responsável por definir o que, como e onde plantar, a fim de garantir alimento para o *mundo*, que *passa fome*. (FÓRUM PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO, 2010).

Foi um momento muito importante, para que, os debates em relação à questão fundiária e a produção de alimentos ganhassem dimensões, junto à população que vive na cidade. Nessa experiência foi possível abstrair como a população urbana tem se posicionado em relação à Reforma Agrária e a Soberania Alimentar no Brasil todo, além de abrir caminho para esse debate de classe. Para as pessoas que vivem na cidade foram levantadas questões importantes como: o que nós temos a ver com a Reforma Agrária? O que isso muda em nossas vidas? Como e onde são produzidos os alimentos que estão na nossa mesa? Quem tem o domínio do uso e da exploração da terra no Brasil?

Nesse processo, muitas pessoas que vivem na cidade acabam se reconhecendo enquanto camponesas relatando sua experiência de vinda do campo para a cidade e contando suas trajetórias de migração forçada, reforçando os argumentos em relação às desigualdades sociais na cidade e, principalmente, no campo brasileiro.

Entre os dias 1 e 12 de setembro, em todo Brasil aconteceu a votação e a os brasileiros e brasileiras tiveram a oportunidade de responder "Sim" ou "Não" às perguntas: "Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho?" e "Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?"

Mais de 500 mil pessoas votaram no Plebiscito em todo o Brasil. Na primeira pergunta, 495.424 votantes responderam que são favoráveis ao limite da terra, enquanto apenas 18.233 declararam contrários. Brancos e nulos totalizaram 5.013 votos. Em relação a segunda

pergunta também não houve tanta diferença. No total, 489.666 pessoas responderam ‘sim’ à indagação e 22.158 disseram ‘não’. Brancos e nulos somaram 6.967 votos.²¹ O importante nesse processo, foi a mobilização e a discussão possibilitada durante a campanha, já que o Plebiscito tinha um caráter consultivo.

Outro importante momento, no que diz respeito às demandas envolvendo a Agroecologia e a Soberania Alimentar, é a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, as possibilidades de articulação se tornam menos impensadas, principalmente, a partir dos debates e das ações dos movimentos sociais no espaço urbano, que tem mobilizado a formação de comitês, responsáveis por dialogar, entre outras coisas, em relação à “qualidade dos alimentos” consumidos pela população e propor formas de ação reivindicativas.

Figura 1 – Logo da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida.



Fonte: <<http://www.contraosagrototoxicos.org>>

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) desde 2008, o Brasil, vem ocupando o lugar de maior consumidor de agrotóxicos no mundo. Os impactos à saúde pública são amplos porque atingem vastos territórios e diferentes grupos populacionais, como trabalhadores e trabalhadoras do campo, moradores e moradoras do entorno de fazendas, além de todos nós que consumimos alimentos contaminados.

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida está sendo construída por mais de 100 entidades (dentre elas o MST, a Via Campesina, a CPT etc.), em todo Brasil, desde o início de 2011. Um dos objetivos é sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e anunciar um novo modelo de produção de alimentos baseado na Agroecologia.

²¹ Dados disponibilizados pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

Alertando sobre os perigos de produzir e consumir alimentos com agrotóxicos, o movimento tem buscado apoio junto a pesquisadores e organizações de saúde, na investigação dos reais prejuízos que os agrotóxicos podem provocar. Além disso, o movimento está fortalecendo essa campanha junto a grupos e organizações do meio urbano, a fim de debater com a população da cidade os desdobramentos do uso de agrotóxicos para a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores em geral.

A campanha se propõe também a denunciar os casos de intoxicação e envenenamento por agrotóxicos. No site da campanha²² foi publicado no dia 18 Junho 2015, uma morte de envenenamento de uma criança por agrotóxico, em uma fazenda de Porto das Gaúchos (MT), a 644 km de Cuiabá. O menino de 7 anos, Antonny Gabriel da Silva, que morava com o avô e a avó, comeu uma porção de couve no almoço de domingo (14 de junho de 2015) com a família. Após passar mal, foi levado ao hospital e chegou a ter 5 paradas cardiorespiratórias, segundo familiares e morreu no dia seguinte. Casos de intoxicação como esse não são raros, no dia 3 de maio de 2013, enquanto as crianças da escola do Assentamento Rural Portal dos Buritis, em Rio Verde (GO) estavam no intervalo da aula lanchando galinhada com milho verde, aproximadamente às 9 da manhã, um avião agrícola, despejou o agrotóxico Engeo Pleno, usado para matar insetos sobre o colégio. Trinta e sete pessoas, entre crianças e professores foram para o hospital com sintomas de intoxicação: dor de cabeça, falta de ar, vômito, náusea e alergia.

2.4 Mulheres Agroecologia e Soberania Alimentar

As mulheres representam quase metade da população mundial, só no Brasil elas são 51%. Do total de mais de 21 milhões de mulheres brasileiras, pouco mais de 3% vivem no campo, equivalendo a cerca de 765 mil mulheres, o que corresponde a 45% do total de habitantes da zona rural no Brasil²³. Índice que evidencia a necessidade de pensar quais são os desafios apresentados para as mulheres camponesas, que são as principais responsáveis pela reprodução da força de trabalho, pelo cuidado com as pessoas desde a alimentação da família até a educação das filhas e filhos.

²² <<http://www.contraosagrototoxicos.org>>.

²³ Dados do Censo do IBGE de 2010.

É marcante a expressão do patriarcalismo²⁴ na vida das mulheres camponesas, sejam elas assentadas, assalariadas, posseiras, quilombolas, extrativistas ou agricultoras, expressão que se constata na rígida divisão sexual do trabalho e na posição que ocupam em relação aos homens que são considerados os verdadeiros produtores rurais.

Na lógica do patriarcalismo o trabalho feminino na manutenção da unidade produtiva e das relações sociais é marcado pela desvalorização e invisibilidade. A ideologia patriarcal reconhece a supremacia masculina e a inferioridade feminina permanecendo essa marca profunda na sociedade. Os impactos da modernização da agricultura sobre a mão de obra feminina fez com que muitos saberes e práticas exercidas pelas mulheres fossem subalternizados, pois, a mulher além de agricultora é artesã. É ela que produz o queijo, os doces das frutas de seu quintal, as iguarias alimentares (pães, roscas, bolos, biscoitos etc), artesanatos com as sementes que caem das árvores etc. Trabalho esse, que não é apenas reprodutivo, pois, o espaço doméstico também é produtivo.

Um exemplo concreto de como o trabalho da mulher é produtivo, é o caso da assentada Dona Josefa que produz e beneficia seu próprio café em seu lote, Foto 7 . O café que deixa de ser comprado na mercearia é uma renda indireta que junto com os outros produtos fazem parte da produção feminina que está muito voltada para o *agroprocessamento*, (fazer doces, compotas, queijo, polpas de frutas, buchas, chás, comidas etc).

²⁴ O termo patriarcalismo refere-se a um sistema econômico e social no qual os homens se apropriam do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, dessa forma as mulheres são exploradas economicamente pelos homens sendo esse o viés de sua subordinação.

Foto 7 - Café torrado produzido no Assentamento Che Guevara em maio de 2014.



Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

Um dos obstáculos à emancipação feminina no campo é o modelo agrícola dominante do agronegócio que não enxerga a natureza em sua totalidade e deixa de compreender a terra como fonte de vida, que dá a vida aos seres humanos. O agronegócio é um inimigo fundamental a ser combatido no campo, principalmente pelas mulheres, pois, é no mesmo processo de desvalorização da natureza que a mulher também passa a ser subalternizada.

Na medida em que o capital se impõe de maneira dominante no campo confere aos trabalhadores e as trabalhadoras formas de submissão e subalternização que destroem as possibilidades de autonomia e autodeterminação que se expressam em projetos como a Agroecologia, com vistas a garantia da Soberania Alimentar.

A partir da incapacidade sistêmica do modelo agrícola em dar segurança alimentar a população - principalmente as mulheres, que são as que mais padecem com a fome, já que não têm o mesmo acesso que os homens à terra, aos financiamentos, insumos, serviços produtivos e instâncias decisórias - que atualmente os movimentos sociais tem levantado a bandeira da Soberania Alimentar. É frente a esse modelo que o paradigma da Soberania Alimentar se apresenta como projeto político com vistas à superação da fome e das desigualdades no campo. Uma alternativa política que consiste em recuperar o direito de decidir sobre o que,

como e onde se produz o que comemos; que a terra, a água, as sementes estejam nas mãos das camponesas e dos camponeses, que se garanta o direito de cada povo de definir suas próprias políticas agropecuárias e alimentares protegendo e regulamentando a produção agropecuária e o mercado doméstico.

A luta pela terra, pela Agroecologia e a Soberania Alimentar são os caminhos necessários para transformar as relações sociais no campo, tanto nos espaços públicos, quanto nos espaços privados. Gerar emprego, moradia e alimentos saudáveis, tanto para o campo, quanto para a cidade, superando a miséria do interior do país e o inchaço nos grandes centros urbanos.

O protagonismo das mulheres e o seu trabalho na agricultura camponesa são fundamentais para fortalecer a luta na denúncia das contradições vivenciadas no campo, na luta por igualdade de direitos, na luta pela sobrevivência no campo, na luta para alimentar sua família e por melhores condições de vida.

O desafio cotidiano, para além de construir um novo modo de produção, um novo modelo é também superar algumas desigualdades de gênero. Esse foi um ponto importante colocado no II Encontro de Agroecologia do Pontal do Paranapanema, que aconteceu nos dias 26 e 27 de novembro de 2014 no município de Mirante do Paranapanema (SP).

Na mesa de abertura do evento só havia uma mulher. Ela é a Mirian uma militante do MST do Setor de Saúde do movimento. No encontro, isso foi questionado por outras militantes do movimento durante uma mesa de discussão sobre o papel das mulheres na construção da Agroecologia e da Soberania Alimentar. A militante Ana Terra Reis indagou o porquê da necessidade de ter um tema específico pra falar da mulher acrescentando os desafios da mulher camponesa.

Muitos homens querem falar. Porque as mulheres não vão pra mesa falar? As mulheres não tem assunto? Ou elas não tiveram a oportunidade de estudar, participar da militância, mesmo dentro da luta tem que cuida de casa, dos filhos, para o homem participar dos processos políticos. (Ana Terra Reis, Mirante do Paranapanema (SP), 2014).

Em sua exposição, ela apresentou a representação da mulher na sociedade, inclusive nos livros de história, em que as mulheres têm um papel secundário e os homens são retratados como os grandes heróis. As ruas, praças, monumentos, escolas têm nomes de homens, pois são destacados nos processos de luta. As mulheres do MST têm tentado construir a luta pela igualdade na participação política, colocando as mesmas quantidades de homens e mulheres nos espaços de representação. Mas, além desse modelo não garantir a

efetividade da participação feminina (pelas responsabilidades como mulher e mãe), a única vez que conseguiram formar uma direção nacional com paridade entre homens e mulheres foi no último Congresso do MST de 2014, ou seja, demorou 30 anos para que isso pudesse acontecer.

Ainda, acrescentou a importância das lutas das mulheres sem terra, contra o agronegócio, nas manifestações de 8 de março pelo Brasil. Destacou a ação direta realizada em 8 de março de 2006, quando cerca de 2 mil mulheres do MST e da Via Campesina Brasil ocuparam uma área da empresa Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro (RS), com ampla e polêmica repercussão na mídia. Na ocasião as mulheres destruíram parte o viveiro de mudas de eucalipto da empresa, em protesto contra a mercantilização da natureza.

Foto 8 - Ação direta das Mulheres do MST e da Via Campesina na empresa Aracruz Celulose, 2006.



Fonte: Google imagens, 2015.

Cada pé de eucalipto é capaz de consumir cerca de 30 litros de água por dia. Sob o argumento de reflorestamento, criaram-se verdadeiros *desertos verdes* de produção de madeira para fábricas de celulose. O eucalipto danifica o solo de forma irreparável: uma vez plantado, não é possível retomar a fertilidade da terra e seus minerais, as raízes do eucalipto penetram nos lençóis freáticos, prejudicando o abastecimento de água das regiões.

Após essa ação houve um processo de criminalização dessas mulheres, muitas sofreram perseguição política e até foram presas. A luta e ação direta tem um processo formativo importante para as mulheres, é a partir daí que passam a compreender o avanço do capital no campo e entender o porquê estão tomando uma atitude como essa, de ocupar uma área, conseguindo chamar a atenção e trazer a tona a discussão da Reforma Agrária.

O encontro apresentou também algumas experiências voltadas para a Agroecologia na região a partir da feira de saberes, sabores e troca de sementes que aconteceu durante o evento. Também se discutiu o papel das sementes crioulas na autonomia camponesa, a juventude na construção da Agroecologia e da Reforma Agrária Popular, a comercialização institucional e experiências de café com floresta, leite agroecológico e agrofloresta. Com uma distribuição de sementes no final do encontro.

O que foi indiscutível era a perspectiva de que não é possível pensar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras sem levar em consideração a luta feminista. Com o enfoque de gênero, a construção de um projeto Agroecológico, com vistas a garantia da Soberania Alimentar, implica não apenas em romper com o modelo agrícola dominante, mas, também com a lógica patriarcal que legitima a dominação masculina, para que não se reproduzam as mesmas práticas e os mesmos valores que fundamentam a exploração na sociedade.

Assim, pensar e avançar na construção de alternativas ao modelo agrícola alimentar hegemônico implica incorporar uma perspectiva de gênero, já que as mulheres representam quase a metade da mão de obra no campo. Uma Soberania Alimentar que não inclua a perspectiva feminista está condenada ao fracasso já que as mulheres protagonizam esta luta e são as responsáveis pelo cuidado com a alimentação da família e com a produção dos alimentos para o consumo próprio.

As mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas, pelo cultivo para autoconsumo, pelo cuidado com a criação, pelo trato com as sementes e pelas trocas e comercialização de alguns excedentes de suas hortas, encarregando-se do trabalho reprodutivo, produtivo e comunitário.

A divisão sexual do trabalho atribui às mulheres o cuidado com a casa, a saúde e a educação da família e aos homens cabe o manejo da terra e de maquinários reproduzindo os papéis de gênero na sociedade ocidental. Mesmo que esses papéis muitas vezes sejam questionados e subvertidos através da participação feminina em espaços públicos, em processos de luta, em atividades comunitárias e no engajamento em entidades diversas a divisão sócio-sexual hierárquica do trabalho se apresenta como um obstáculo para a equidade de gênero.

Haja visto, o relato da militante do MST, Andrea, que em frente a uma pilha de louças e levando-as rapidamente, descreveu um pouco de suas atividades e da dificuldade em conseguir conduzi-las.

[...] não é fácil não. Ó, é igreja, é militância, é MST, é alfabetização, é moleque, é família, é a comunidade. Cê pensa que é fácil? Não é não. Eu não sei como tem hora que eu aguento. Sabia que tem hora que eu fico pensando: como que aguento fazer tudo isso? Mas, é que deus me dá força. Tem mulher que fala pra mim: “eu não faço o que você faz”. Muita coisa a gente faz de voluntário né. [...] cada hora é uma coisa. (Andrea Aparecida dos Santos. Mirante do Paranapanema (SP), outubro de 2014).

Além do trabalho doméstico e produtivo que realiza perto de sua residência, como cuidar das criações, ela ainda realiza atividades de militância no MST, dá aulas de alfabetização para jovens e adultos do Assentamento Che Guevara e os do seu entorno, indo de casa em casa, realiza ações junto a igreja Católica e ainda encontra tempo para fazer outros trabalhos voluntários junto à comunidade. A própria entrega dos alimentos destinados ao PAA é centralizada em sua casa que fica na agrovila, bem na entrada do Assentamento. Assim como ela, outras mulheres também realizam trabalho dentro de suas casas, em seus quintais e voluntariado na comunidade, como é o caso da Eni Suzana que realizava cortes de cabelo gratuitos na escola do Assentamento. O cooperativismo e as relações de solidariedade também fundamentam a Agroecologia, pois, é nessas relações que podemos vislumbrar o modelo alternativo a ser construído.

A produção feminina possui características Agroecológicas e a contribuição da mulher é cotidiana. Sua participação na agricultura camponesa é fundamental. Se impõe, portanto, compreender como as questões da Agroecologia e da Soberania Alimentar são apropriadas e como se apresentam nas práticas cotidianas das mulheres, em seus hábitos e em como essas práticas são ressignificadas como instrumento de questionamento das relações de poder de gênero.

Na maioria das culturas, as mulheres são protetoras da biodiversidade, elas produzem, reproduzem, consomem e conservam a biodiversidade na prática da agricultura, no entanto, a contribuição das mulheres no desenvolvimento e na conservação da biodiversidade não são reconhecidas. Seu trabalho e seu conhecimento são definidos como parte de sua natureza, apesar de serem baseados em práticas culturais e científicas complexas.

Ao entrar no debate da Soberania Alimentar, a partir das práticas das mulheres, de suas vidas, seu cotidiano, sua relação com a natureza e o cuidado com a manutenção da vida e da diversidade sem reforçar um discurso naturalizante e essencialista (que enxerga a relação das

mulheres com a natureza como algo inato) tem sido um desafio para a epistemologia feminista.

As mulheres não são naturalmente boas ou más. Não se trata de uma questão genética e natural que sejam as preservadoras da natureza, da família, que se preocupem com os filhos e filhas, com os idosos, com a reprodução e com a alimentação, bem como com a preservação das espécies e das sementes e que assegurem a variedade e a biodiversidade. Na verdade, às mulheres foram destinados os espaços socialmente construídos na lógica do patriarcado que diferencia e hierarquiza o trabalho executado pelas mulheres, não reconhecendo suas atividades como trabalho, mas sim invisibilizando-o e desvalorizando-o. Também que confina as mulheres em espaços privados, fechadas em casa ou no quintal. (JALIL, 2009, p. 87).

A Soberania Alimentar que se constrói a partir de uma perspectiva de gênero leva em consideração todo o sistema de produção, de distribuição, de preparação e consumo dos alimentos, diferente da lógica patriarcal e capitalista que segregam as esferas produtivas e reprodutivas hierarquizando-as e confere a natureza uma visão utilitarista, apenas como fonte de matéria-prima. Outra questão importante que se apresenta para o debate da Soberania Alimentar sobre uma ótica feminista é a colocação das questões privadas no centro das discussões, pois é preciso enxergar e problematizar as relações de opressão onde elas comparecem, seja no âmbito público ou privado.

Capítulo III:

3 GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS: pela *subversão dos papéis*

Neste capítulo serão abordados os aspectos que envolvem o conceito de gênero utilizado como categoria de análise e de divisão sexual do trabalho. Será apresentado a descrição da relação entre a luta das mulheres camponesas, junto com o questionamento ao sistema patriarcal e à divisão sexual do trabalho, compreendendo sua configuração como uma das formas da materialização e legitimação das relações sociais de sexo, que formam a base de reprodução do sistema capitalista e patriarcal.

A intenção é travar uma discussão sobre o trabalho feminino na sociedade capitalista, evidenciando como se dão as relações de trabalho e gênero em assentamentos rurais. Vamos tratar de como o capital se sustenta na exploração de homens e mulheres trabalhadoras e principalmente, de como se apropria das diferenciações para explorar cada vez mais, oprimindo e relegando os trabalhadores e, principalmente, as trabalhadoras à condição de subalternidade.

O capital se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho e, a mulher, longe de emancipá-la, a explora mais ferozmente. Partimos da premissa de que na sociedade ocidental o trabalho doméstico é considerado responsabilidade da mulher. Estas atividades que não são expressas em valores monetários. Assim, evidencia-se as disparidades entre homens e mulheres, que mesmo em condições equivalentes de classe são explorados de forma diferenciada pelo capital, que dimensiona e redefine a exploração, a partir das formas de opressão, nesse caso, de gênero.

É importante identificar as funções e papéis de gênero, junto às transformações no mundo do trabalho, para analisar as relações de gênero estabelecidas nesses territórios, pois, possuem relevância do ponto de vista dos desafios apresentados para a classe trabalhadora nesse contexto.

Nesse sentido, queremos evidenciar a atualidade dos embates dos movimentos sociais, sem perder de vista, na análise territorial, o enfoque nas relações de gênero -- como sugere Franco (2003) -- e como essas relações sociais, portanto de poder, estruturam e modificam a ação coletiva, bem como, são estruturadas e modificadas por ela.

3.1 Mulheres trabalhadoras: dimensões da precarização

No Brasil é a partir dos anos 80 que começam a se manifestar as primeiras investidas do processo de reestruturação produtiva que provoca um vasto conjunto de modificações para o trabalho e profundas alterações no território. A reestruturação produtiva do capital ataca de maneira cruel a classe trabalhadora, que tem seus direitos cada vez mais usurpados e as

relações de trabalho precarizadas. O processo que entra em vigor é a terceirização que se configura como uma forma de precarização do trabalho, que afeta a classe trabalhadora com a perda constante dos direitos conquistados e das garantias trabalhistas o que leva a famigerada fragmentação da classe trabalhadora.

A terceirização possibilitou às empresas o aumento da lucratividade e a fragilização das ações sindicais com a desmobilização dos trabalhadores e trabalhadoras para reivindicações e greves, redução do quadro direto de empregados, colocando uma nova forma de se expressar a relação capital-trabalho.

A captura da subjetividade das trabalhadoras e trabalhadores no ambiente de trabalho, bem como o assédio moral, físico e psicológico, a flexibilização dos contratos, realização de horas-extras e criação do banco de horas, redução dos salários, são evidências concretas da precarização do mundo do trabalho.

Vive-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho²⁵. É retratando esse cenário que as estatísticas constatarem que a força de trabalho informal é feminina e, de modo hierarquizado a divisão sexual e racial do trabalho faz com que, dentro do mercado de trabalho o homem branco ganhe mais que a mulher branca, esta ganhe mais do que o homem negro, e, este ganhe mais do que a mulher negra.

Um outro aspecto fundamental da opressão e exploração da mulher é o trabalho doméstico. Ao contrário do que a sociedade propaga, o trabalho doméstico não é um problema da mulher: não é um problema individual, tampouco é um problema privado, que começa e termina no seio da família. O trabalho doméstico é um problema do sistema capitalista, uma vez que tem a ver com o processo de reprodução da força de trabalho. É no lar que essa reprodução se processa. Se o salário é o necessário para a sobrevivência dos trabalhadores e das trabalhadoras, ou seja, para a reprodução da força de trabalho, o trabalho doméstico deveria fazer parte desse cálculo, mas não o faz. O capitalista explora a separação entre o processo de produção de mercadorias e o processo de reprodução da força de trabalho para, dessa forma, incrementar a extração de mais-valia. Para tanto, o capital se utiliza para a reprodução social uma instituição específica: a família. Assim como a escola se encarrega da educação. A justiça das leis, o exército da repressão, a família se encarrega da reprodução social.

É preciso lembrar que o trabalho doméstico não é apenas a combinação de tarefas necessárias para a reprodução diária da força de trabalho, para satisfazer as necessidades físicas e psicológicas dos trabalhadores e das trabalhadoras. No âmbito da família busca-se a

²⁵ Antunes, 1999.

reconstrução de uma relação entre produção e reprodução que faça sentido para as pessoas. No entanto, o que ocorre é a reprodução dessas relações e até mesmo seu agravamento. O trabalho doméstico agrava o processo de alienação vivenciado pela mulher no mercado de trabalho e no conjunto das relações sociais. Além de embrutecê-la, porque toma-lhe o tempo ao aprimoramento intelectual e artístico, a participação política e social, a separa da produção material do conjunto da sociedade ou reserva-lhe um lugar subalterno.

A mulher trabalhadora realiza sua atividade de trabalho dentro e fora de casa: o trabalho doméstico, consome horas decisivas com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil em que se criam as condições indispensáveis para a produção da força de trabalho de seus maridos, filhos, filhas e de si própria. Caso a mulher não ficasse responsável por essa empreitada, possivelmente a reprodução do capital estaria bastante comprometida, se não inviabilizada. Algumas conquistas sociais que colocam o Estado a assumir uma série de obrigações antes reservadas ao lar, levam a considerá-las salário indireto.

A terceirização em sua maioria atinge as mulheres que além da exploração no trabalho, tem de enfrentar a dupla jornada que se constitui com o trabalho doméstico. O capitalismo tira a mulher de dentro de casa para trabalhar e se exime da responsabilidade das tarefas domésticas, deixando para as mesmas essas responsabilidades. Algumas são chefes-de-família e realizam as tarefas domésticas sem a ajuda de seus companheiros ou dos filhos, quando muito são as filhas que contribuem com as tarefas.

O descarte em que estão submetidas, devido ao exército de reserva de mão-de-obra, também é um empecilho para estimular a mobilização das terceirizadas. A reestruturação produtiva do capital atingiu e atinge negativamente a classe trabalhadora e principalmente as mulheres.

O capitalismo intensificou ainda mais a opressão da mulher. Submetendo-a a condições de extrema exploração e precarização do trabalho. A opressão da mulher dimensiona e redefine as formas de exploração, tendo como alicerce o machismo e a desigualdade social. A opressão é condição necessária para aprofundar as relações de submissão impostas pela união indissolúvel entre o patriarcado e o capitalismo. Portanto, a luta das mulheres por emancipação deve ser também a luta pelo fim do capitalismo.

3.2 As condições das mulheres camponesas

O espaço agrário brasileiro tem como uma de suas principais características a histórica desigualdade e a pobreza. A estrutura agrária caracterizada pela concentração da propriedade da terra e as disparidades na distribuição de renda per capita é o suporte para a permanência dos mecanismos econômicos, sociais e políticos causadores e mantenedores da miséria.

O modelo agrícola modernizante hegemônico pelo agronegócio e pelo intenso avanço das formas de controle do capital sobre o território, tem gerado desemprego no campo e intensificado processos de expropriação que por sua vez ressonam pela superexploração e precarização de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Nesse sentido, os lugares os quais desafiam o poder e a hegemonia do agronegócio no campo, explicitando para a sociedade o conflito de classes são os acampamentos e assentamentos. E são esses os lugares que objetivam as nossas preocupações em relação ao processo de dominação do capital que compreende as formas de opressão. Nesse contexto, tratamos da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero engendradas no assentamento rural.

Sabemos que existe um conjunto de formas de opressão, que dimensionam e redefinem a exploração capitalista, fazendo com que o capital incorpore de modo desigual e diferenciado o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Todas as mulheres assentadas, no assentamento Che Guevara, entrevistadas nesta pesquisa, relataram que são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, tratando de maneira natural essa responsabilidade. Chegam a chamar de obrigação. Além disso, todas elas realizam trabalho na produção e na criação dos animais, mas em alguns casos, consideram esse trabalho como uma ajuda para o companheiro. Essas mulheres tem idades variadas, entre 40 e 80 anos, e os relatos seguintes são de duas mulheres com mais de 70 anos:

Eu levanto cedo todo dia. Eu levanto, já faço um café, já vô trata das criações, já vô pro tanque lavar roupa, já vô fazê um pão, daqui a pouco fazer o almoço. Quando dá a tarde, assim, a gente vai tratar das criação. É assim, a gente leva o dia labutando com a obrigação da casa mesmo, e ele vai pro sítio trabalhar. A gente luta o dia todo mais é tudo em volta de casa né. (Lucinda Siqueira Sobrinho, Mirante do Paranapanema/SP).

Eu cuido da casa, aí quando maneira um pouco o serviço, eu cato uma enxada vô na roça, às vez quando chove eu vou plantá, depois eu vou zelá daquela lavourinha na roça. Eu ajudo o véio também, é só nós dois né? Eu ajudo ele, carpo, eu faço tudo na roça. Esses dias eu fui fazer até a esparrama do café. Quando vai colher o café, ajunta assim a terra né, no meio, pra o pé de café ficar limpo. Quando acabar a colheita vai esparramar a terra né, e eu ajudei o véio esse ano. Às vezes eu falo pra ele assim... meu deus do céu, eu trabalhando nessa idade que eu tô. Uai e não tá

bom? Não tá com saúde? Graças a deus né? (Josefa Maria da Conceição Silva, Mirante do Paranapanema/SP).

Geralmente, no assentamento a divisão das tarefas estão muito relacionadas à esfera do trabalho produtivo ao homem e o trabalho reprodutivo à mulher, ou seja, no assentamento as atividades do lar, são realizadas pelas mães e filhas e as atividades agropecuárias pelos pais e filhos. “[...] a construção de relações de gênero nestes espaços parte da tradicional divisão sexual das tarefas legitimada na nossa sociedade. A mulher é relegada à esfera privada e reprodutiva no assentamento [...]” (FRANCO, 2002, p.04). No lote o trabalho produtivo realizado pelas trabalhadoras, muitas vezes é considerado uma ajuda ao homem, não sendo reconhecido como elemento integrante da produção. “A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas vivenciam no seu cotidiano.” (FRANCO, 2002, p.02).

Todas as atividades realizadas para a manutenção da unidade familiar como limpar a casa, lavar as roupas, cozinhar, cuidar das crianças etc, não é considerado trabalho, além disso, são atribuídas naturalmente às mulheres. O fato de que este trabalho não se expressa em valores monetários faz com que *não apareça* (invisibilidade) o tempo e a energia empregada pelas mulheres nas tarefas domésticas. (FRANCO, 2004).

Apesar de expressar uma quantia significativa da produção para o próprio consumo - criação, hortaliças e frutas – o trabalho desempenhado pelas mulheres é pouco valorizado por representar muitas vezes uma parcela pequena na constituição da renda.

A invisibilização, a subvalorização e a inferiorização do trabalho feminino tem como consequência a remuneração inferior das mulheres em relação aos homens para as mesmas atividades. A atribuição de valor para as atividades produtivas é diferenciada em função do sexo de quem as desempenha.

Em geral são os homens os principais responsáveis pelo dinheiro na casa, a responsabilidade pelas atividades econômicas é sempre masculina; são eles que possuem todo o controle sobre o dinheiro e o custeio, também tomam a frente das decisões relacionadas à produção e comercialização dos produtos, como também acontece na casa de dona Lucinda, seu próprio marido relatou que é ele quem toma conta das decisões mais importantes do lote.

As mulheres que se dedicam a atividades remuneradas, geralmente, fora do lote, acabam ganhando menos que os homens pelas mesmas atividades desempenhadas. Mesmo assim, as mulheres que tem uma renda se consideram privilegiadas, pois, a maioria não desempenha atividade remunerada. Ainda sobre as condições de trabalho das mulheres Valenciano (2005) afirma que:

A diferença de salários é brutal, as condições de trabalho são precárias e desvalorizadas. Esse quadro se agrava quando as atividades são realizadas no meio rural. As mulheres ganham salários inferiores aos dos homens para o mesmo tipo de atividade e não possuem registros em carteira. Logo, não gozam de nenhum benefício como licença-maternidade e outras garantias a que teriam direito. As condições de existência da classe trabalhadora tornaram-se mais precárias e a presença feminina em postos de trabalho tem aumentado consideravelmente; contudo, encontram-se concentrados nos segmentos e atividades mais precarizadas atualmente. Tudo isso nos leva à conclusão de que esses condicionantes da manutenção e reprodução do capital também se apoiam na opressão de gênero. (VALENCIANO, 2005, p. 112).

Do ponto de vista da classe social, as trabalhadoras e os trabalhadores são explorados, porém, as condições desses homens e mulheres que vendem sua força de trabalho são desiguais entre si.

3.3 Gênero e relações sociais de poder

Nos últimos anos o conceito de gênero tem sido utilizado como um importante instrumento analítico para designar o caráter histórico, social e cultural dos papéis e dos espaços masculinos e femininos, buscando desnaturalizar a opressão feminina quando apresenta as bases materiais e simbólicas das desigualdades de homens e mulheres.

Os primeiros estudos de gênero eram geralmente, descrições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes lugares. O construto e a disseminação desse conceito remonta os anos 80 e faz parte de uma tentativa cometida pelas feministas de reivindicar uma definição que superasse as teorias que explicavam as desigualdades entre os homens e as mulheres. Nos anos 80 o gênero tornou-se um forte aliado na busca por legitimação acadêmica dos estudos feministas, que se caracterizam sempre pelo caráter fortemente político

O termo gênero é utilizado como um substituto para o termo mulheres e também sugere que qualquer informação sobre mulheres é fundamentalmente informação sobre os homens, utilização que propõe que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens. Além disso, designa as relações sociais entre os sexos que não devem ser estudados separados ou isoladamente. Nesse domínio recusa explicitamente explicações biológicas para as diversas formas de subordinação feminina.

Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p. 75).

Nesse sentido, o gênero aparece como uma importante categoria social analítica entendido como constituinte da identidade dos sujeitos. A categoria de gênero como instrumento de análise, nos ajuda a perceber e delinear as diversas formas de opressão e desigualdade que se organizam e ganham nexos nas práticas sociais, trazendo-as para o campo do cultural, desnaturalizando os discursos, as práticas e percebendo que essas desigualdades não se justificam apenas pelas diferenças sexuais.

Segundo Louro (1997):

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental. (LOURO, 1997, p.21).

Dessa forma, o conceito de gênero vai estar intimamente relacionado à identidade do sujeito, pois, o gênero institui a identidade do sujeito, identidades que não são fixas ou permanentes, que se transformam e que podem até mesmo, ser contraditórias. Assim, busca-se chegar a algo que transcende o simples desempenho de papéis, a intenção é apreender o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o.

Para Scott (1995) “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e o gênero é a forma primária de significar as relações de poder” (p.86). O gênero não é o único, mas é o primeiro campo no qual o poder é articulado, isso aparece principalmente, no ocidente entre as tradições judaico-cristãs e islâmicas. Assim, o gênero oferece uma forma de interpretar as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. (SCOTT,1995).

Ampliar as lentes para as relações sociais de gênero significa também dar visibilidade para mulheres que historicamente foram segregadas social e politicamente, tendo como consequência sua vasta invisibilidade como sujeito, inclusive na Ciência. Essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplas práticas e discursos, se expressa tanto do ponto de vista do trabalho doméstico desenvolvido pela mulher, quanto nos discursos generalizantes que priorizam o homem.

Pretende-se, nesse aspecto, evidenciar as relações de classe e gênero que se superpõem, pois, não apenas as relações de classe, mas também as de sexo são estruturantes e fundamentais na sociedade em oposição a outras relações contingentes. Trata-se, portanto de

afirmar que as práticas, a consciência, as representações e as condições de trabalho de homens e mulheres são assimétricas. Dizer que há uma unidade de classe sem considerar o sexo social pode levar a um conhecimento falso do que é classe social.

O imbricamento das relações sociais de classe e gênero mostram que há a formação de uma espécie de teia social em que existem separações e entrelaçamentos, contradições e coerências e que ambas (classe e gênero) são transversais ao conjunto da sociedade.

As relações sociais de gênero se expressam como relações desiguais, hierárquicas e contraditórias, tanto pela exploração capital X trabalho como pela dominação masculina sobre a feminina, portanto se materializa na duas esferas da produção e da reprodução, remetendo também a ideia de exploração e opressão de gênero.

Capítulo IV:

4 MULHER, MÃE, TRABALHADORA: A HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DAS CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA.

4.1 Um pouco delas, por elas mesmas: mulheres do Assentamento Che Guevara

A mulher não tem um destino biológico, ela é formada dentro de uma cultura que define qual o seu papel no seio da sociedade. (BEAUVOIR, 2008). É a partir dessa ideia, de que a mulher não nasce mulher, ou melhor, não nasce pra ser isso ou aquilo, que busca-se entender as estruturas sociais que subjulgam e oprimem a mulher, mas, também perceber sua capacidade de subverter a ordem social hegemônica.

As histórias das mulheres assentadas se cruzam em alguns momentos e estão marcadas por relações de opressão, violência, *(des)realizações*, processos migratórios e de muito trabalho. Mas, suas vidas não são feitas apenas de sofrimento e tristeza, essas mulheres não são estáticas e se colocam na posição de enfrentamento e de luta cotidiana que faz com que se reconheçam enquanto *sujeitas* de sua história, mesmo que de uma maneira, às vezes, sutil. Da mesma forma, também possuem sonhos e sabem das dificuldades para realizá-los. A mulher trabalhadora enfrenta em seu cotidiano desafios que vão desde a luta pela sobrevivência, até a gravidez indesejada ou mesmo os julgamentos que estão submetidas. Compreender esse movimento dialético, que as colocam hora em situações adversas, hora em estado de nirvana²⁶, é fundamental para pensarmos suas histórias de vida.

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa não tem um padrão de idade, nem de preferência religiosa ou política. O critério utilizado para a escolha dessas mulheres era o seu envolvimento no Assentamento e nas relações interpessoais com a comunidade. Uma das mulheres entrevistadas: Andrea é uma importante liderança no Assentamento e na região, militante do MST e integrante do Setor de Educação e de Gênero²⁷, contribuiu na indicação das mulheres para a entrevista, bem como, no acompanhamento das mesmas, garantindo uma segurança para as mulheres que ainda não me conheciam.

Após dias junto com ela foi possível observar o ritmo do seu dia-a-dia, o que foi muito importante, por se tratar de uma mulher engajada nas lutas do Assentamento, e das muitas conversas inspiradoras que tivemos.

Do montante de 46 famílias do assentamento, 10 mulheres, todas mães, foram entrevistadas. Mulheres com histórias distintas e singularidades no modo de viver e de pensar,

²⁶ Nirvana é um conceito muito utilizado pelos budistas para definir, entre outras coisas, o estado mental que não se perturba com nada, tranquilidade.

²⁷ Embora haja no MST o debate de gênero e este tenha relevante efeito, ao observar algumas comissões do movimento nota-se a maior participação das mulheres nas comissões de saúde, educação, cozinha e cirandas. E nesse sentido, afirma o padrão do patriarcado de destinar a mulher à esfera da reprodução. (SANTOS, 2013). Além disso, o MST tem dificuldade em garantir a paridade entre homens e mulheres nas esferas de representação do movimento.

porém, com algumas semelhanças entre si, que nos ajudam a compreender também o movimento histórico em que se inserem e os traços marcantes na vida das trabalhadoras camponesas. Foi possível observar os afazeres do dia a dia dessas mulheres, obter informações relacionadas à vida delas e ouvir suas posturas e posicionamento frente à uma série de questões. O roteiro que nos orientou na investigação está no Apêndice 1 e possuía questões amplas e abertas para que fosse possível que as assentadas se sentissem à vontade na hora de responder às indagações, tais como: qual foi a sua trajetória até chegar a ser assentada? Quais atividades desenvolve ao longo do dia? Como é a divisão das tarefas no lote? Divide com alguém as tarefas domésticas? O que produz no lote? Quais as técnicas utilizadas para plantar? Conhece ou já ouviu falar em Agroecologia? Utiliza agrotóxicos, sementes transgênicas e fertilizantes químicos? O que usa pra plantar e combater as pragas? Qual a base alimentar da família? O que vem do lote? Entre outros questionamentos que apareciam durante a conversa e a observação do espaço. Alguns homens também foram entrevistados, mas, não formalmente, pois, nossa intenção era ouvir as **mulheres**.

As mulheres que participaram dessa pesquisa, são de origens das mais variadas, vieram de diferentes lugares e ao longo de suas histórias de desenraizamentos e migrações rumo à terra, trabalho e vida digna, foram *parar* no Pontal do Paranapanema, mais precisamente no município de Mirante do Paranapanema (SP).

Andrea Aparecida dos Santos da Silva Rainha de 41 anos e com 3 filhos é militante do MST e já trabalhou em varias frentes do movimento, atualmente atua nos Setores de Gênero e Educação e desenvolve diversas atividades na comunidade, como as aulas de alfabetização de jovens e adultos, nas casas das famílias do Assentamento Che Guevara e do Assentamento Antonio Conselheiro (Assentamento vizinho) onde fica o lote em que é assentada, porém, ela vive com a família na agrovila do Assentamento Che Guevara, para poder facilitar as ações que efetiva junto à comunidade do Assentamento.

[...] a nossa vida é assim: Começo é, eu morava em Rancharia. Desde pequena eu participei da Igreja né, de grupos da Igreja Católica [...] e já comecei como coroinha, já trabalhava no coletivo mais, como coroinha. Aí depois, com esse engajamento, eu fui pra Pastoral da Juventude. Dentro da Pastoral da Juventude, que eu comecei a conhecer a luta do MST e eu gostaria muito de conhecer um acampamento, um assentamento [...] nunca dava. Aí, eu tive uma oportunidade, com um padre chamado Antônio Naves né, que deu uns livros pra mim lê e começou a me mandar pro curso de verão, lá em São Paulo [...] Aí, eu comecei a conhecer umas pessoas que faziam parte de acampamento né, pessoas que era de assentamento, pessoas quilombolas, indígenas, daí a gente via vários grupos né. Aí a gente tinha vontade de conhecê cada vez mais. Aí o padre Antônio Naves [...] falou assim pra mim: “pra você conhecê melhor, você tem que ir pro acampamento”. Aí eu deixei minha mãe na cidade, morava eu e minha mãe na cidade de Rancharia. Aí eu fui conhecer o acampamento Nova Conquista, aí me engajei lá com o pessoal e comecei a militar,

né, no MST. (Andrea Aparecida dos Santos da Silva Rainha, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

Foto 9 - Dona Josefa e Andrea, novembro de 2014.



Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

Esse início da participação da Andrea na militância política, marca um período importante dos movimentos sociais no Brasil. No relato de Andrea percebemos que o papel de setores da igreja católica na articulação dos movimentos sociais foi intenso.

Em meados da década de setenta, a saída encontrada para a crescente pauperização e a intensificação das repressões foi o desenvolvimento de um modo de participação e expressão política da população, que se diferenciou das que até então predominavam. Essa expressão foi definida por alguns autores como: novos movimentos sociais. Algumas pesquisas apontam para a rejeição da divisão entre velhos e novos movimentos sociais, na busca por tentar classificá-los independentemente da cronologia com que se formam. Nesse entendimento, são os atores sociais e as diferentes experiências e identidades, movimentadas pelas reestruturações e rearranjos políticos e econômicos que garantiram a pluralidade do movimento social contemporâneo.

No Brasil, essas mudanças nos tipos das expressões coletivas foram o resultado da aproximação de militantes de diversos setores como: fiéis da igreja católica - através das

CEB's e das Pastorais - militantes dos partidos políticos de esquerda (que ainda eram clandestinos), oposições sindicais etc. São essas,

(...) 3 instituições em crise que abrem espaços para novas elaborações (...). Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de “novas formas de integração com os trabalhadores”. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um “novo sindicalismo”. (SADER, 1988. p.144).

Os movimentos sociais na década de setenta, tendo como referência essas formas de organização, vão se constituir, a partir da reestruturação, readaptação dessas entidades e na mescla entre elas, produzindo e modificando o próprio interior de cada uma.

Esses movimentos sociais são protagonizados por atores e atrizes, até então, subestimadas pelos modelos clássicos provocando nas interpretações das ciências sociais a indução a certa obsolência da noção de classe social. Segundo Souza (1999), o conceito de proletariado foi sendo substituído, devido à heterogeneidade das inserções laborais e das posições dos indivíduos no processo produtivo, e não pela alteração na origem dos conflitos de classe.

O que é importante nos atentarmos é a emergência das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, também no início dos anos 1960, no Brasil. Isso porque, se constituíram como espaços de socialização e organização política, em que, referenciados pelos ensinamentos bíblicos e pela Teologia da Libertação, refletiam, entre outras coisas, sobre as condições de vida da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade.

No campo, o livro do Êxodo, era fortemente utilizado como referência no debate político, principalmente em tempos de ditadura militar, como forma de driblar a censura. A CPT (Comissão Pastoral da Terra), criada em 1975 pela igreja católica, foi uma das principais articuladoras do movimento camponês, durante esse período. Podemos dizer que, a CPT teve uma importância na história de origem do MST. Tanto essa relação é adequada, que, o MST permaneceu difundindo o caráter mítico da luta pela terra. Segundo Sampaio (2002), essa mística tem as bases na vertente cristã e na socialista-marxista e necessariamente está relacionada a valores, símbolos e crenças que alicerçam a fé histórica dos camponeses na possibilidade da mudança.

À parte de sua profissão de fé e de sua estrutura burocrático-organizativa milenar, a igreja católica se constitui numa entidade não isenta de uma postura político-ideológica. Felício (2005) ressalta que esses posicionamentos estão amarrados a dois grandes paradigmas de ação pastoral, sendo eles o da “igreja como cristandade” e o da “igreja como Povo de Deus”. Enquanto o primeiro assume a igreja como “sociedade perfeita”, povoada por

hierarquias e autoritarismo, no qual o povo deve ser submisso, o segundo paradigma postula uma “igreja dos pobres”, a “serviço dos empobrecidos”.

A postura da igreja frente às questões de “caráter social” tende a mudar, na escala da diocese, de acordo com as mudanças de seus representantes. O bispo Dom Antônio Agostinho Marochi - que até 2002 esteve à frente da diocese de Presidente Prudente²⁸ - assumiu a defesa dos interesses de grandes latifundiários ligados a UDR (União Democrática Ruralista) e de políticos coronelistas (como o ex-prefeito de Presidente Prudente, Agripino de Oliveira Lima).

A partir de 2008, quem assumiu a representação da diocese foi o bispo, Dom José Maria Libório, defensor e adepto da Teologia da Libertação, sempre apoiando as iniciativas dos movimentos sociais na luta pela terra e pela efetivação da Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema. José Maria, sempre se posicionou publicamente, inclusive em jornais locais, favorável às ocupações de terra e apoiou de forma significativa às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região, tanto nas próprias ocupações, quanto na viabilização dos trabalhos de base do movimento. Mostrou-se também contrário ao Projeto de Lei 578 de 2007, de iniciativa do então governador do Estado de São Paulo, José Serra, que tratava da regularização da posse, de terras com área superior a 500 hectares, justamente em um dos territórios de maior conflito fundiário no estado: o Pontal do Paranapanema. Os próprios militantes do MST concordam que esse foi um dos períodos mais prósperos e frutíferos para o movimento, no que diz respeito, as possibilidades de atuação no Pontal e o diálogo com a classe trabalhadora do meio urbano.

É relevante destacar a importância da ação pastoral e da igreja como um todo na formação ideológica das comunidades, ora afastando, ora aproximando a população das questões que envolvem o município, o Pontal, o país e o mundo.

No início de sua militância política, Andrea relatou que junto ao movimento pôde visitar os lugares onde havia a organização do MST no Brasil e conhecer a realidade agrária brasileira. Nesse período se formou em técnica agrícola pelo Colégio Agrícola e foi desenvolver trabalhos em diversas cooperativas. Logo depois de formada entrou para a CCA-SP que é a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Estado de São Paulo, a primeira cooperativa voltada para assentadas e assentados do Estado sendo a primeira técnica mulher no Estado dentro dessa cooperativa. Ela contou também que ia para diversas cidades de São Paulo realizar projetos como técnica agrícola, pelo movimento, contribuindo para o desenvolvimento produtivo das comunidades e assentamentos. Em um de seus trabalhos veio

²⁸ Que abrange todo o Pontal do Paranapanema.

para o Pontal do Paranapanema onde conheceu seu marido, Bertoni, que após anos de namoro foi morar com ela no município de Promissão (SP), lugar que trabalhava na época, também em uma cooperativa do movimento. Depois de um tempo receberam a proposta de voltar para o Pontal, para serem assentados. Foi ai que começou a trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), há 15 anos atrás. Ela também fez parte da direção da COOCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados) localizada no município de Teodoro Sampaio, nesse período ela relata que participou:

[...] com as mulheres através de um projeto com plantas medicinais né, então, eu consegui fazer esse trabalho inserindo as mulheres pra gente pode trabalhar a questão da manipulação das plantas medicinais das erva, fazendo xarope, fazendo pomada, shampoo, sabonete e tudo das plantas medicinais, e trabalhando kit primeiros socorros, que é aquelas ervas corriqueira que a gente tem no fundo de quintal como: hortelã, erva doce, erva cidreira, boldo, carqueja. Essas plantinhas que a gente consegue trabalhar e desenvolve ela, e que não faz mal à saúde, né, e essas que a gente tem conhecimento. As outras plantas a gente tava estudando né, os principio ativo, tóxico tudo que a gente tava estudando, pra poder trabalhar a questão das plantas medicinais. E é um projeto que nós temos pra desenvolver com o grupo aqui, que eu pertenço, que é o grupo da Irmã Goreti, uma associação, né, de mulheres. Só mulheres! Além do coletivo de gênero do MST, nós também participamos desse grupo Irmã Goreti. Esse grupo é pra formalizar e trabalhar a questão das ervas medicinais e têr uma farmacêutica pra nos orientar, pra gente poder desenvolver um trabalho sem barrar a lei né. (Andrea Aparecida dos Santos da Silva Rainha, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

Ela aproveita para acrescentar a vontade e a necessidade de desenvolver um projeto, ligado as plantas medicinais, junto às mulheres do Assentamento, pois, é uma atividade que gera renda direta para as mulheres e indireta para toda a família, quando deixam de consumir remédios sintetizados e industrializados. Assim, também desenvolvem estudos e saberes complexos em relação ao potencial curativo das plantas e ervas para toda a comunidade.

Por seu engajamento no movimento e sua participação ativa em estudos, debates ações diretas e atuação em espaços de representação política, ela possui uma compreensão profunda da questão agrária, das lutas sociais no campo e entende as desigualdades em que vivem as mulheres do campo e suas condições na sociedade de classe de uma forma concreta, principalmente, por ser uma delas. Assim ela explica a atuação do Setor de Gênero do MST:

[...] Ai tem o trabalho do coletivo de gênero que eu faço parte, a gente trabalha a questão da vida da mulher, a questão da inserção da mulher na participação dos trabalhos nas cooperativas, associações, dentro de grupos, né, dentro da geração de renda. Então isso, a gente desenvolve o trabalho com as mulheres, né, dentro desse coletivo de gênero; e também trabalha a questão da discriminação da mulher no campo, sobre a questão das mulheres que sofrem, mulheres que são marginalizadas, mulheres que são exploradas, mulheres que sofrem, né, abusos, mulheres que sofrem violência. Então, tudo isso, a gente desenvolve pra que as companheiras possam tá vindo e trabalhar esse momento, né, da vida. (Andrea Aparecida dos Santos da Silva Rainha, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

As outras mulheres que foram entrevistadas não possuíam o mesmo engajamento que Andrea, nem a mesma visão em relação ao campo e ao papel da mulher na construção dele, alias, não com a mesma profundidade. Por ser militante, Andrea está mais voltada às questões relacionadas à vida para além da esfera doméstica e seu envolvimento junto aos debates e estudos do movimento, bem como a própria luta que forma o ser social, fez dela uma *mulher-pássaro*, “voando com gaiola e tudo”.

As mulheres-pássaros, uma simples analogia para representar a vontade que algumas mulheres tem em galgar novos horizontes, que chega a ser tão forte que acabam rompendo com os moralismos, as hipocrisias, as *invisibilizações* e as violências que sofrem. As próprias condições materiais deixam de ser um empecilho às suas buscas por emancipação, pois, também buscam os mecanismos necessários para sua reprodução e de sua família, através das migrações, da luta pela terra, da luta pela alimentação de sua família e de tantas outras lutas de seu cotidiano. Diz respeito a essas mulheres que enfrentam os obstáculos de uma sociedade dividida e hierarquizada em funções e papéis, mais reconhecidos e valorizados que outros.

Dona Josefa, uma senhora de 72 anos, aposentada, que vive com o marido, também aposentado, recebia o auxílio renda cidadã do Governo Federal e assim como quase todas as entrevistadas uma parte da sua renda vem da entrega de parte de sua produção para o PAA, através da CONAB. Ela conta um pouco de sua trajetória marcada pela busca de condições básicas e fundamentais para a vida dela e de sua família.

[...] nós veio do Paraná né, depois meu véio veio pra cá, ficou no acampamento. Acamparam quatro anos e eu fiquei lá com os meus filhos, minha família né. Ficamos lá e ele aqui acampado, nós foi lutando, foi lutando até que um dia Deus abençoou que saiu a terra né. Ai nós viemos tudo com a família né. Graças a Deus. To muito feliz. Viu. [...] Eu só não vivo mais feliz porque eu tenho duas filhas que tem problema, mas eu tenho muita fé em Deus, que Deus abençoa e vai dá a cura pra elas. Nós tocava um cafezinho né. Vinte mil pés de café. Nós era em... Os meninos eram cinco, trabalhavam. O véio veio pra cá e eles ficaram tocando o café lá no Paraná. [...] era porcentagem né. Nós plantava feijão, plantava arroz, colhia um arroz bõo ein, com fartura. Ai depois nós viemos, pego a terrinha e larguemo lá, vendemos gado, vendemos as coisinhas e viemos pra cá. (Josefa, Mirante do Paranapanema, outubro de 2014).

Os homens e mulheres que vivem do seu trabalho migram pelo território acompanhando os fluxos de capital. Da mesma forma e contraditoriamente, esse é o mesmo capital, que os desterritorializa impondo-lhes a migração como meio de recomeçar a vida ou dar outro sentido a ela. No caso dos camponeses e camponesas essa alternativa está na luta pela terra e por um modo de produzir que atenda a suas necessidades e vontades. Nesse sentido, a história dessas mulheres é de realização, no que diz respeito a *felicidade* de

chegarem na terra, onde podem escolher o que vão plantar, e, morar sabendo que não estarão sozinhos na empreitada (pois, há relações de solidariedade entre a vizinhança no Assentamento) nem serão expulsos por ninguém. Realizam o seu sonho de ter um lugar onde viver.

[...] nós plantava, mas era com muito sacrifício. Tinha canto que morava que tinha energia, tinha canto que não. Era lamparina. Sofremos um pouco na roça, foi meio difícil. Que vê quando tinha os meninos pequenos. Morava um ano num canto, no outro ano já pensava em mudar. Agora, graças a Deus, estou firme. (Josefa, Mirante do Paranapanema, outubro de 2014).

Foto 10 - Dona Josefa e seu marido, novembro de 2014.



Fonte:

MALDONADO, P.S., 2014.

Cida Matraca é o apelido de Maria Aparecida Pereira de Oliveira de 58 anos, é uma mulher cujo o marido faleceu e vive sozinha em seu lote. Tem dois filhos e também já participou da luta no MST, uma das mulheres entrevistadas que já viveu debaixo da lona nos acampamentos. Cida é uma mulher contagiante e extrovertida ela conta sua trajetória até ser assentada com emoção, risos e lágrimas:

Meu nome é Maria Aparecida Pereira de Oliveira, mais é conhecida como Cida Matraca. Quando a gente chegou aqui nas ocupação da (fazenda) São Domingo, era só mulheres né. Todo dia oito de março, acho que nós fizemos umas quatro ocupações ali. Ai, eu sai com a maquininha cheia de arroz plantando no asfalto, ai quem não me conhecia, depois que você ia embora, ai falava: “cadê aquela mulher da matraca?” “Não vi mais”. (risos) Ai foi ficando... Mas a minha vida no começo

foi difícil também, porque nós era em bastante irmão. Eu sou ribeirinha, trabaiei muito de pirangueira²⁹, assim, mais meu pai. Nós viveu mais da pesca né, na época, [...] eu era criancinha pequena, nós era... eu fui vivendo no rio, na beira de rio. Então até que foi fácil pra pegar a terra. Eu tenho a carteirinha de caça e pesca junto com o pessoal, já até falecido, que é de Santa Inês. E sempre fui da terra, fui da luta. Ai, vim pro Paraná, mexe com roça de café, mexe com gado, tudo que me jogava sempre eu sai. Fui fiscal de fazenda uns dez anos, de café. [...] Teve uma fazenda aqui em água grande no Paraná, ai eu não gostei do fazendero, peguei uma birra dele. O sem terra tava vindo com aqueles carrinho cheio de bazuizinho, não sei que. Falei pro marido: “ah, eu também vô pro sem terra”. Ele falo: “cê não ta ficando doida, se você ir pro sem terra, eu não vô atrás de você”. Falei: “vai se se quiser, mas que eu vô, eu vô. Vô pega minha terra pra não trabalhar pra ninguém”. Ai, juntei meus dois filhos pequenos, na época o Eduardo e o José Henrique. O Zé Henrique tinha, acho que seis aninhos, e acampeí. E eu com medo de voltar e ele ficar muito bravo comigo, ai eu não queria ir embora. Eu ficava num barraquinho, em oito. Ai uns três meses, falei: “não. Vô lá né, pra vê comê que ele tá”. Eu tinha uma casa na cidade ele já tinha ido embora pra lá. Ai, quando foi embora, não queria volta, falei: “não. Então você fica! Eu vô volta pra lá de novo. Ai, quando eu tiver a terra você também não vai”. Mas ele não guento com quinze dia ele veio. (risos). Veio e nós se deu muito bem e ele gostava da terra. E ficou naquela ansiedade de nós ganhar essa terra; e essa terra não saía. Sofri muito nos barraco. Ai, fui embora pra Sandovalina e acampeí lá na farinheira. E era muito difícil lá, mais eu sempre fui trabalhadeira e logo eu me enturmei com a turma da creche. Coloquei meus filhos lá, me enturmei com a turma da escola, tinha muito conhecida [...] todo lugar fazia amizade. Achei serviço pra colher pimenta numa fazenda do prefeito, ele me ajudava com as coisas do açougue, eu sempre, nunca comi puro tinha a minha né... (gesto com a mão representando os alimentos, a mistura) o povo que vinha de fora fazia visita que nem você tá aqui hoje. Amava eu, causa das minha brincadeira que eu sô muito brincalhona. E fiquei sete anos debaixo da lona. Ai com sete ano, saiu essa fazenda aqui [...] ai sobre esse lote, que a muié não foi aprovada. [...] Ai, me avisarô [...] e eu vim de apê, minha filha, pedindo carona. O dinheiro que tinha no borso era dez centavos, e vim. Passando fome nas estrada, pegando carona, até que cheguei na COOCAMP. Cheguei na COOCAMP foi uma sorte, tava Zé Lito, toda a direção na reunião. Falei: “gente eu poderia. Será que eu tinha o direito de ganhá aquele lote?” Ai, ele falo: “cê tinha não, cê tem. Só que de hoje pra manhã se você na ir, vai entra outra pessoa”. Eu voltei pra trás no ônibus da escola peguei ele lá de Sandovalina. Cheguei meia noite em casa. Eu não tinha dinheiro pra pagar os caminhão pra trazer, porque, eu tinha um barraco muito grande, tinha muita planta já. Ai, eu fui cedinho na farinheira e pedi pro Juninho, que era o chefe da farinheira, o dono. Falei: “Oh Juninho cê não me dava um caminhão pra leva um poco de coisa minha? Falô: “dô”. Falei: “mais só que eu precisava dois”. Aí o finado Pé Duro falô: “pois o outro eu pago, pode ir os dois”. Que era os dois caminhão da farinheira. Na época era do movimento, mas trabaíava lá (Pé Duro). Ai, ajunto o povo todinho chorando, pra mim não vim sabe? E até hoje meus amigo tá tudo lá, tudo família. Falei: “gente, eu vô pro que é meu”. Ai, eu não tinha o que come, naquele dia eu não tinha nada no barraco. Ai, eu fui no Juninho que era o dono daquele bar, que hoje é uma lanchonete grandona lá de Sandovalina [...] Aí eu falei: “oh Juninho eu ganhei minha terra, mas eu não tenho o que come na terra, pelo meno uma semana. [...] Aí, ele falo: “Cida você vê aqui e entra dentro dessa mercearia, o que você vê que dá pra você passa um mês você pega”. Falei: “a não! Isso eu não faço! Quero que você me dá pra mim duas mão, só que eu vou vim te pagá”. Aí ele falo: “então vou fazer a cesta”. Me deu comida pra eu comer quase três meses. E choro, eu também chorei muito. Ai vim. (Maria Aparecida Pereira de Oliveira, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

²⁹ O mesmo que ribeirinha.

Foto 11 - Cida Matraca em seu lote, novembro de 2014.



Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

Cida é uma dessas mulheres-pássaros, que ao vivenciar situações de extrema pobreza e conseguir através de sua própria articulação e capacidade de interagir e cativar as pessoas, ou seja, através de relações de solidariedade, companheirismo e amor, conseguiu as condições para que pudesse chegar até seu lote, sua terra de vida e de trabalho. Conta que só havia mato, quando chegou na terra, não tinha “nem um pau pra fazer lenha”. E ficou mais dois anos morando em um barraco e buscando água no rio, pois, também não havia. Esperou quatro anos para conseguir o custeio para a construção de sua casa. Mesmo assim, ela fala de suas alegrias e como é uma mulher forte e guerreira inclusive reconhecida pelos próprios companheiros e companheiras:

Sou muito alegre e grata. Trabalho na horta comunitária. Já fui candidata duas vezes a vereadora e vô sai de novo, nem que eu não ganhe, mas, tá no meio do povão pra mim tá bom. Sou muito grata a deus e ao pessoal, sou feliz (limpando as lágrimas). Ontem mesmo falaram: “nunca vi uma mulher tão determinada, guerreira igual essa, não liga não né?” Falei: “não ligo, eu quero tá de bem com a vida” (risos) né? Estudei, terminei, fiz minha formatura. E fiz muitos cursos. Na primeira política, eu sai como analfabeta. [...] trabalho com a comunidade tennho muitos planos ainda. (Cida Matraca, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

Cida Matraca, mostra sua determinação ao se colocar como uma mulher que não aceita “não”. Ela vai atrás do que quer e cria as condições de sua própria existência, ou seja, “tira

leite de pedra”, mesmo que pareça loucura. Sua forma de se expressar mostra o tamanho da energia que guarda dentro de si para ir atrás de seus sonhos. Seus olhos são brilhantes e sua energia vital pulsante. Cida sabe cultivar sua felicidade: “Eu faço meu forró é sozinha mesmo (risos). [...] Vou pra escola fazer as atividade conta umas piada”. (Cida Matraca, 2014).

Maria dos Santos Rainha vive no Assentamento Che Guevara e é sogra de Andrea, tem 58 anos e três filhos. É separada e o ex-marido também mora no Assentamento com outra mulher, segundo ela, eles tem uma boa relação e ele ajuda na produção em seu lote. Ela conta sua trajetória como trabalhadora camponesa e seus (des)vínculos com a terra:

Nós viemos lá do Espírito Santo pra cá pra tentar melhoras né? E graças a Deus conseguimos um pedacinho de terra né? E to ai lutando né? Inclusive a gente passou por muitas dificuldade mais deu pra superar. [...] eu sô separada ne? [...] A gente vivia era criado, assim, meio umas pessoas reservada que não via essas coisa, né, assim essa movimentação (Acampamentos). Lá tinha, mas era bem longe, a gente nem participava de nada dessas coisas, viemos vê essas coisas aqui. Mais...foi muito bom né? A gente passou a conhecer as coisas né? Difícil né, pros pobres, as coisas. Pros ricos é mais fácil, agora pros pobres... Cê vê que ai, teve gente que fico nove ano debaixo de barraco. Foi um sofrimento pra muita gente e é ainda né? Mais é os menino que participava, eu só fica cozinhano pro pessoal. [...] Eu cozinhava pum monte de gente. Então, a gente sempre foi assim, pobre mais um pobre humilde né? Graças a Deus. Tem hora que eu penso: “meu Deus já trabalhei tanto na minha vida não arrumei nada”. Mas, tem hora que eu volta atrás... Ah, agora meus fio que tem que começa do jeito que eu comecei né? Trabalha muito, sofrer um pouco, mas vai levando a vida né? [...] trabalhar na roça eu trabalhei muito, comecei desde criança. [...] mas como diz, cada um com o seu pedacinho pra passar né? [...] Eu não tive oportunidade de estuda e a gente sabê lê, meno um pouquinho é bom. Porque tudo cê depende dos outros, tudo. Até pra sai com o um papel na mão. É o mesmo que uma bestaiada, né? Aí, tem que mandar um lê e se for uma coisa que não é pros outros lê? (risos). Ainda bem que eu não escondo nada dos meus menino. [...] mas a gente, se soubé lê um pouquinho é bom. Eu poderia ter oportunidade depois de mais veia de fazer alguma coisa, mais não tinha estudo né. [...] Eu fui trabalhar pra uma mulher em Teodoro, anestesista, ai fiquei cinco anos e três meses com ela, depois comecei a sofrer de bursite, coluna aí precisei de saí. Ai vim pra cá. (Maria dos Santos Rainha, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

Foto 12 - Maria dos Santos, novembro de 2014

Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

As mulheres pobres, principalmente, as camponesas foram apartadas da educação, durante muito tempo. Maria voltou a estudar recentemente e quem dá aulas de alfabetização é sua nora Andrea. Ela está aprendendo a ler e escrever e apresenta seu constrangimento em relação a não possuir ainda esse domínio. Ainda pode-se notar em sua fala a precarização do trabalho e as doenças relacionadas ao trabalho que vivenciou durante sua história, assim como outras mulheres relataram. Ela faz tratamento com remédios, para tirar as dores que tem nos braços e coluna devido aos movimentos repetitivos que realizou ao longo de sua trajetória laboral. As doenças relacionadas ao trabalho são uma das características comuns a história de vida dessas mulheres. Eni Suzana que tem 49 anos é separada e vive sozinha em seu lote, relata que, por causa de sua profissão como cabeleireira, contraiu uma doença crônica no ombro e realiza tratamento para evitar as dores. Mesmo assim, ela fala do seu trabalho, suas dores e de como tem diminuído suas atividades para evitar mais problemas, afinal, ela não tem ninguém que lhe obrigue a seguir um ritmo de trabalho, a não ser a própria natureza: “Você trabalha o dia todo mesmo com dor, mas pra dormir você não descansa. Cê não dorme. Então, eu dei uma parada sabe? Eu não me mato muito não. Mas tem bastante coisa, teria que ter muito mais, se eu tivesse, igual meus filho morasse perto, mas é tudo longe”. Ela não tem

ajuda para realizar todo o trabalho, mas, tem uma horta coletiva em seu lote, onde trabalham três famílias, principalmente, as mulheres.

As histórias de vida dessas mulheres se explicam por si só, dispensando qualquer tipo de esgarçamento no sentido de tentar ilustrar ou comentar o que elas já expõe muito bem, que são suas experiências. Experiências que as colocam entre a gaiola e o céu. Pois, são essas mesmas mulheres trabalhadoras, que ao vivenciarem simultaneamente a opressão de classe e de gênero, e às vezes racial, as próprias responsáveis por redesenharem suas histórias e darem outro sentido às suas vidas, a partir de suas lutas cotidianas e coletivas. As práticas e as atividades que colocam a mulher no âmbito público, de participação e de tomada de decisões são importantes para que elas formem e exercitem a disputa por esses espaços, pois, mesmo com os direitos conquistados, as melhorias em determinadas questões relacionadas a vida da mulher e até mesmo as leis de proteção à mulher, não garantem que a opressão de classe e gênero sejam superadas.

4.2 Agroecologia e a Soberania Alimentar como estratégias de reprodução camponesa e permanência no campo.

A atualidade nos impõe a discussão da retomada da dimensão do desenvolvimento que seja, local e capaz de autossustentar-se. A Agroecologia surge neste contexto, como uma resposta contundente dos camponeses e camponesas, face a poderosa investida do agronegócio, sendo uma forma de agricultura e de relação com o meio, que resgata os saberes tradicionais (historicamente construídos) dos povos do campo. Também, é o caminho da busca, pela preservação da vida e de outros referenciais para a produção agrícola, que tem a intenção de melhorar a qualidade de vida da população do campo e de conjecturar uma inserção econômica não-subalterna.

A busca por um desenvolvimento que seja, de fato, autosustentável, sem demagogias e especulações políticas, perpassa pela satisfação das necessidades básicas das comunidades; a autodeterminação das comunidades envolvidas através da construção de um projeto de desenvolvimento endógeno e em sintonia com a capacidade de realização das comunidades envolvidas; a realização de práticas que não apenas respeitem o ambiente como ainda promovam a sua valorização e a necessidade de recuperação e valorização dos *saberes locais* praticados pelas comunidades para melhor poder valorizar as suas potencialidades. (MARCOS, 2007).

Assim, a Agroecologia não consiste em uma nova maneira de lidar com a natureza, mas, um resgate de práticas tradicionais de lidar com a terra que vem de períodos anteriores a modernidade e todo o aparato técnico que foi inserido na agricultura, a partir da *revolução verde*. O termo Agroecologia aparece como um novo nome para um movimento antigo de resistência e de tentativa de sobrevivência do povo camponês. Por esse motivo, a Agroecologia não se resume a utilizar agrotóxico ou não, mas, compreende a maneira como cada camponesa e camponês cultiva a terra, o direito de escolher o tipo de cultura que quer plantar, o período do ano que cultiva, a forma de dispor as mudas, seu modo de podar, de cuidar e todo o conjunto de saberes e lembranças que junto a sua família retoma, rememora e reincorpora aos novos saberes que adquirem. Se trata do conjunto de conhecimentos e práticas construídas, destruídas e reconstruídas ao longo do tempo. (LIMA, 2008).

No processo de desenvolvimento e avanço do capitalismo no campo, o campesinato, que é compreendido como parte da classe trabalhadora, se cria, recria, resiste e luta por sua autonomia através de estratégias de reprodução diversas, desde relações não-capitalistas, trabalho comunitário e coletivo (cooperação), acesso à políticas públicas de desenvolvimento rural, práticas alternativas de produção no campo entre outras coisas, que coloca as camponesas e os camponeses em vias de independência dos pacotes tecnológicos. A partir dessas relações que tem surgido os espaços de resistências e diversas formas de reprodução camponesa apoiadas em estratégias, sobretudo com base na Agroecologia.

No Assentamento Che Guevara encontramos experiências de trabalho coletivo, livre associativismo e *autogestão*; o uso de sementes crioulas; *cultivos agroecológicos*; as trocas entre vizinhos; o extrativismo; a psicicultura; a entrega dos alimentos para a Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (DS-PAA), um programa recente do Governo Federal que tem o objetivo de redistribuir os alimentos provenientes da agricultura familiar para a população cadastrada nas políticas sociais do Governo. Entre todas essas atividades foi possível perceber que, a organização em coletivo, a produção agroecológica e o acesso às políticas públicas, não só fazem parte da lógica da recriação camponesa, como é o caminho mais curto para a construção de um território camponês de liberdade, autonomia e solidariedade.

O assentado Bertoni Rainha, tem curso técnico em Agroecologia, e representa parte dos camponeses e camponesas que estão em formação e em busca de novos conhecimentos relacionados às práticas de manejo mais harmônicas com a natureza e mais saudáveis a saúde humana. Ele nos relatou como o processo de transição para a Agroecologia é lento, por se tratar de atividades que algumas vezes foram esquecidas pelo campesinato e também pela

própria dinâmica da natureza em fazer a “purificação” necessária para uma produção mais “limpa”. Nos conta como faz o manejo de sua horta e da produção no lote:

[...] a adubação verde a gente usa planta né, e então chega o porte que ela vai flora né, aí é o tempo que a gente incorpora no solo na roça né, e muitas vezes a gente deixa igual tá lá mesmo, né, ela viva, né, porque a terra é muito praguejada de certos mato, né, que é o carrapicho, né, outros tipo de mato, né. E a adubação verde, ela plantada depois que cresce ela mantém sombreado né, o solo. Então não nasce outro tipo de planta, porque o mato que atrapalha. Então a gente usa mais pra incorporar no solo, né, pra ter mais vida no solo. Muitas vezes a gente usa o esterco de gado e outros adubo igual o esterco de galinha pra enriquecer o solo. Então aí, vem com a adubação verde né, que é o labe labe, o mucuna, mucuna preta, mucuna cinza, o feijão andu. Então a gente faz esse coquetel. Planta e depois usa como eu falei como material orgânico mesmo, pra enriquecer o solo. Porque aqui o solo é arenoso, né. Então as prática que a gente usa facilita a gente a tratar do solo da forma mais agroecológica, né. Voltada a agroecologia, né. Porque, ainda não tamo num parâmetro ainda, né, de agroecologia, né, mas, a gente tá caminhando pra isso, né. Pra sempre tá envolvido na área da agroecologia, mas, cê vê que é começo da gente. É aos poucos que a gente vai adquirindo outras formas de melhorar o solo. Então, essa é a parte que a gente tenta fazer é, melhorar a questão aqui no campo, até no assentamento. Cê vê, a gente produz pro consumo e vende, porque, tem que ter renda, né. Então, tudo que planta, tem que ter um retorno. Então é poço, mas, tem que ter um retorno. Então a gente vai se aprimorando, né, com relação à agroecologia. Então têm uma formação a mais. (Bertoni Rainha, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

Foto 13 - Mudanças de mucuna-preta para adubação verde, junto com milho, abacaxi e árvores frutíferas, novembro de 2014.



Alguns aspectos que fazem parte das práticas culturais na Agroecologia são: o uso de matéria orgânica como fertilizante e a produção artesanal de biofertilizantes, como foi dito na fala de Bertoni; a semeadura escalonada e o estudo do espaçamento no plantio para a obtenção do máximo rendimento possível, como podemos ver (Foto 13) a disposição das plantas e o consórcio entre elas; o uso de tecnologias simples, de fácil uso e difusão; o cuidado com a água utilizada, além das práticas de respeito ao ambiente e a valorização dos *saberes e práticas locais*, no que se refere ao conhecimento camponês sobre o tipo de solo, plantas e processos ecológicos.

Outra iniciativa agroecológica implementada, principalmente, pelas mulheres assentadas é uma horta comunitária que é desenvolvida no lote de Eni Suzana, que cuida sozinha de seu lote e compartilha com outras famílias o cuidado com a horta, onde produzem: alface, salsinha, cebolinha, cebola, maxixe, repolho, berinjela, beterraba, cenoura, jiló, pimentão, pimenta entre outras folhagens e leguminosas.

Foto 14 - Horta comunitária, novembro de 2014.



Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

Eni conta que a horta é a realização de um sonho, aponta as dificuldades, mas não deixa de demonstrar sua satisfação em ver a terra produzindo:

Essa horta é um projeto antigo. É um sonho antigo que eu tenho, mas, o sonho que eu tenho era de quinze, vinte famílias trabalharem juntas, entendeu? Mas, o pessoal

é meio desanimado. Cê vê, tem tanta gente precisando de trabalho, de um salário melhor, pra comprar um calçado, uma roupa, ajuda na alimentação. Mas, eu convidei, chamei: “vamos gente, vamos trabalhar. A gente vai começar aos poucos, né? Tem a Conab que é um... é muito bom de se trabalhar”. Mas, foi assim, meio decepcionante. Porque a gente começou com seis famílias e agora tamo em três. Então é um pouco complicado. Você trabalha, você demora pra receber, tem que tirar do bolso pra você investir na horta. Então, fica um pouquinho complicado, mas, o sonho de ir em frente, aumenta isso aqui. Eu queria fazer toda essa terra de horta. Porque é muito bom, você vê o resultado depois. É um trabalho todo orgânico, a gente não usa química nenhuma, né. É uma produção maravilhosa. Não vou falar que é fácil, não. É bem cansativo, trabalhá nesse *verão* ai. É bem complicado. Mas, vamô vê até onde a gente consegue chegar. (Eni Suzana, Mirante do Paranapanema (SP), 2014).

Este projeto de horta comunitária é uma iniciativa da própria assentada que, associada com outras famílias, autogestiona a produção e as escalas de trabalho. Quando uma pessoa não pode, a outra vai e assim por diante. Demonstram a possibilidade de resgatar o sentido da coletividade e do saber camponês, pois, é na convivência e na coletividade que podem socializar os conhecimentos, que cada um ou cada uma possui, aprendendo uns com os outros ou umas com as outras. Nesse contexto, representa uma forma de ampliar o sentido restrito dado a Agroecologia como apenas uma maneira de produzir alimentos limpos, pois, passa a incorporar outras dimensões, como os laços de solidariedade e reciprocidade contidos nas práticas agrícolas. Permitindo assim, preservar identidades culturais e criar redes de interação entre diferentes grupos sociais. Da experiência do trabalho coletivo Eni diz que:

Então, eu acho assim, que se a gente tivesse mais condições de investir pra arrumar, pra melhorar, seria muito bom. Porque, eu tenho muita facilidade de trabalhar com as pessoas. Então, às vezes, as pessoas não vem porque, sei lá. Mas, a gente se organizando direitinho dá um bom resultado e eu acho que vai vir muita coisa boa aí pela frente. (Eni Suzana, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

Sua alegria em poder compartilhar o trabalho e a sua vontade e facilidade em se relacionar com as pessoas estimula seu otimismo. Ela diz também que, sua experiência serviu de exemplo para estimular outras famílias a iniciarem projetos de hortas e outros trabalhos coletivos.

Mesmo ressaltando as dificuldades de trabalhar no sol e da falta de interesse de algumas pessoas em participar do projeto de uma horta coletiva, Eni reconhece algumas facilidades em relação a produção agroecológica e quais são as técnicas que utilizam para produzir.

[...] Porque fazer uma horta, você não precisa de muita coisa. Você tendo o esterco, porque, a gente trabalha só com esterco de gado. O que a gente usa para combater as pragas é a urina da vaca. Hora que o leiteiro tá tirando o leite da vaca, que ela faz o

xixi, ele tá lá pra colher. A gente armazena num garrafão, deixa envelhecer e vai usando, né? (Eni Suzana, Mirante do Paranapanema (SP), 2014).

Para produzir a horta de caráter agroecológico é preciso escolher o local em primeiro lugar, não importa o seu tamanho, mas a sua diversidade. É preferencial que ela seja próxima à casa, para facilitar o trabalho, como é o caso da horta coletiva que Eni tem em seu lote. O solo é preparado e são feitos os canteiros de modo a permitir o plantio e colheita sem que seja necessário pisá-los ou revirá-los. Em seguida passa-se à construção de um sistema de irrigação, que pode ser simples, no caso dessa horta através de um cano com furos e uma bomba de baixa potência, já é o suficiente. Assim, escolhem os produtos a serem semeados. Os alimentos são semeados, colocando-se o maior número possível de espécies. Ao redor, aconselha-se o plantio de plantas que sirvam para atrair insetos benéficos, e afastar nematóides e outros parasitas. Assim, deve se cultivar sem o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Eni ressalta a importância que tem para ela, produzir um alimento sem agrotóxicos, que não prejudique nem a sua saúde, nem a de quem vai consumir. Ela tem consciência da importância social de seu trabalho.

[...] a importância pra mim é produzir, fornecer pra sociedade um produto bom. Porque, cê não tá colocando nada de química ali. Então, você vai lavar aquelas folhas, às vezes, tem uma lagartinha, um caramujinho. Então, é sinal de que não tem veneno. É um produto bom! É um produto que você pode pegá a folha ali na horta e comê. Você não vai corrê o risco de se intoxicar, né? (Eni Suzana, Mirante do Paranapanema (SP), 2014).

Os alimentos produzidos na horta são entregues ao PAA, um programa que viabiliza o projeto de segurança alimentar, por redistribuir os alimentos à população urbana pobre. O preço pago aos produtores e produtoras é o preço médio estabelecido pelo mercado regional, ou seja, não é pago a mais pelo alimento produzido de maneira agroecológica. Isso acontece, porque, os alimentos mais valorizados são os orgânicos³⁰, que necessitam de uma série de requisitos e de certificações, para que seja reconhecido e tenha o valor agregado. Dessa forma, os alimentos produzidos no Assentamento, que são mais saudáveis e de boa qualidade, não estão dentro de uma lógica de mercado, pois estão sendo distribuídos para as populações famintas das cidades através de um programa do Governo. Consequentemente, as camponesas

³⁰ Segundo ASSIS & ROMEIRO (2002), a definição de agricultura orgânica, quase não se diferencia da Agroecologia, mas, aponta que a primeira tem a preocupação voltada para atender a exigência do mercado, na medida que existe uma motivação para o consumo de produtos da agricultura orgânica, ficando em segundo plano as preocupações ambientais, a forma de produção e as relações de trabalho envolvidas nesse processo. Padrões orgânicos estipulam a proibição do uso de alguns insumos e ditam uma gama de práticas a serem seguidas. Isto se dá, a partir da produção com base em normas para atender a mercados especiais, onde há a certificação do produto e não do sistema de produção como um todo. Há, portanto, a sobrevalorização do produto em si em detrimento da importância da forma como este é produzido retirando a dimensão política que as práticas alternativas de produção podem possuir. Além disso, o preço dos alimentos orgânicos não permite que a classe trabalhadora tenha acesso a alimentos saudáveis.

e camponeses produzem dessa forma por vontade própria e por perceberem que é mais barato, mais fácil, mais autônomo e mais benéfico para sua saúde e não necessariamente, para se inserirem em um nicho de mercado que valoriza o alimento saudável, 100% orgânico, que só chega às mesas da elite por ter um custo bem maior.

No Assentamento Che Guevara também existe o cultivo das sementes crioulas, obtidas através do *método de seleção massal*³¹, que se baseia em coletar as sementes que demonstram uma ou mais características desejáveis (potencial de alto rendimento, resistência a doenças etc) para plantá-las na safra seguinte. As sementes crioulas são adaptadas às condições locais, portanto, mais resistentes e menos agressivas à biodiversidade, já que não passam por processos de melhoramento genético que pode eliminar outras espécies, são capazes de tolerar variações ambientais e ataques de organismos prejudiciais. Outro aspecto importante é de que o agricultor e agricultora podem coletar as sementes dessas variedades e replantá-las novamente, adquirindo uma autonomia e uma maior independência do mercado de insumos. (MARCOS, 2007). Exemplo dessa prática é a experiência do Sr. Maurílio possui uma reserva de sementes de milho crioulo.

Foto 15 - Sementes de milho crioulo, novembro de 2014.



³¹ A seleção massal constitui-se no método de selecionar as melhores plantas em relação às características fenotípicas desejadas. É um método milenar que vem sendo praticado historicamente pelos povos nativos da América, tendo contribuído para originar a grande diversidade de variedades de plantas.

Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

O uso das sementes crioulas, ainda não atinge uma larga escala de camponesas e camponeses, pois, a maior parte ainda apanham suas sementes a partir de plantas cultivadas em manejo convencional, que tem o contato com fertilizantes solúveis e agrotóxicos para a sua produção. Muitas vezes, essas sementes são híbridos³² ou variedades obtidas por outros métodos de melhoramento, o que proporciona pouca variabilidade genética e uma maior suscetibilidade ao ataque de insetos e doenças, demandando mais trabalho para o equilíbrio e a das plantas.

As dificuldades encontradas em implementar as práticas agroecológicas se dá principalmente em relação ao convívio com as relações contraditórias vividas pelos campesinato em sua reprodução a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo. Inclusive um entrave concreto é que o Assentamento é rodeado pelo monocultivo de cana-de-açúcar onde a produção é toda realizada nos moldes do agronegócio. As assentadas chegam a relatar essa dificuldade, principalmente no que diz respeito a pulverização aérea de agrotóxicos nas lavouras.

Eu já vi muita gente reclamar, que é vizinhos de cana da usina, que eles passam o veneno, né, o aviãozinho. E acaba prejudicando a produção ali do lote, eu já vi muita gente reclamar. Isso atrapalha muito, muito mesmo. Porque a gente já ta enfrentando a seca, né? Aí vem lá e passa esse veneno, um absurdo de forte. Aí acaba prejudicando [...] às vezes, você tem uma horta você tem feijão, que é uma planta sensível, qualquer coisa ela morre. Então já vi gente reclamando. Ah não é justo, né? Cada um no seu quadrado, né? (Eni Suzana, Mirante do Paranapanema (SP), 2014).

A pulverização de agrotóxicos não só atrapalha a produção agroecológica nos Assentamentos, como também, contaminam a água, o solo os animais e as pessoas. Em seres humanos a contaminação pode se dar de diversas formas, pela pele, pelas vias aéreas ou pela ingestão. Assim, percebe-se o quanto é grande o desafio para desenvolver práticas alternativas ao modelo hegemônico e que reestabeçam o equilíbrio e harmonia dos ecossistemas na tentativa de consorciar o desenvolvimento com a conservação da natureza.

³²Os híbridos são, na maioria das vezes, o resultado do cruzamento artificial e um longo processo de seleção de sementes, no qual são privilegiados aspectos que são compatíveis à lógica capitalista como: a otimização do rendimento, gosto e aparência atraentes, uniformidade genética, resposta rápida à aplicação de água e fertilizantes, facilidade de colheita etc em busca do maior ganho possível. As plantas possuem uma menor capacidade de resistir a estresses, ameaças ou fatores limitantes do ambiente. Além disso, quando replantados, não dão origem a plantas iguais a original, pois, elas são “Aa” e quando cruzam a proporção genética é de 50%, 25%, 25%. Em alguns casos são inclusive estéreis, as sementes *terminator*, que obriga a aquisição de novas sementes.

4.2.1 As características do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um programa governamental criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

As políticas públicas brasileiras voltadas para o âmbito agroalimentar sempre estiveram alicerçadas ao processo de modernização conservadora da agricultura. Apenas em 2003, no Governo Lula, que foi criado um programa diversificado que favorecesse a produção e a comercialização dos produtos provenientes da agricultura camponesa. De acordo com os relatos das assentadas no Che Guevara, os alimentos produzidos no Assentamento, muitas vezes, estragavam na roça, pois, não havia mecanismos de escoamento da produção.

O programa nasce, no âmbito da plataforma “Fome Zero”, com foco na segurança alimentar, visando integrar o apoio público à agricultura familiar, com a ajuda na alimentação das famílias desfavorecidas. É o primeiro programa a distribuir alimentos da agricultura familiar para as pessoas que não tem acesso satisfatório aos alimentos, na história do Brasil. Esse processo se dá a partir da Compra Direta dos produtos da Agricultura Familiar, que são recolhidos nos Assentamentos e distribuídos às entidades, que fazem a entrega dos alimentos para as pessoas cadastradas nas políticas de assistência do Governo Federal, através do dispositivo da Doação Simultânea, previsto no programa.

O PAA permite assegurar uma renda significativa advinda da produção agrícola, tendo diferentes impactos sobre as estratégias de reprodução das famílias assentadas, pois, a Compra Direta da Agricultura Familiar para a Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (DS-PAA), assegura que os assentados e assentadas não deixem a agricultura em segundo plano para buscarem emprego assalariado. Existe uma garantia que seus produtos serão comprados, a preços comerciais. Além disso, permite difundir novas perspectivas para a agricultura nos assentamentos, favorecendo um reconhecimento dos camponeses e camponesas e fortalecendo o acesso dos famintos aos alimentos, a partir dos circuitos curtos de proximidade. O Doação Simultânea permite pensar em formas de solidariedade em torno da alimentação; a assentada Eni Suzana relata a satisfação em saber que o alimento produzido em seu lote chega à mesa de pessoas que necessitam.

Eu encontrei uma amiga essa semana na cidade e ela falou pra mim: “nossa você tá queimada!” Também, eu tô trabalhando muito no sol. Eu me protejo, a gente se cobre toda, usa protetor, tudo, mas, você se queima mesmo assim, né? Aí ela falou assim: “Ah! Eu vi você *postar no face*³³ a entrega das verduras”. Porque a gente colhia na quinta, pra entregar na sexta de manhã. Agora, a gente colhe no domingo pra entregar na segunda. Então quê que a gente tem que fazer: no domingo, a gente vai colher berinjela, beterraba, cenoura, jiló, maxixe, pimentão, pimenta, coisas que não vai murchar. E quando tá bem de tardezinha, a gente vai na cebolinha verde, salsinha, coentro essas coisa. Aí, na segunda-feira a gente tem que acordar cedinho pra colher alface, almeirão essas coisas. Então tá muito corrido pra mim e o dia que eu *postei no face*, eu achei que a gente não ia dar conta. Foi a primeira entrega³⁴. Aí, eu *postei no face* agradecendo a Deus porque a gente conseguiu entregar numa boa. O seu Zé Sodinha, que faz a coleta da verdura, sempre de bom humor, de alto astral, sempre animado, deu duas viagens com a nossa produção. Então eu agradei e ela viu. Ela falou: “Então vocês entregam pra CONAB?” Falei: “A gente entrega”. “A minha mãe ela é voluntária nas entrega e eu fico feliz por isso, nós agradecemos, porque, ela fala que é maravilhoso aquele pessoal sai com aquela sacolada de coisas que leva pra casa”. Às vezes o pai tá desempregado, às vezes a mãe tá trabalhando de doméstica, às vezes tem 3, 4 filhos em casa estudando, às vezes precisa de um calçado, uma roupa e isso deixa dela ir gastar na quitanda, ou às vezes, nem come porque não tem condição. E a gente aqui planta! E mandando pra cidade eles estão consumindo, né? Vão ter uma vida melhor, saúde, né? Eu acho que é tudo de bom! (Eni Suzana, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

No Assentamento Che Guevara, os alimentos são entregues a DS-PAA e são destinados a instituições de assistência social situadas nos municípios de seus arredores. Entre os beneficiários, podemos citar os soro-positivos, dependente de drogas, deficientes físicos, ex-detentos e suas famílias. O PAA contribui também com a organização local de camponeses e camponesas e com sua maior participação no âmbito coletivo, segundo as normas do programa, a entrega de produtos deve ser de forma conjunta, em locais que garantam sua efetivação. É no âmbito desta associação que se planeja um leque importante de ações (quantidade e qualidade de alimentos fornecidos, escolha das instituições beneficiadas, ritmo das entregas periódicas, etc.).

É preciso ressaltar que, no Assentamento Che Guevara, o PAA favorece a produção diversificada, permitindo também uma melhora importante na alimentação das famílias, pois, as escolhas produtivas estão associadas às necessidades de autoconsumo e de entrega dos produtos ao PAA. Assim, também a variedade de produtos se dá pela sazonalidade das culturas e pela produção e consumo de alimentos típicos dos hábitos alimentares regionais, pois, não há uma exigência do que plantar, a escolha é de quem produz. O programa valoriza a diversidade produtiva e encoraja o crescimento da diversificação para que exista a disposição, os alimentos necessários. Muitas vezes, alimentos que já são tradicionalmente produzidos pelas famílias e que geram excedentes.

³³ Divulgar na rede social, Facebook.

³⁴ Entrega dos produtos para a CONAB, pelo PAA.

O DS-PAA permite, portanto, a comercialização da maior parte dos alimentos produzidos no Assentamento e tem fortalecido a renda das famílias camponesas; em alguns casos, fornece a principal fonte de remuneração das famílias, graças à garantia da compra. O relato de uma das assentadas mostra como a vida das mulheres e suas famílias também melhorou a partir da garantia da entrega dos produtos ao programa, pois, o aumento da renda feminina atinge toda a família.

A outra mulher, que não veio hoje, porque ela foi pra cidade, o marido dela é analfabeto, não tem emprego. Então, ele trabalha mochiando³⁵ gado ela tem 3 filhos: um de 17, uma de 15 e outra de 6. Então, essa horta melhorou muito a vida dela. Ela percebeu que ela tá podendo comprar mais coisas. Ela tá comprando um calçado pra um, uma roupa pra outro. Tá podendo cuidar melhor dela mesma, tá cuidando dos dentes. (Eni Suzana, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

Embora existam reclamações, tais como atraso dos pagamentos e preços por vezes julgados insatisfatórios.

Eles pagam um preço bom. O único problema é os pagamentos. Ele vem certinho, mas, demora um pouco mais. Você não pode fazer um projeto em cima daquele dinheiro, porque a gente não sabe o dia que vem. (Eni Suzana, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

São necessários estudos mais aprofundados para a compreensão dos impactos das políticas públicas na vida de assentadas e assentados, como também das contradições apresentadas na implementação dessas políticas, bem como o questionamento da dependência em relação ao Estado e principalmente à políticas podem mudar de acordo com os governos. Porém, pode-se afirmar que esta é uma política necessária e que tem trazido efeitos positivos, não apenas para as famílias camponesas, como também para quem necessita de alimentos na cidade. Portanto, uma política que *estimula* a Agroecologia e a Soberania Alimentar a partir da intervenção do Estado.

4.3 O trabalho das mulheres: a mulher como protagonista de saberes e práticas contra hegemônicas.

Quando olhamos para o espaço agrário brasileiro, nos defrontamos, no primeiro momento, com uma aparência homogênea, sem vida e marcada pelo desmatamento, contaminação de terra e água pelos agrotóxicos, exploração do trabalho e extinção da diversidade promovida pela transgenia. Assim, temos dificuldade de compreender as práticas

³⁵ Mochar é a prática de amputar os chifres de um animal com o objetivo de ficarem mais dóceis e domesticáveis.

que se contrapõem a esse modelo que, *a priori*, nos parece dominante no campo. Mas, como a história tem uma dinâmica baseada em rupturas (ou *pseudo-rupturas*), permanências e sua interdependência dialética percebe-se que existem resistências históricas, até mesmo milenares, nesse processo.

Nos períodos de transição histórica experimentamos a sensação de viver em dois mundos simultâneos, entre o que já foi e o que ainda não é. O que está no processo de ser superado ou em superação, resiste e se opõe ao que se apresenta como novo. Ao passo que, é a partir do que já existe (do *velho*) que se engendram as condições necessárias para a sua superação. Na superação, por sua vez, o que é superado não é eliminado de uma vez por todas, mas conservado no processo de transformação. (DUARTE, 2006).

O aparecimento das sociedades agrícolas foram marcados pela concepção da natureza como divina. A terra era concebida como a provedora, “a mãe terra”, pois, dava aos homens e mulheres tudo que necessitavam para viver. Sua fertilidade era comparada a fertilidade feminina

Essa concepção orgânica do mundo, muito difundida pelas religiões pagãs, juntamente com a sociedade fundamentada em parceria, foi substituída por uma sociedade baseada na dominação e uma ideologia mecanicista, que enxerga a natureza como um recurso a ser dominado e explorado. Com o advento do cristianismo a natureza passa a ser vista como uma dádiva do seu criador aos homens, para usá-la e explorá-la, subalternizando e inferiorizando a natureza, assim com a mulher e colocando-as na condição de dominadas, pelos homens que tinham o controle e o poder na sociedade *civilizada*.

De uma relação homem-natureza mais harmoniosa, na qual a produção assumia uma importância determinante na reprodução da vida, passou-se na sociedade capitalista a uma relação a uma relação de trabalho estranhado, em que a produção deixou de ser apropriada pelo seu produtor para ser colocada no mercado e gerar lucro para os detentores dos meios de produção. (SANTOS, 2013, p.31).

É no sentido, da *recuperação do sentido* da natureza como vida e da valorização da mulher que o debate da Agroecologia aparece³⁶, tornando-se necessário vislumbrar seu

³⁶ Vale lembrar também que existem outras práticas agrícolas alternativas que merecem destaque como: a **permacultura**, que se trata de um sistema integrado e em evolução, um ecossistema agrícola completo. Envolve o planejamento, a implantação e a manutenção conscientes de ecossistemas produtivos que tenham a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais. A **agricultura natural** proposta por Fukuoka no Japão e a **agricultura sinérgica** que é uma adaptação da proposta dessa proposta a realidade europeia, trata-se de uma forma de praticar a agricultura, baseada na autofertilização do solo e no princípio de deixar a natureza agir por si própria, a agricultura “*do não fazer*”. Baseia-se no mínimo possível de intervenção: nenhum tipo de trabalho, nenhum adubo químico, nenhuma deserbagem, nenhuma dependência de produtos químicos, nenhuma podagem. É necessário avaliar o grau de desgaste da área a ser cultivada, para identificar a melhor forma de agir. (MARCOS, 2007).

significado concreto para a produção e a resistência camponesa na perspectiva do alcance da Soberania Alimentar.

A luta pela construção da Agroecologia e da Soberania Alimentar, só é possível na medida que compreende também a luta contra o agronegócio, a luta pela criação e acesso às políticas públicas e a organização da produção. Para as mulheres esse enfrentamento é ainda mais necessário, por estarem mergulhadas em relações desiguais e hierárquicas de gênero e serem as responsáveis por todo trabalho reprodutivo, além de protagonizarem no seu cotidiano as práticas agroecológicas e conservacionistas. A produção feminina no Assentamento tem diversas características agroecológicas e possuem intensa ligação com a Soberania Alimentar. A contribuição da mulher nos saberes e práticas agroecológicas, é histórico, já acontece, mas é em seu dia-a-dia que isso é demonstrado. Pois, para além de construir um novo modelo é necessário superar as desigualdades de gênero presentes no campo.

O trabalho das mulheres é fundamental para o desenvolvimento da agricultura camponesa, que é baseada na produção familiar. O desafio posto pela divisão sexual e hierárquica do trabalho, relega as mulheres a, aparentemente, serem responsáveis apenas pelo que é mais leve, mais fácil, ao redor da casa, no quintal, no que é secundário, no trabalho doméstico; e os homens exercem o trabalho mais pesado, o principal, de escolha do que vai produzir, como comercializar etc. Mas, ao longo dos anos percebeu-se que as mulheres realizam muito mais do que isso e que seu trabalho é fundamental.

Mesmo assim, nada disto permanece inquestionável nos assentamentos rurais, pois, apesar dessas relações se enraizarem ao ponto de parecerem como *insuperáveis*, as assimetrias de poder entre homens e mulheres são percebidas e questionadas pelas trabalhadoras, que as reconhecem como o empecilho para a participação equitativa na vida do assentamento e na mobilização política. A submissão da mulher no do casamento também é questionada pelas trabalhadoras. A assentada Eni conta como o ex-marido se incomodava com sua participação em espaços coletivos e comunitários:

Eu fazia trabalho voluntário na escola, fazia uns corte de cabelo gratuito lá. Na época meu marido não gostava muito, não. Sempre ficava de cara feia. Aí eu fui parando. Aí dei uma parada agora, mas eu queria fazer algo pela comunidade, fazer algo, como eu não posso ajudar de outra maneira, a horta seria uma coisa boa. (Eni Suzana, Mirante do Paranapanema (SP), novembro de 2014).

Ao reconhecer a influência do ex-marido na sua participação nos espaços públicos ela também se abre ao questionamento dessa ação impositiva. As formas de organização das mulheres e sua participação na esfera pública viabilizam a reivindicação formal dos seus

direitos, além de aumentarem a percepção crítica sobre as condições na qual se encontram. Essa participação caminha no sentido da ruptura com a invisibilidade pública dessas mulheres, que se dá muitas vezes sob tensões no âmbito familiar, pois, é normalmente acompanhada da resistência de familiares como, pais, mães, e principalmente os maridos. Nos assentamentos essa resistência chega a ser muito maior, pois, é justamente onde as funções sociais de gênero sob a ideologia hegemônica são mais nítidas.

“O fato de a mulher assentada transgredir a invisibilidade a partir destas incipientes incursões na esfera pública representa um logro no caminho da emancipação da sua condição subordinada de gênero”. (FRANCO, 2004, p. 176).

A relativa equidade entre os homens e mulheres, perde o sentido quando a participação feminina nas decisões se torna restrita. Assim, não se pode perceber avanços nesse sentido, sem a participação das mulheres também, nas funções de decisão e de participação política. Mesmo que nos Assentamentos prevaleça a ideologia de gênero baseada na opressão das mulheres, herdada e hegemônica na sociedade ocidental, nada disto permanece inquestionável, pois, as ações efetivadas pelas mulheres nos assentamentos, principalmente, no que tange sua organização em coletivo, representam efetivamente canais para repensar a sua condição no seio familiar valorizando o seu papel social, mesmo que isso ainda esteja longe de caracterizar uma equidade de gênero.

O confinamento na esfera doméstica que afeta as mulheres assentadas junto ao fato de só os homens terem acesso ao mundo público, faz com que no exercício dos direitos fundamentais, as discriminações sejam aceitas como naturais, até em relação à mulher sair da casa [...]. (FRANCO, 2004, p. 92).

No campo a dificuldade da mulher sair de casa é ainda maior, pois, em alguns casos o lote fica afastado de outras residências, a convivência com os vizinhos se torna menor e para saírem do assentamento a dificuldade pode ser maior, pelo fato de que nem sempre têm condições de transporte para a cidade. No caso do assentamento Che Guevara existe uma agrovila que possibilita a proximidade das casas e estreita as relações entre a vizinhança. Mesmo assim, essa estrutura não rompe com a ideia de que o espaço doméstico e a esfera privada é da mulher. Ela acaba incorporando responsabilidades que tratam como obrigação e muitas vezes estão relacionadas com uma auto cobrança de que tudo deve estar impecável e bem feito. Como, por exemplo, o relato da dona Lucinda de 72 anos que ao ser questionada sobre a participação em atividades relacionadas ao MST e outros grupos diz que:

Eu não participo, quem participa é ele. Eu sou muito... sou muito caseira. Até que o pessoal me chama, inclusive a turma da Embrapa, eles até chamaram ele pra mode ele ir e era pra eu ir também, e eu pra não deixar descontente, não se der eu vou,

mas, eu fico olhando pra trás falo meu Deus, e o serviço fica sozinho? E com isso vai indo a gente fazendo o serviço e sempre acomodado em casa e eu não participo. Ele vai muito, porque, ele já ficou muito acampado debaixo da lona um tempo, aí depois pegou o sítio. Ele é muito conhecido em muitos lugares, mais, eu fico em casa tomando de conta, dos filhos, da casa, das criação. Eu mesmo não saio. Eu falo assim: eu gosto muito da minha casa. (Lucinda Siqueira Sobrinho, Mirante do Paranapanema/SP).

Quando ela diz, “ele” está se referindo ao marido, que ficou ao lado dela durante a entrevista e também participou em alguns momentos. Apenas o marido participa das atividades do movimento, ela prefere se manter no cuidado da casa e em sua rotina.

No dia-a-dia do Assentamento as tarefas têm uma diversidade que extrapola a plantação, colheita e o cuidado com os animais. Essas atividades são divididas entre homens e mulheres e nesse caso também se estabelece a divisão sexual do trabalho. Todas as mulheres entrevistadas relataram que são as principais responsáveis pelo trabalho que é *de casa* e do entorno do lote e consideram essa, uma responsabilidade que não poderia ser de outra pessoa, mesmo que algumas relatem que recebem ajuda para a realização desses afazeres. Na Foto 16 a seguir pode-se observar a rotina de trabalho de uma mulher assentada, cuidando da casa, dos filhos das criações e das plantações.

Foto 16 - Rotina de trabalho



Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

Essas mulheres realizam todo tipo de trabalho no lote, inclusive de capina e de lida na roça, independente da idade.

Foto 17 - Dona Josefa mostrando seu trabalho no lote, novembro de 2014.



Fonte: MALDONADO, P.S., 2014.

Desde que nascem e há muitos séculos é assim: a produção da mulher é considerada a produção doméstica, vinculada a criação de pequenos animais, hortas e pomares. Vemos que o trabalho da mulher vai além da esfera reprodutiva. O trabalho feminino tem muito a mostrar que a Agroecologia e a Soberania Alimentar são, de fato, projetos que podem ser colocados em prática, como muitas mulheres já tem realizado em seu cotidiano. São elas que produzem em seus quintais, uma diversidade de plantas, seja para o alimento que vão consumir, seja para os temperos que vai usar na preparação desses alimentos ou até mesmo as ervas medicinais e chás que servem para o cuidado da saúde da família, que tradicionalmente, também é papel da mulher. Além da produção em diversidade elas produzem com baixos índices de insumos aproveitando os esterco animais, a adubagem verde e os produtos caseiros para espantar os insetos. Dessa forma, a produção feminina tem características marcantemente agroecológicas com vistas a garantia de alimentação saudável para sua família, portanto, a mulher já protagoniza essa luta em seu dia a dia, algumas com mais consciência política de sua práxis e outras sem ao menos se darem conta de que estão ousando enfrentar a fome e a homogeneização capitalista no campo.

São as mulheres também que protagonizam a luta cotidiana por alimentarem suas famílias, ou seja, está presente na vida da mulher o aspecto da Soberania Alimentar. As mulheres agricultoras são também, artesãs e a produção feminina compreende uma série de atividades relacionadas a alimentação e ao cuidado com a família: são elas quem fazem os doces e compotas com as frutas de seus quintais, fazem os queijos, suco das frutas de seus pomares, produzem os temperos e chás, utilizam sementes para a produção de artesanatos, produzem seu próprio sabão a partir da gordura animal, preparam os alimentos e também as iguarias alimentares; são as detentoras do conhecimento culinário e de tradições alimentares que fortalecem, inclusive, aos espaços de socialização e bem-estar da família que se dá através do alimento.

Dona Maria de Loudres relata sua participação na contribuição da alimentação através da seguinte frase: “Eu gosto de fazer meu queijo, eu gosto de tirar a nata do leite pra fazer manteiga, então eu gosto dessas coisas”. (Maria de Lourdes Pani Rainha). As mulheres têm relevante participação desde a plantação, a colheita e o beneficiamento dos produtos. Dona Josefa é responsável por fazer o café chegar quentinho até a mesa de café da manhã da família, pois, ela participa de todas as etapas de um longo processo. O café é plantado, o grão é colhido, depois é seco ao sol em seguida é batido no pilão onde se separam os grãos da casca, logo depois são escolhidos os grãos e por último é torrado. Dessa forma, dispensam a compra do café no supermercado.

As mulheres camponesas participam da luta na denúncia das relações de desigualdade no campo, na luta por igualdade de direitos, pela sobrevivência no campo, na luta para alimentar a família e por melhores condições de vida. Nesse sentido, é necessário romper com a ideia de que é a mulher que constrói a Agroecologia e a Soberania Alimentar, mas entender que: é o processo de edificação da luta pela Agroecologia e a Soberania Alimentar que deve contribuir para a construção da mulher. Ter como base que não se deve separar a luta de classes, das lutas feministas por igualdade e da luta pela Agroecologia e Soberania Alimentar, pois, são os caminhos necessários para transformar as relações sócio-espaciais no campo. Com geração de emprego, moradia, alimentos saudáveis para toda a população, superando a miséria e a fome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que o capital se realiza no território brasileiro – avançando por todos os biomas – monopoliza terra e água, e, confere uma lógica destrutiva, não apenas para fauna e flora, mas também, a uma massa enorme de trabalhadores e trabalhadoras, que, expulsas (os) e expropriadas (os) são obrigadas (os) a migrarem em direção a outras regiões do país, atraídos, pelo *mesmo capital* que as (os) dispensa.

Isso nos leva a questionar o modelo produtivo hegemônico pelo agronegócio, que tem trazido efeitos devastadores à produção camponesa, nos permitindo afirmar que, na medida em que o capital se territorializa no campo, impõe uma lógica de domínio e controle sobre o território, fragilizando as trabalhadoras e trabalhadores e os projetos alternativos de organização social, confinando também parcela desses sujeitos, à condição de famintos.

Esse modelo de dominação, imposto a *todas as formas de vida*, avança, reafirmando conflitos que, se evidenciados, nos permitem vislumbrar outras relações sociais de produção, que partam de pressupostos condizentes com as necessidades, não somente dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, mas, (e, porque não?) também daqueles e daquelas que estão na cidade.

Outra preocupação, vinculada ao modelo destrutivo do agronegócio, se refere ao uso de agrotóxicos na produção agrícola, que do ponto de vista dos impactos ambientais, da saúde dos seres humanos e dos animais em geral, tem produzido degradação, intoxicação e morte.

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro tem se dado de modo desigual e contraditório: ao mesmo tempo em que o capital se expande por alguns setores da agricultura, contraditoriamente, cria e recria relações não-capitalistas de produção no campo. Diferente das teses clássicas, o avanço do capital no campo, ao invés de promover o completo desaparecimento do campesinato, abre a possibilidade de sua (re)produção e (re)criação, que tem se dado, em muitos casos, através da criação de caminhos que garantam sua autonomia e liberdade, e não através da total subordinação ou dependência à lógica capitalista.

Nesse sentido, que os projetos de luta pela terra e pela Agroecologia e Soberania Alimentar entram em ação. A urdidura da Agroecologia e da Soberania Alimentar – como projetos que visam facilitar o acesso aos alimentos, através do abastecimento de mercados mais próximos, considerando, entre outras coisas, a aceitação cultural dos alimentos e suas propriedades nutricionais – nos impulsiona a pensar na atuação dos movimentos sociais e em como esses debates tem intensificado ações concretas, no âmbito dos Assentamentos que se originam da luta pela terra.

Isto, pois, a complexidade e os desafios na luta pela Soberania Alimentar apresentam-se de forma muito clara na vida de assentadas e assentados. Parte desse desafio se concentra na retomada de práticas conservacionistas, ecológicas, camponesas e que resgatem e valorizem a vida, a biodiversidade, a relação simbiótica com o meio, passando pela construção de outras formas de sociabilidade.

Essa construção tem perpassado pela crítica radical ao modelo produtivo, no entanto, é preciso questionar e ressaltar, as desigualdades de gênero que são reproduzidas, na esfera da produção familiar. Além do contexto apresentado, é importante que se assegure o enfoque nas relações de gênero que se estabelecem nos Assentamentos, principalmente, no que tange a construção, a luta pela construção da Agroecologia e a conquista da Soberania Alimentar.

Sabemos que existe um conjunto de formas de opressão, que dimensionam e redefinem a exploração capitalista, fazendo com que o capital incorpore de modo desigual e diferenciado o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Mesmo com a conquista de direitos sociais e o aumento da participação das mulheres no âmbito público – ocorridos de forma bastante lenta e heterogênea nos diferentes espaços-tempos – a opressão de gênero está longe de chegar ao fim, e ainda nos impõe uma difícil tarefa que é a de buscar as devidas mediações para evidenciá-la.

No campo brasileiro as mulheres são as responsáveis pelo trabalho doméstico, pelo cultivo para auto consumo, pelo cuidado com a criação, pelo trato com as sementes e pelas trocas e comercialização de alguns excedentes de suas hortas, atribuições que expressam que a divisão sexual hierárquica do trabalho está muito presente no mundo rural o que não contribui para a emancipação plena das mulheres, já que seu trabalho é muitas vezes considerado um apêndice, quando não é invisibilizado.

A luta das mulheres por igualdade se faz presente nas bandeiras da Agroecologia e da Soberania Alimentar, pois, não é possível tratar das decisões sobre a produção a comercialização e o consumo dos alimentos sem a participação efetiva das mulheres. Além disso, pensar as bases agroecológicas e soberanas, sem uma perspectiva de gênero que leve em consideração as diferenciações de homens e mulheres, sobrepujando as desigualdade entre os sexos e a subordinação feminina é como desconsiderar a metade das pessoas que vivem no campo.

Nesse sentido, as lutas da classe trabalhadora necessitam de um enfoque de gênero para que não haja a exclusão das mulheres no processo de transformação social. A luta pela Agroecologia e pela Soberania Alimentar são os caminhos necessários para transformar as relações sociais no campo, tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados, e o

protagonismo das mulheres, bem como seu trabalho são fundamentais nesse processo. Os caminhos encontrados pelas mulheres camponesas em sua práxis cotidiana na superação dos desafios impostos no campo, são as trilhas para a construção da Agroecologia e da Soberania Alimentar. A participação da mulher na luta possibilita a denúncia das contradições vivenciadas no campo, a luta por igualdade de direitos, a luta pela sobrevivência no campo, a luta para alimentar sua família e por melhores condições de vida.

A dinâmica da natureza que vai do caos à criação *sem pressa*, seguindo seu compasso e inexoravelmente chega lá, pode nos ensinar muita coisa em relação as mudanças sociais. A lagarta rasteja até o dia em que cria asas, pois, movimento da história e da natureza permite que isso aconteça. As mulheres camponesas ao vivenciarem experiências de opressão e discriminação de classe e gênero, protagonizam (a partir de suas lutas cotidianas e coletivas por dignidade e melhores condições de vida em todos os sentidos) a busca pela emancipação e liberdade. Liberdade que é desejada por todos os seres humanos, inclusive os demais animais. Essas mulheres que rompem barreiras e enfrentam o modelo hegemônico, a partir de sua práxis. São as mulheres-pássaros, que voam mesmo engaioladas. Estão em seu dia-a-dia e em suas práticas, em busca de se (re)produzirem enquanto camponesas. As lutas pela moradia digna, pela renda, pela alimentação saudável, pela educação e pela saúde de sua família, as coloca na esfera da luta pela terra, que perpassa pelas práticas soberanas, agroecológicas e camponesas. Assim, o agronegócio e *aqueles que atravancam seus caminhos, eles passarão e elas passarinho*³⁷.

Com sua força histórica e sua coragem enfrenta os desafios presentes na *vida de mulher trabalhadora*. São mulheres da vida, pois, encaram a vida. São mulheres-pássaros que com muito trabalho, coragem e ousadia superam os sofrimentos e as tristezas de suas vidas. Pois, as mulheres-pássaro não são *galinhas*, não se contentam em ciscar sobre as migalhas que lhes jogam aos pés, mas galgam voos em busca do horizonte, que está para além da sobrevivência, são seus sonhos, suas vontades, seus desejos e sua vontade de viver na terra e pela terra.

³⁷ Poema de Mário Quintana.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Ed. Agropecuária, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo. São Paulo, 1999.

_____. (org). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. Expressão Popular. São Paulo, 2004.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Adeus ao Trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade de Campinas, 2006.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendência. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/22129/14493>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo [2]; a experiência vivida**. Tradução Sergio Milliet, Lisboa, Bertrand Editora, 2008.

BERNART, Isaac Giribet i. Os Acampamentos e Assentamentos do MST como Expressão do Conflito Capital X Trabalho – Luta pela terra e identidade camponesa na área de influência da brigada Salvador Allende, região noroeste do estado do Paraná. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 2, 31 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/11isaac1002.pdf>>. Acesso em: 17 de agosto de 2011.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Relatório de Atividades 2008**. Brasília: Anvisa, 2009.

CARVALHAL, Terezinha Brumati. O lar e a prisão: a superexploração do trabalho da mulher em Terra Roxa/PR. In: THOMAZ JÚNIOR, A; FRANÇA JÚNIOR, L. B. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, v. 5, cap. 2, p. 36-74, 2010.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro. Edições Antares, 1984.

CAMACHO, Vitor A. L. Localização do Pontal do Paranapanema e da Alta Paulista no Estado de São Paulo. org., 2015.

CAMACHO, Vitor A. L. Localização do Assentamento Che Guevara no Pontal do Paranapanema (SP). org., 2015.

CAMPOS, Nancy. **Aprenda como substituir manteiga e margarina por alternativas mais saudáveis e saborosas**. Uol saúde, em São Paulo, 16/10/2012. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2012/10/16/aprenda-como-substituir-manteiga-e-margarina-por-alternativas-mais-saudaveis-e-saborosas.htm>> Acesso em: 24 de março de 2015.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Agroecologia em assentamentos rurais: estratégia de reprodução camponesa na Campanha Gaúcha (RS). **Agrária**, São Paulo, n. 7, p. 94–118, 2007.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Revista Estudos Avançados**. vol. 19, nº 55, Sept/Dec, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

DEPREDANDO O ORELHÃO. **Eduardo Galeano** Disponível em: <http://depredando.tumblr.com/post/8879652239>. Acesso em: 05 de agosto de 2012.

DI FIORI, Gecira. O que muda e o que permanece no movimento feminista. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. 2007, Florianópolis, SC. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/gecira_di_fiori.pdf. Acesso em 18 de junho de 2012.

DUARTE, C. F. A dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço. In: Denise Barcellos Pinheiro Machado. (Org.). Sobre urbanismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Viana & Mosley / Ed. PROURB, 2006, v. 1.)

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1974.

FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). **El estado mundial de la agricultura y la alimentación**. Roma, 2009. 185 p. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/download/i0680s.pdf>>. Acesso: 08 de setembro de 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1994.

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO. **Jornal da campanha pelo limite da propriedade da terra**. Brasília, 2010.

FRANCO, Maria. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

FRANCO, Maria; THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Classe e Gênero nos territórios de Luta pela Terra: apontamentos para o debate**. Pegada (UNESP), João Pessoa, 2002.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37 n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli et al. (orgs). **Vozes da Terra: Histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo**. São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

JALIL, Leticia Medeiros. **Mulheres e Soberania Alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec/Fundação Unesp, 2008.

LIMA, Aline Barboza de. **Assentamento APASA: A Agroecologia na construção de novas territorialidades**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução, elementos para uma análise metodológica**. São Paulo: EDUC, 1996.

MARCOS, Valeria de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Agrária**, São Paulo, nº 7, 2007. p. 182-210. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/134/134>>. Acesso em: 20 de março de 2015.

MARTINS, José de Souza. **Apetites maniqueístas**. Em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,apetites-maniqueistas,934609,0.htm>>. Acesso em: 25 de setembro de 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; Tradução de Rubens Ederle. São Paulo. Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**, 2004. 459 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente, 2004.

_____; MESQUITA, Helena Angélica de. O agrohidronegócio no Cerrado goiano a construção de (re)existências. In: **Encontro latino americano de ciencias sociais y respresas**, Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens. 2 anais. Salvador, 2007.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A feminização do trabalho no mundo do telemarketing. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Boitempo: São Paulo, 2006. Mundo do Trabalho.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, Marília, ano IV número 6 – agosto de 2010;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, n. 21. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, p.113-156, 2003.

PINTO, Célia R. Movimentos Sociais: espaços privilegiados a mulher enquanto da mulher enquanto sujeito político. In COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. (p.127 – 150). Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bonngiovani. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Laiany Rose Souza. **O território camponês sobre o enfoque de gênero**: a divisão sexual do trabalho e a agroecologia. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Sergipe, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, José Graziano. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996. p. 1-40.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, nº especial, out. 1994.

SOUZA, Janice Tirelli Ponte. **Reinvenções da utopia**: a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Por uma geografia do trabalho**. (Reflexões Preliminares) Scripta Nova, revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais. Universidad de Barcelona. v. 6., n. 119(27), 2002.

_____. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. In: IX Colóquio de Geocrítica, 2007, Porto Alegre/RS **Anais do IX Colóquio de Geocrítica**, 2007c. Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/thomaz.htm>. Acesso em: 9 de Abril de 2010.

_____. **Por uma cruzada contra a fome e o agrohídronegócio nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado**. Presidente Prudente, Revista Pegada, v.9, n.1, 2008c. p. 7-33.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 985 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Discutindo Relações de Classe e Gênero**. Dissertação – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma abordagem geográfica da Soberania Alimentar: a construção crítica de novos referenciais para a questão agrária. In: XI Jornada Do Trabalho, 2010, João Pessoa/PB. **Anais da XI Jornada do Trabalho**, 2010.

APÊNDICE

Entrevista semi-estruturada

Nome:

Idade:

Estado civil:

Tem filhos:

Quanto tempo levou para ser assentada?

Quanto tempo está no assentamento?

Quais os desafios na permanência no lote?

Qual a rotina de trabalho?

Qual a produção no lote?

Produz de forma agroecológica?

Possui benefícios governamentais? Quais?

Como é o escoamento da produção?

Como é o envolvimento nas atividades do assentamento?